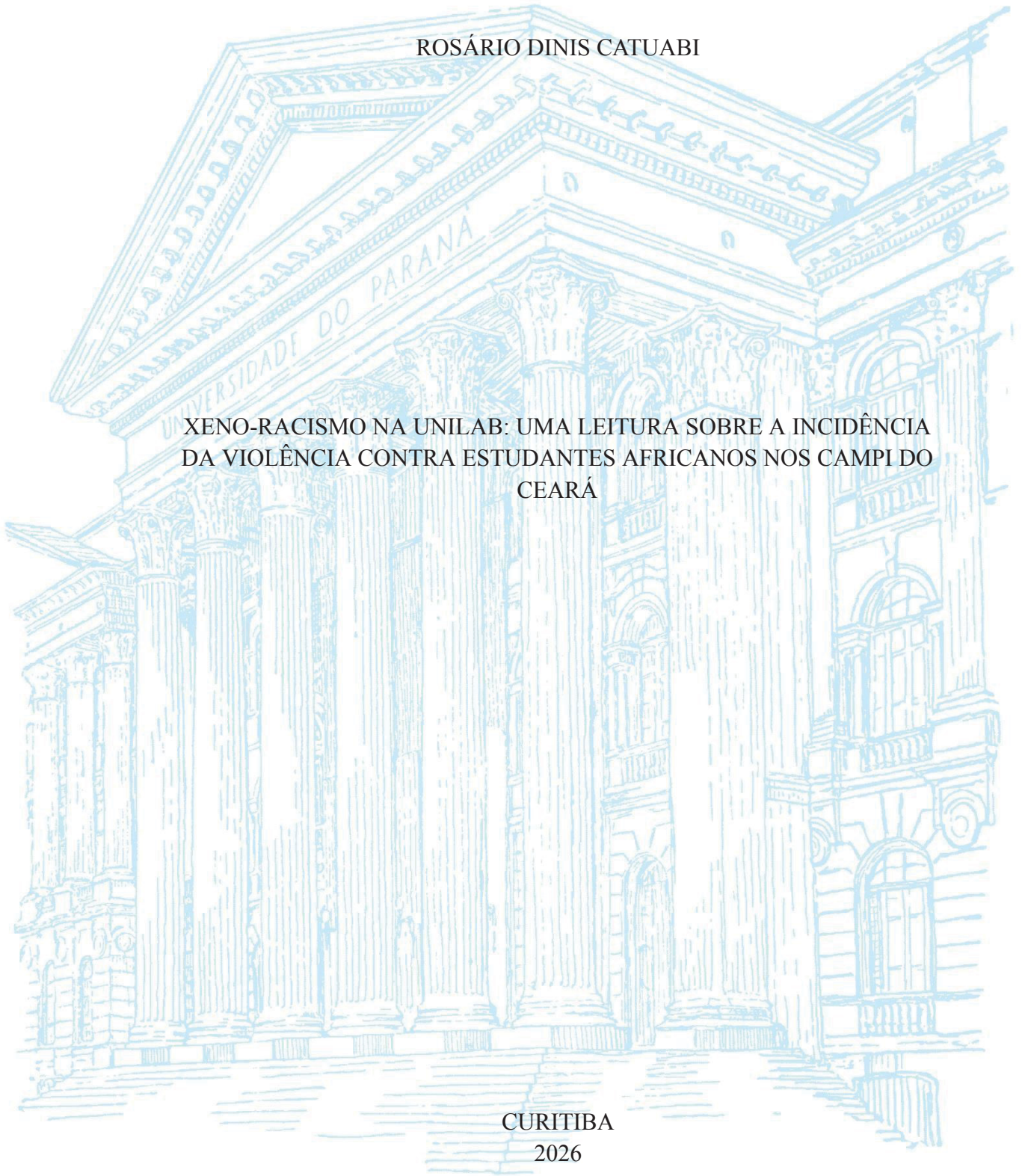


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSÁRIO DINIS CATUABI

XENO-RACISMO NA UNILAB: UMA LEITURA SOBRE A INCIDÊNCIA
DA VIOLÊNCIA CONTRA ESTUDANTES AFRICANOS NOS CAMPI DO
CEARÁ

CURITIBA
2026



ROSÁRIO DINIS CATUABI

XENO-RACISMO NA UNILAB: UMA LEITURA SOBRE A INCIDÊNCIA DA
VIOLÊNCIA CONTRA ESTUDANTES AFRICANOS NOS CAMPI DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no Setor de Ciências Humanas, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira

CURITIBA
2026

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Catuabi, Rosário Dinis

Xeno-racismo na UNILAB : uma leitura sobre a incidência da violência contra estudantes africanos nos Campi do Ceará. / Rosário Dinis Catuabi – Curitiba, 2026.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira.

1. Racismo. 2. Xenofobia. 3. Estudantes africanos. 4. Migrações. 5. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. I. Oliveira, Márcio de, 1962-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ROSÁRIO DINIS CATUABI**, intitulada: **XENO-RACISMO NA UNILAB: UMA LEITURA SOBRE A INCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA ESTUDANTES AFRICANOS NOS CAMPI DO CEARÁ**, sob orientação do Prof. Dr. MÁRCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Fevereiro de 2026.

Assinatura Eletrônica

26/02/2026 18:33:41.0

MÁRCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/02/2026 10:25:11.0

JAIME SANTOS JUNIOR

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

26/02/2026 19:29:16.0

ELAINE CRISTINA SCHMITT RAGNINI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, em especial à minha mãe, que em vida me demonstrou as formas mais puras de amor e cuidado e que mesmo após sua partida, segue sendo minha maior inspiração para seguir vivo e perseverante. Dedico também à todas as vítimas de racismo e xenofobia ao redor do mundo que, tal como eu, viram sua dignidade e humanidade questionadas por sua origem e raça. Sigamos firmes!!!

AGRADECIMENTOS

Endereço os meus eternos e profundos agradecimentos à minha família, que, durante a minha longa trajetória de estudos em território brasileiro, me deram forças sempre depositaram confiança nas minhas escolhas, em especial aos meus pais, que, apesar de não terem tido as mesmas oportunidades que eu, sempre me deram o apoio necessário para que eu pudesse mudar o meu futuro com base nos estudos.

Agradeço também aos meus amigos, minhas irmãs, sobrinhas e minha parceira que serviram de sistema de apoio aquando do período de luto que ultrapassava em decorrência do passamento físico da minha mãe, desempenhando assim um papel fundamental na manutenção do meu bem-estar físico e emocional.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira que transformou o processo da pós-graduação muito mais suportável, baseando sempre as nossas interações profissionais no respeito e empatia, com o qual me senti extremamente bem acolhido e respeitado integralmente, desde o nosso primeiro contato. Sem esquecer de agradecer também pela sua capacidade ímpar de nos motivar a fazer sempre mais, sempre o nosso máximo e nos contagiar com sua energia fervorosa e sua paixão aparentemente incessante pela academia e pela ciência.

À todos e todas que se dispuseram a participar e a ajudar no andamento desta pesquisa, mesmo se tratando de um assunto desconfortável e traumático para alguns. Desde os alunos/colegas, professores, técnicos e demais entusiastas que, de uma forma ou de outra se identificaram com a pesquisa, contribuíram para o seu andamento ou me motivaram a prosseguir com a mesma, com especial destaque à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Sociologia – UFPR, em particular aos secretários Katiano e Luciane, pelo apoio institucional ativo e constante, estendo igualmente a minha gratidão.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte que é característico, principalmente pelo apoio financeiro por meio da bolsa de Demanda Social, atribuída à mim desde o meu ingresso no programa, pois, sem a mesma, as dificuldades referentes à conclusão do curso seriam definitivamente um fator condicionante para a minha permanência na academia.

RESUMO

A presente dissertação investiga as experiências de racismo e xenofobia vivenciadas por estudantes africanos nos campi da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB), situados em Acarape e Redenção, no Ceará. A pesquisa parte do pressuposto de que a criação da UNILAB, concebida como um projeto de cooperação internacional, não eliminou as contradições históricas e estruturais que atravessam a sociedade brasileira, marcada por um racismo profundamente enraizado. Nesse sentido, busca-se compreender como as trajetórias migratórias desses estudantes se articulam com processos de ressignificação identitária e com os enfrentamentos cotidianos diante de situações de violência simbólica e material. A revisão de literatura contextualiza os conceitos fundamentais de racismo, xenofobia e migrações acadêmicas, com base em autores como Frantz Fanon, Achille Mbembe, Sueli Carneiro e Silvio Almeida. O trabalho também explora a especificidade do racismo estrutural no Brasil e sua interseção com práticas xenofóbicas dirigidas a africanos, muitas vezes tratados como estrangeiros indesejados. A categoria gênero aparece como eixo transversal, evidenciando como mulheres africanas enfrentam sobrecarga discriminatória que associa racismo, sexismo e xenofobia. A metodologia adotada fundamenta-se no método etnográfico, articulando observação participante e entrevistas semiestruturadas com estudantes africanos e brasileiros, professores e técnicos administrativos da UNILAB, realizados no ano de 2025. A escolha desse recorte permitiu observar diferentes perspectivas sobre a vivência universitária, destacando desigualdades no acesso a políticas de permanência, bolsas de pesquisa e extensão, além de relações interpessoais no cotidiano acadêmico e na convivência com as comunidades locais. Os resultados revelam múltiplas formas de discriminação. Antes da chegada ao Brasil, muitos estudantes africanos não tinham a percepção do racismo como prática estruturante; contudo, ao ingressarem na sociedade brasileira, vivenciaram situações que evidenciaram a centralidade da cor da pele como marcador de desigualdade. Dentro da universidade, destacam-se episódios de exclusão em sala de aula, estigmatização intelectual, preconceitos linguísticos e barreiras para participação em grupos de pesquisa. Fora do campus, práticas discriminatórias incluem dificuldades para alugar moradias e hostilidades nas cidades que sediam a UNILAB. As análises apontam que tais experiências repercutem diretamente na saúde mental e no desempenho acadêmico dos estudantes, gerando desistências e fragilizando o projeto de internacionalização da universidade. O estudo conclui que, embora a UNILAB represente uma iniciativa inovadora e necessária, sua materialização ainda está permeada por contradições sociais que exigem enfrentamento político e institucional. Assim, defende-se a ampliação de políticas afirmativas, de programas de acolhimento efetivo e de espaços de diálogo intercultural que reconheçam e valorizem a presença africana no Brasil como parte de um processo de reparação histórica e de construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: migrações internacionais; xeno-racismo; UNILAB; convênio estudantil; estudantes africanos.

ABSTRACT

This dissertation investigates the experiences of racism and xenophobia faced by African students on the campuses of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB), located in the municipalities of Acarape and Redenção, in the state of Ceará, Brazil. The study is grounded on the assumption that the creation of UNILAB, conceived as a project of international cooperation, has not eliminated the historical and structural contradictions that permeate Brazilian society, which is marked by deeply entrenched racism. In this sense, the research seeks to understand how the migratory trajectories of these students intersect with processes of identity re-signification and with everyday confrontations involving situations of symbolic and material violence. The literature review contextualizes the fundamental concepts of racism, xenophobia, and academic migration, drawing on authors such as Frantz Fanon, Achille Mbembe, Sueli Carneiro, and Silvio Almeida. The study also explores the specificities of structural racism in Brazil and its intersection with xenophobic practices directed at Africans, who are often treated as undesirable foreigners. Gender emerges as a transversal analytical category, highlighting how African women experience an intensified burden of discrimination that combines racism, sexism, and xenophobia. Methodologically, the research is based on an ethnographic approach, combining participant observation and semi-structured interviews with African and Brazilian students, as well as professors and administrative staff at UNILAB, conducted in the year of 2025. This methodological choice made it possible to capture different perspectives on university life, revealing inequalities in access to student retention policies, research and extension scholarships, as well as tensions in interpersonal relationships within the academic environment and in interactions with local communities. The findings reveal multiple forms of discrimination. Prior to arriving in Brazil, many African students did not perceive racism as a structuring social practice; however, upon entering Brazilian society, they experienced situations that exposed the centrality of skin color as a marker of inequality. Within the university, episodes of classroom exclusion, intellectual stigmatization, linguistic prejudice, and barriers to participation in research groups were recurrent. Outside the campus, discriminatory practices included difficulties in securing housing and hostile interactions in the cities that host UNILAB. The analyses indicate that such experiences directly affect students' mental health and academic performance, leading in some cases to dropout and undermining the university's internationalization project. The study concludes that, although UNILAB represents an innovative and necessary initiative, its implementation remains permeated by social contradictions that demand political and institutional confrontation. Therefore, the research advocates for the expansion of affirmative action policies, the strengthening of effective reception programs, and the creation of spaces for intercultural dialogue that recognize and value African presence in Brazil as part of a process of historical reparation and the construction of a truly inclusive university.

Keywords: international migration; xeno-racism; UNILAB; student exchange programs; african students.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEAU	Associação dos Estudantes Angolanos na UNILAB
AECV	Associação dos Estudantes Cabo-Verdianos na UNILAB
AEGU	Associação dos Estudantes Guineenses na UNILAB
AEMOZ	Associação dos Estudantes Moçambicanos na UNILAB
AESTP	Associação dos Estudantes Santomenses - UNILAB
AETU	Associação de Estudantes Timorenses (da UNILAB)
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONAD	Conselho Administrativo Universitário (da UNILAB)
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
EaD	Educação a Distância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério das Relações Exteriores
PAES	Programa de Assistência Estudantil (da UNILAB)
PAIE	Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (da UNILAB)
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PFPEAD	Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação
PGERC	Grupo de Processamento e Gerenciamento de Energias Renováveis, Controle e Automação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão (Da UNILAB)
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação

PROPAE	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis
PROPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (da UNILAB)
RCLI	Registro de Consentimento Livre e Informado
RIMA	Rede Internacional de Mulheres Africanas
SECRAGI	Secretaria de Registro Acadêmico, Arquivo e Gestão da Informação (da UNILAB)
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNILAB-CE	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Campi Ceará

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 – Localização das Cidades-Sede da UNILAB – Mapa do Estado do Ceará.....	45
Imagem 2 – Algumas nomenclaturas de logradouros da cidade de Redenção.....	45
Imagem 3 – Monumento Negra-Nua – Redenção.....	46
Imagem 4 – Estátua “Escravo Liberto”, localizada na Praça da Matriz de Redenção.....	46
Imagem 5 – Obelisco em homenagem ao cinquentenário da data da Abolição na cidade, construído em 1933.....	47
Imagem 6 – Visão aérea do Campus da Liberdade.....	48
Imagem 7 – Campus das Auroras.....	48
Imagem 8 – Campus dos Palmares, Acarape.....	49
Imagem 9 – Localização geográfica dos países africanos da UNILAB.....	60
Imagem 10 – Cartazes de protestos. Unidade Acadêmica dos Palmares.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados socioeconômicos das populações de Redenção e Acarape.....	50
Tabela 2 – Cursos de Graduação Presencial.....	51
Tabela 3 – Cursos de Graduação EaD.....	51
Tabela 4 – Cursos de Pós-Graduação (Lato e Stricto Sensu)	52
Tabela 5 – Relação quantitativa de estudantes africanos por cursos.....	60
Tabela 6 – Distribuição numérica de estudantes na UNILAB de acordo à nacionalidade....	64
Tabela 7 – Descrição numérica dos participantes da pesquisa.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ilustração gráfica da distribuição de estudantes africanos por curso.....	61
Gráfico 2 – Distribuição do quantitativo geral de Bolsas de Extensão e Iniciação à Pesquisa da UNILAB.....	86

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	18
2.1. Migrações e Mobilidade Acadêmica: Estudantes Africanos no Brasil.....	18
2.2. Xenofobia e Racismo: Conceitos Fundamentais.....	21
2.3. Trajetória Migratória e Ressignificação Identitária.....	24
2.4. Racismo no Brasil.....	28
2.5. Xenofobia e Racismo no Ambiente Universitário.....	31
2.6. Mulheres africanas em ambientes universitários: uma extensão analítica.....	36
3. CONTEXTO DA PESQUISA: A UNILAB.....	42
3.1. História e Missão da UNILAB.....	42
3.2. Políticas de Acolhimento e de Assistência para Estudantes Africanos.....	54
3.3. Perfil dos Estudantes Africanos.....	57
Angola.....	58
Guiné-Bissau.....	58
Moçambique.....	59
Cabo Verde.....	59
São Tomé e Príncipe.....	59
4. METODOLOGIA.....	67
4.1. Abordagem Metodológica.....	67
4.2. Critérios de Seleção dos Participantes.....	71
4.3. Descrição dos Instrumentos de Coleta de Dados.....	74
4.4. Limitações da Pesquisa.....	77
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	81
5.1. Experiências de Xenofobia e Racismo na UNILAB.....	81
5.1.1. E as Mulheres Africanas?.....	88
5.2. A Percepção de Professores e Técnicos da UNILAB.....	93
5.3. Impacto Acadêmico e Social.....	97
5.4. Egressos e Suas Reflexões.....	100
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE I Roteiros de Entrevista / Questionários.....	122
APÊNDICE II - REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO.....	138
APÊNDICE III - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	141

1. INTRODUÇÃO

A escolha por investigar as experiências de estudantes africanos diante do racismo e da xenofobia na UNILAB nasce de uma vivência que é, ao mesmo tempo, pessoal e coletiva. Um jovem angolano que, ao chegar ao Brasil para ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, trazia consigo expectativas de pertencimento, irmandade e acolhimento. Como muitos outros estudantes oriundos de países da Comunidade dos Países de língua Portuguesa - CPLP, imaginava o Brasil como um país mestiço, diverso e culturalmente próximo, especialmente por compartilhar uma língua comum e por ter em sua história grandes personalidades negras reconhecidas mundialmente, como Pelé, Zumbi dos Palmares e Gilberto Gil. A imagem de um país miscigenado, onde as diferenças eram celebradas, ainda fazia parte do imaginário construído do lado de lá do Atlântico.

No entanto, o cotidiano universitário e as relações sociais vivenciadas desde a chegada ao Ceará, onde está localizada a UNILAB, revelaram um Brasil muito distinto daquele que se desenhava nas idealizações iniciais. Ao longo do tempo foi possível compreender que o racismo aqui não é apenas um problema episódico, mas um sistema estruturante que organiza a distribuição de poder, reconhecimento e oportunidades. Da mesma forma, percebi que a xenofobia, embora algumas vezes sutil, habita os espaços institucionais e interpessoais da universidade e seus arredores, afetando profundamente a autoestima, o desempenho e a permanência dos estudantes africanos. Esses aprendizados não vieram apenas da leitura ou da escuta, mas da experiência: dos olhares que nos estranham, das falas que nos silenciam e das estruturas que nos excluem.

O racismo e a xenofobia são fenômenos profundamente enraizados nas sociedades contemporâneas. Embora sejam expressões distintas de exclusão, ambas se manifestam em práticas que perpetuam desigualdades e violam os direitos de grupos marginalizados. No contexto brasileiro, essas questões assumem características específicas, marcadas pela herança histórica de escravidão e pelo racismo estrutural que define as relações sociais até os dias de hoje. Em instituições de ensino superior, onde se espera que valores como inclusão e diversidade sejam promovidos, o racismo e a xenofobia também encontram espaço, muitas vezes de forma silenciosa e dissimulada, como demonstramos ao longo deste trabalho.

Essa dissertação analisa a incidência do racismo e a xenofobia e seus reflexos nas dependências e arredores da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB), uma instituição de ensino que se destaca por sua proposta singular de promover a integração acadêmica e cultural entre o Brasil e países africanos de língua portuguesa. Localizada em um território historicamente simbólico, nas cidades de Acarape e Redenção, no Ceará, e com um campus na cidade de São Francisco do Conde, no recôncavo baiano, a UNILAB foi criada para ser um espaço de encontro entre culturas e de fortalecimento de laços históricos entre o Brasil e o continente africano (Malomalo, 2016). Redenção, reconhecida como a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão, carrega consigo um significado histórico que torna ainda mais relevante a presença de estudantes africanos nesse território.

Entretanto, a proposta integradora da UNILAB nem sempre se reflete na realidade vivida pelos estudantes africanos. Relatos de episódios de discriminação racial e xenofobia, tanto no âmbito acadêmico quanto social, indicam que as dinâmicas de exclusão continuam presentes, mesmo em um espaço concebido para ser inclusivo. Esses episódios assumem formas variadas, desde atitudes explícitas de hostilidade até práticas institucionais que reforcem desigualdades. O cotidiano dos estudantes africanos na UNILAB revela, assim, os desafios de conviver em um ambiente multicultural que, paradoxalmente, reproduz algumas das hierarquias e preconceitos que pretende superar.

A literatura recente tem evidenciado como essa forma de exclusão se materializa em práticas diversas: desde piadas e estigmatização até a negligência institucional e a violência física. Conforme relatado por Vargem e Malomalo (2015), há episódios recorrentes de discriminação contra estudantes africanos em universidades brasileiras, incluindo ameaças, agressões e tratamento desigual por parte de colegas e autoridades acadêmicas. Esses casos revelam uma estrutura de poder que associa o corpo negro estrangeiro à ameaça, à desordem e à inferioridade.

A relevância desse tema transcende o ambiente acadêmico, pois dialoga com questões mais amplas relacionadas à convivência entre diferentes culturas, à luta por justiça social e à promoção dos direitos humanos. Compreender as experiências dos estudantes africanos na UNILAB significa não apenas lançar luz sobre um problema específico, mas também contribuir para debates mais amplos sobre inclusão, diversidade e combate ao racismo em contextos educacionais e sociais.

Idealmente, um ambiente universitário característico e singular como o da UNILAB deveria ser um espaço de aprendizagem, troca de experiências e construção coletiva de conhecimento. No entanto, relatos de estudantes africanos indicam que o racismo e a xenofobia estão presentes em suas vivências na UNILAB, comprometendo não apenas sua integração acadêmica e social, mas também seu bem-estar emocional e psicológico. Essas formas de discriminação se manifestam de diferentes maneiras, como exclusão em interações sociais, estigmatização baseada em estereótipos e comentários depreciativos, que frequentemente são naturalizados ou minimizados pela comunidade acadêmica.

Além disso, a falta de políticas institucionais eficazes para lidar com essas questões agrava a situação. Embora a UNILAB tenha sido concebida com um propósito inclusivo, a implementação de práticas que garantam a equidade entre os estudantes ainda enfrenta desafios. Questões como a ausência de espaços seguros para o diálogo sobre racismo e xenofobia, a falta de sensibilização da comunidade acadêmica e a insuficiência de mecanismos formais de denúncia são exemplos de lacunas que precisam ser enfrentadas.

Outro aspecto que discutiremos em torno dessa problemática é como as experiências de racismo e xenofobia podem ser agravadas pelas experiências de gênero. Desse modo, buscamos entender se mulheres africanas, por exemplo, enfrentam um duplo preconceito e acabam sendo discriminadas tanto por sua condição de estrangeiras e negras quanto por seu gênero. Essa intersecção de desigualdades evidencia a necessidade de análises que levem em conta as múltiplas dimensões da discriminação, indo além de uma abordagem única e homogênea que não consideraria outros marcadores sociais dominantes nesse contexto.

Ao problematizar essas questões, busco não apenas expor as experiências de discriminação vividas pelos estudantes africanos, mas também analisar os fatores que contribuem para sua perpetuação e os impactos que elas geram aos estudantes africanos em suas trajetórias acadêmicas e pessoais. A ausência de estudos que explorem de forma sistemática essas questões no contexto da UNILAB reforça a importância deste trabalho.

Essa pesquisa tem como objetivo principal investigar as experiências de racismo e xenofobia enfrentadas por estudantes africanos na UNILAB, com ênfase na análise das dinâmicas de exclusão e nos impactos dessas práticas em sua integração acadêmica e

social.

A escolha deste tema se justifica tanto por sua relevância teórica quanto por seu potencial de impacto prático. Teoricamente, a pesquisa dialoga com campos como os estudos de racismo estrutural, teorias pós-coloniais e interseccionalidade, contribuindo para ampliar a compreensão sobre as dinâmicas de exclusão em contextos educacionais multiculturais. Além disso, ao focar em uma instituição como a UNILAB, o estudo oferece uma perspectiva única sobre os desafios e possibilidades da internacionalização do ensino superior no Brasil.

Do ponto de vista prático, a pesquisa tem o potencial de informar a formulação de políticas institucionais mais eficazes e sensíveis às necessidades dos estudantes africanos. Ao dar visibilidade às suas experiências, busca-se também sensibilizar a comunidade acadêmica e estimular o debate sobre formas de promover uma convivência mais justa e inclusiva. Por fim, a pesquisa pode servir como referência para outras universidades brasileiras que enfrentam desafios semelhantes.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base no método etnográfico, que se mostra particularmente adequado para explorar questões relacionadas à vivência e percepção dos sujeitos (Hammersley e Atkinson, 2022). A combinação de observação participante e entrevistas semiestruturadas permite uma análise aprofundada das experiências de racismo e xenofobia desses estudantes, considerando as múltiplas perspectivas envolvidas.

A coleta de dados foi realizada com diferentes grupos de participantes, incluindo estudantes africanos, professores, funcionários administrativos e estudantes brasileiros desta instituição. Cada grupo foi abordado com roteiros específicos de entrevistas, elaborados para captar as nuances de suas percepções e experiências. A observação participante, por sua vez, será utilizada para registrar interações cotidianas e dinâmicas sociais que podem não ser explicitadas nas entrevistas.

A triangulação dos dados garantirá maior validade aos resultados e permitirá uma compreensão mais abrangente das questões investigadas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Migrações e Mobilidade Acadêmica: Estudantes Africanos no Brasil

A mobilidade acadêmica internacional é um dos fenômenos mais expressivos das últimas décadas dentro do cenário da globalização, sendo entendida como o deslocamento temporário de estudantes, pesquisadores e docentes entre países e instituições com a finalidade de formação, qualificação profissional ou intercâmbio científico-cultural. Como destaca Knight (2004), a mobilidade acadêmica integra o processo de internacionalização do ensino superior, articulando-se com políticas externas de cooperação e desenvolvimento entre países, particularmente os do eixo Sul-Sul.

No contexto brasileiro, essa mobilidade tem se intensificado com a criação de programas específicos que favorecem a entrada de estudantes estrangeiros nas instituições de ensino superior, dentre os quais se destacam o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Esses programas são articulados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) como parte da política de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), promovendo um intercâmbio educacional e diplomático entre o Brasil e países da América Latina, África, Ásia e do Caribe. Especificamente, o PEC-G tem sido um dos principais vetores de mobilidade para estudantes africanos de países de língua portuguesa (PALOP). Dados do MRE indicam que entre 2000 e 2010, o Brasil recebeu mais de 7.676 estudantes de graduação, dos quais 6.001 eram africanos, sendo a maioria proveniente de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (Müller; Silva, 2016).

O fenômeno migratório de estudantes africanos rumo ao Brasil, impulsionado por acordos de cooperação técnica e educacional, inscreve-se em uma lógica que transcende os meros deslocamentos geográficos. Trata-se de uma mobilidade ancorada em projetos pessoais, familiares e nacionais, que revela tanto as vulnerabilidades quanto as possibilidades de jovens africanos em formação fora de seus territórios de origem. Tais deslocamentos, frequentemente tratados como temporários ou excepcionais, evidenciam fluxos que estão longe de ser episódicos ou irrelevantes.

A presença crescente de estudantes africanos nas universidades brasileiras,

particularmente através do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), aponta para uma dimensão da internacionalização do ensino superior brasileiro ainda pouco visibilizada pelas políticas educacionais e pelas reflexões acadêmicas. Neusa Gusmão (2011) observa que "a problemática do estudante africano nas instituições brasileiras não é objeto de reflexão acadêmica e científica, a não ser de poucos pesquisadores e, muitas vezes, só o são por parte dos próprios estudantes africanos". Ou seja, os sujeitos da pesquisa frequentemente tornam-se também os protagonistas da produção de conhecimento sobre suas próprias experiências de deslocamento.

O estudo de Lima e Feitosa (2017) evidencia que o projeto migratório desses estudantes é atravessado por fatores individuais, familiares e coletivos, como o desejo de promoção social, o prestígio do diploma internacional e as condições mais acessíveis de ingresso e permanência no ensino superior brasileiro. Ao mesmo tempo, tal movimento revela a interdependência entre escolhas pessoais e políticas diplomáticas mais amplas, situando o estudante africano como um agente ativo dentro da lógica de cooperação internacional sul-sul¹, representando, portanto, uma ruptura com os modelos tradicionais de internacionalização, pois insere-se na lógica contra-hegemônica da cooperação solidária.

As dificuldades enfrentadas por esses estudantes são múltiplas: desde a ausência de apoio institucional estruturado para recepção e integração, até o enfrentamento de xenofobia e racismo cotidianos em espaços acadêmicos e urbanos. Professores e colegas de curso, conforme revela Müller (2016), "pouco ou nada sabem sobre a realidade da África e reproduzem as percepções estereotipadas sobre o continente", o que gera situações incômodas e desumanizantes. Em muitas universidades, esses estudantes vivem a experiência de estar simultaneamente presentes e ausentes, visíveis pelas suas diferenças fenotípicas, mas invisíveis em suas subjetividades e vozes.

O fluxo migratório acentuado no país nos mostra também que o Brasil se tornou uma alternativa viável à Europa, especialmente para jovens de países africanos, não apenas pelo idioma comum, mas pelos custos reduzidos, oportunidades de bolsas e pela percepção inicial de um país aberto à diversidade. Contudo, como observam Müller e Silva (2016), "ser africano e negro no Brasil é uma experiência que impõe muitas dificuldades", principalmente pela ausência de políticas eficazes de acolhimento,

¹ É nesse contexto que surge a UNILAB como um marco inovador na internacionalização da educação superior, como veremos no capítulo a seguir.

estigmas raciais e desconhecimento da cultura africana por parte da comunidade acadêmica.

Os estudantes africanos chegam ao Brasil motivados por um ideal de formação internacional, mas deparam-se com um cotidiano permeado por desafios, desde a adaptação linguística e metodológica ao enfrentamento do racismo estrutural. Muitos relatam o “choque de realidade” ao perceber que a suposta democracia racial brasileira não corresponde às suas expectativas, frequentemente criadas com base em discursos idealizados nos países de origem (Subuhana, 2009).

É nesse cenário que se revela a importância de uma abordagem crítica da mobilidade acadêmica internacional. A mobilidade dos estudantes africanos, conforme Gusmão (2011), inscreve-se num regime de "presença invisível", em que a experiência de estar na “terra do outro” é marcada por tensões constantes entre a exclusão institucional e exclusão simbólica. Os autores apontam que, muitas vezes, os próprios estudantes são levados a internalizar sentimentos de inadequação, o que compromete não apenas seu desempenho acadêmico, mas sua saúde mental e seus vínculos sociais.

Outra dimensão importante é o caráter migratório da mobilidade acadêmica. A abordagem tradicional tende a tratar esses estudantes apenas como temporários, ignorando os impactos afetivos, culturais e sociais de seus deslocamentos. No entanto, como sublinha Araujo (2020), a experiência desses jovens não pode ser compreendida apenas como intercâmbio técnico ou formativo; ela constitui uma forma legítima de migração transnacional, com implicações profundas em sua subjetividade e identidade.

Subuhana (2005), em sua tese sobre estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro, chama atenção para os impactos psíquicos da migração estudantil. Ele observa que muitos estudantes enfrentam “um processo de desterritorialização e reterritorialização identitária”, marcado por ambivalências entre pertencimento e exclusão. Essa condição se reflete, por exemplo, nas dificuldades de construção de laços afetivos, na marginalização em eventos acadêmicos e sociais, e na constante sensação de desamparo. Para ele, “o percurso de migração é tudo, menos individual”.

O que está em jogo, portanto, não é apenas a circulação de corpos e diplomas, mas a circulação de identidades, memórias, projetos de vida e, muitas vezes, projetos familiares, pois é em muitos desses estudantes que é depositada a esperança de uma

possível ascensão social, sendo alguns deles os primeiros da família a ter acesso a uma oportunidade para fazer uma graduação de nível superior. A presença desses estudantes no Brasil provoca um necessário tensionamento das práticas universitárias e dos discursos nacionalistas que insistem em um Brasil acolhedor, quando, na prática, reitera-se a exclusão do “outro” africano.

Conforme aponta Gusmão (2011), “há uma urgência em tornar visível o invisível” e em construir uma universidade de fato internacionalizada, não apenas em seus acordos institucionais, mas sobretudo em sua capacidade de acolher a alteridade como constitutiva de sua própria existência. Diante disso, torna-se necessário compreender a mobilidade acadêmica de estudantes africanos para o Brasil não apenas como fluxo numérico, mas como campo tensionado por expectativas, desafios e contradições. A UNILAB, ao concentrar grande parte dos estudantes africanos no Brasil, torna-se um espaço privilegiado para análise das dinâmicas da mobilidade acadêmica sul-sul. Sua proposta pedagógica e institucional (tratadas no capítulo a seguir) pode contribuir significativamente para a desconstrução de estereótipos, a valorização das culturas africanas e o fortalecimento de laços horizontais entre os países do hemisfério Sul.

2.2. Xenofobia e Racismo: Conceitos Fundamentais

As sociedades contemporâneas ainda convivem com práticas sistemáticas de exclusão baseadas em marcadores sociais como raça, origem nacional e etnicidade. No Brasil, essa realidade assume contornos particularmente complexos e violentos quando relacionada à presença de imigrantes africanos, especialmente no contexto universitário. Este capítulo discute os fundamentos teóricos e históricos dos conceitos de xenofobia, racismo e suas intersecções, com destaque para a formulação de xeno-racismo, também tratada por “xenofobia racializada”, tal como proposta por autores contemporâneos, entre eles Faustino e Oliveira (2021), Malomalo e Souza (2016) e Redin e Reichert (2024).

A xenofobia, tradicionalmente definida como a aversão ao estrangeiro, não se manifesta de maneira uniforme. Na sociedade brasileira, ela adquire um caráter racializado, tornando-se inseparável das estruturas históricas do racismo, pois, tal como afirma Mattos

O conceito de xenofobia é “aversão ao estrangeiro”, não havendo, para sua

caracterização, a necessidade de nenhum outro elemento de cor, língua, ou especificação quanto ao país de origem. No entanto, basta uma observação simplória do assunto para se perceber que as ofensas contra estrangeiros noticiadas, em sua grande maioria, são perpetradas contra imigrantes negros vindos do continente africano ou do Haiti. (Mattos, 2016, p. 29)

A exemplo de alguns casos sonantes na mídia brasileira e internacional, como o de Moïse Kabagambe, migrante congolês assassinado no Rio de Janeiro, em 2021, quando exigia o pagamento de suas 3 diárias de trabalho atrasadas, ou então o caso dos estudantes angolanos atacados por um cidadão brasileiro em um bar de São Paulo, tendo resultado na morte da estudante Zulmira de Souza Borges, em 2012, após uma discussão que teria sido gerada por ofensas racistas e xenofóbicas proferidas pelo agressor contra o grupo de imigrantes africanos, de acordo com o portal de notícias G1, e ainda o caso do atentado contra imigrantes haitianos, baleados em uma tentativa de chacina contra estes, motivada pelo xeno-racismo, tendo resultado em um saldo de 8 haitianos baleados, entre outros casos.

Faustino e Oliveira (2021) destacam que o conceito de xeno-racismo, criado originalmente por Ambalavaner Sivanandan, ajuda a compreender como a rejeição ao estrangeiro se articula com a racialização dos corpos não brancos. No Brasil, os estrangeiros negros oriundos do continente africano ocupam a posição do que Redin e Reichert (2024) nomeiam como "o mais estrangeiro entre os estrangeiros", uma categoria socialmente construída que incorpora elementos de inferiorização racial, econômica e cultural.

É nesse sentido que o racismo à brasileira, frequentemente disfarçado por uma retórica de cordialidade, revela-se um instrumento de exclusão que não apenas marginaliza os sujeitos racializados, mas também inviabiliza políticas efetivas de inclusão e acolhimento. Conforme argumentam Souza e Malomalo (2016), a própria missão institucional da UNILAB de promover a integração entre os países da CPLP esbarra nas contradições de uma sociedade que se recusa a reconhecer seu racismo estrutural. Os autores mostram que os estudantes africanos enfrentam não apenas hostilidades cotidianas nas cidades do Maciço de Baturité, mas também barreiras institucionais dentro da própria universidade, o que compromete o projeto de cooperação solidária e integração internacional que fundamentou a criação da UNILAB.

É necessário, portanto, fazer distinções conceituais. A xenofobia, em sua forma clássica, refere-se à rejeição ao estrangeiro com base na nacionalidade ou origem

cultural. Já o racismo, enquanto estrutura social, opera por meio da hierarquização dos corpos com base na cor da pele e outros marcadores fenotípicos. No entanto, quando o estrangeiro é também racializado como no caso dos estudantes africanos, essas duas formas de opressão não apenas coexistem, mas se reforçam mutuamente. A isso, damos o nome de xeno-racismo, ou xenofobia racializada.

Além disso, o racismo estrutural brasileiro, herança de um passado colonial e escravocrata, molda a forma como a sociedade lida com a diferença. Bocchini (2015) alerta que o sistema universitário brasileiro, mesmo em instituições criadas com uma proposta contra- hegemônica, como a UNILAB, ainda perpetua práticas excludentes, seja por meio de currículos descontextualizados, seja pela ausência de políticas afirmativas efetivas que considerem as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelos estudantes africanos.

Alguns autores nos ajudam a aprofundar o pensamento sobre as categorias de opressão discutidas aqui, como é o caso de Achille Mbembe (2018), ao tratar do conceito de “necropolítica”, nos oferecendo uma contribuição essencial para entender como o racismo se manifesta em contextos de fronteira e exclusão. Para o autor, o racismo não é apenas um sistema de dominação, mas um regime de morte, que define quem deve viver e quem pode morrer física, simbólica ou socialmente.

Stuart Hall (2003), por sua vez, contribui para a compreensão do racismo como uma construção cultural que se reinscreve constantemente nas representações, nas práticas institucionais e nos discursos. Para Hall, o processo de racialização não depende apenas de traços fenotípicos, mas da atribuição de sentidos a determinados grupos sociais. O estrangeiro negro, por exemplo, é representado como o “outro absoluto”, simultaneamente exótico e perigoso, objeto de curiosidade e de suspeita. No ambiente universitário, essa representação se traduz em práticas sutis de exclusão, como o isolamento social, o questionamento das capacidades intelectuais e a desqualificação de saberes africanos. Nesse quadro, o racismo e a xenofobia deixam de ser fenômenos distintos para se tornarem dimensões complementares de um mesmo regime de exclusão.

Para Sueli Carneiro (2023), essa negação se inscreve em um “dispositivo de racialidade”, que regula a circulação de saberes e corpos nos espaços sociais. “O racismo opera como um dispositivo que organiza as relações institucionais e define quem tem

direito à fala, à escuta e ao reconhecimento”, afirma a autora (Carneiro, 2023, p. 47). Tal dispositivo se manifesta, por exemplo, na deslegitimação de sotaques africanos como “erro gramatical” ou “falta de formação”, na exigência de comportamento disciplinado como prova de civilidade e na inferiorização de práticas culturais africanas.

A compreensão dessas categorias (xenofobia e racismo), em suas intersecções, exige a incorporação da perspectiva da interseccionalidade, uma vez que as experiências de exclusão e violência se intensificam quando marcadores como gênero, classe, religião e sexualidade se somam à origem nacional e racial. Assim, a análise do fenômeno na UNILAB não pode prescindir de uma abordagem que reconheça a complexidade dessas articulações e que se proponha a pensar a universidade não apenas como espaço de ensino, mas como território de disputas simbólicas e políticas.

2.3. Trajetória Migratória e Resignificação Identitária

A experiência migratória, em especial a transnacional, constitui um processo que vai muito além da mobilidade espacial. Ela envolve transformações subjetivas, ressignificações identitárias e o enfrentamento de dinâmicas sociais, muitas vezes marcadas pelo racismo e pela xenofobia, a depender do contexto. Como apontam Imilan, Margarit e Garcés (2021), a mobilidade internacional deve ser entendida como parte de um campo relacional que ultrapassa a simples lógica do deslocamento geográfico, pois envolve redes sociais, memórias históricas e confrontos com novas estruturas de poder. No caso dos estudantes africanos, trata-se de uma experiência transnacional que os obriga a repensar quem são, a partir das tensões vividas no Brasil.

No país de origem, muitas vezes, a questão racial não ocupa o mesmo lugar central que no Brasil. Embora existam marcas do colonialismo e privilégios concedidos historicamente a determinados grupos, como os mestiços em Angola, a categoria “raça” nem sempre estrutura as experiências cotidianas. O foco tende a recair mais sobre diferenças étnicas, culturais ou regionais. Patrício (2011) lembra que, em muitos contextos africanos, a diversidade cultural se sobrepõe à discussão racial, que pode aparecer de forma difusa ou secundária. Essa diferença faz com que muitos estudantes, ao chegarem ao Brasil, vivam uma espécie de choque de realidade: de repente, a cor da pele torna-se o principal marcador social de suas vidas.

Essa experiência é coerente com as análises de Frantz Fanon (2008), que

descreveu como a condição negra se constitui de forma distinta em contextos coloniais e pós-coloniais. Para Fanon, a racialização no mundo colonial é marcada por uma violência simbólica que transforma o negro em objeto, e não sujeito. Essa mesma lógica, ainda presente em sociedades pós-coloniais, como a sociedade brasileira, faz com que os estudantes africanos se deparem com formas de exclusão que não haviam internalizado plenamente antes de migrar e os obriga a passar por um processo de ressignificação identitária. O Brasil, portanto, se torna o espaço onde “aprendem o que é ser negro”, em um sentido social e político que ultrapassa a mera consciência da cor da pele.

Neusa Santos Souza (1948-2008) contribui de maneira decisiva para a compreensão do racismo como um processo que ultrapassa a dimensão estrutural e institucional, alcançando profundamente a constituição subjetiva dos sujeitos negros em sociedades racializadas. Em *Tornar-se Negro* (1983), a autora argumenta que o racismo opera não apenas como um sistema externo de exclusão, mas como uma pedagogia violenta que produz sofrimento psíquico, alienação de si e conflitos identitários. Esse processo é especialmente evidente quando indivíduos negros passam a ocupar espaços historicamente brancos e elitizados, como a universidade, sendo constantemente interpelados por olhares, discursos e práticas que questionam sua legitimidade, competência e pertencimento. Tal perspectiva dialoga diretamente com os relatos dos estudantes africanos da UNILAB, que descrevem sentimentos de inadequação, vigilância constante e deslegitimação intelectual, mesmo em um espaço institucionalmente comprometido com a integração internacional.

A noção de “tornar-se negro”, conforme formulada pela médica psiquiátrica e psicanalista, refere-se a um processo doloroso de tomada de consciência racial que, paradoxalmente, não ocorre necessariamente em contextos majoritariamente negros, mas se intensifica em sociedades marcadas pela branquitude normativa. Nesse sentido, a experiência migratória dos estudantes africanos no Brasil, analisada ao longo desse trabalho, pode ser compreendida como um catalisador desse processo. Muitos entrevistados afirmam que apenas no Brasil passaram a experimentar o racismo como eixo organizador das relações sociais, aprendendo, na prática, o significado social de “ser negro”. Essa experiência confirma a tese de Souza de que o racismo produz uma ruptura entre a autoimagem construída anteriormente e a identidade imposta socialmente, exigindo do sujeito um trabalho contínuo de ressignificação para não sucumbir ao

auto-ódio, à inferiorização ou ao silenciamento (Souza, 1983).

Stuart Hall (2003), ao discutir a identidade cultural na diáspora, ressalta que a identidade não é fixa, mas construída a partir do deslocamento, da diferença e da memória. No caso dos estudantes africanos, a migração os coloca diante de um processo de “ressignificação identitária compulsória”: ao serem vistos socialmente como “negros estrangeiros”, passam a se identificar com uma identidade negra que antes podia não ser central em seus países de origem. A identidade, assim, deixa de ser apenas uma herança étnica ou cultural e passa a ser também uma construção relacional, constantemente atravessada pela exclusão e pela resistência.

Esse processo de ressignificação identitária é também marcado pelo silêncio anterior sobre o racismo. Kilomba (2019) sublinha como o racismo, em muitos contextos, é envolto por um pacto de silenciamento, que impede sua nomeação. Esse silêncio, no entanto, é rompido quando os estudantes africanos entram em contato com o racismo cotidiano brasileiro. O choque de perceber-se como alvo de discriminação racial abre feridas, mas também produz novas formas de consciência e resistência. Nesse sentido, a experiência migratória se transforma em um campo pedagógico, no qual o estudante aprende dolorosamente sobre as estruturas do racismo.

Essas experiências de exclusão são também atravessadas por memórias históricas compartilhadas. Como lembra Gilroy (2001), a diáspora negra é marcada por uma “modernidade atlântica” que conecta experiências de opressão e resistência em diferentes países. Ao chegar ao Brasil, estudantes africanos reencontram, em outro registro, marcas de um passado colonial que também atravessou suas sociedades de origem. Essa conexão reforça o sentimento de pertencimento a uma comunidade diaspórica mais ampla, mas também explicita as dificuldades de inserção em sociedades racializadas.

No campo das relações sociais cotidianas, a ressignificação identitária passa a ocorrer em pequenos gestos e interações. O preconceito velado, a suspeita em relação ao sotaque, o exotismo atribuído às culturas africanas podem contribuir para que os estudantes reconfigurem sua percepção de si. Como observa Sueli Carneiro (2023), esse “dispositivo de racialidade” atua para marcar fronteiras simbólicas e hierarquizar os sujeitos. Ao ser colocado nessa posição, o estudante africano precisa, muitas vezes, reivindicar sua identidade em termos que não estavam previamente em questão.

A identidade, portanto, deixa de ser apenas um marcador de pertencimento étnico ou nacional e passa a ser uma luta política. A vivência no Brasil impulsiona os estudantes a reconhecerem-se como parte de uma coletividade negra que resiste às práticas de exclusão, mas, ao mesmo tempo, tem sua condição agravada por carregar também o marcador social de estrangeiro (Mattos, 2016). Gomes (2017) lembra que o processo de construção da identidade negra é inseparável da resistência ao racismo. Desse modo, ao se confrontar com a realidade brasileira, os estudantes africanos reconstruem sua identidade em diálogo com as lutas históricas no país, ampliando sua consciência política e racial.

Essa ressignificação não ocorre sem conflitos internos. Essa transição pode gerar sentimentos de estranhamento, dor e até de deslocamento identitário. No entanto, é também nessa tensão que se abrem possibilidades de novas formas de pertencimento e solidariedade, sobretudo em espaços coletivos de organização e apoio, como a criação coletivos e associações com agendas de resistência e defesa de lutas coletivas de interesse desses grupos.

A UNILAB, nesse sentido, se apresenta como um palco propício para esse fenômeno. É nesse espaço contraditório que os estudantes africanos se veem obrigados a produzir novas identidades. A ressignificação ocorre tanto no enfrentamento às práticas discriminatórias quanto na construção de laços de solidariedade com outros estudantes africanos e brasileiros. Como mostra o estudo de “Trajetórias Formativas” (Pedone, 2019), a vivência acadêmica se torna um processo formativo não apenas em termos profissionais, mas também identitários. O aprendizado sobre o racismo, a descoberta da força coletiva e a redefinição da identidade negra são, portanto, parte constitutiva da experiência universitária.

Essa trajetória migratória evidencia, por fim, como a mobilidade acadêmica não é um processo neutro, mas atravessado por relações de poder, heranças coloniais e disputas de reconhecimento. A ressignificação identitária vivida pelos estudantes africanos na UNILAB ilustra o modo como sujeitos em mobilidade constroem novas identidades em diálogo com contextos sociais distintos, mas marcados por opressões semelhantes. É nessa intersecção que se abre espaço para práticas de resistência, solidariedade e novas formas de pensar a cooperação entre Brasil e África.

Assim sendo, a trajetória migratória dos estudantes africanos para a UNILAB não pode ser entendida apenas como um deslocamento acadêmico, mas como uma experiência de reconfiguração subjetiva, que se encontra continuamente marcada pelo enfrentamento ao racismo e à xenofobia. Essa ressignificação identitária, embora forçada, pode também se apresentar como um elemento de potência: ela pode fortalecer a consciência racial, ampliar a compreensão das heranças coloniais e abrir caminhos para a construção de uma comunidade acadêmica verdadeiramente plural e crítica.

2.4. Racismo no Brasil

Racismo, aqui discutido pode ser entendido como um sistema de hierarquização social que atribui valores, direitos e oportunidades desiguais a indivíduos com base em características fenotípicas, como a cor da pele, em um processo historicamente construído e mantido por estruturas de poder, resultantes do processo colonial e da escravidão no Brasil, em particular, como defende Fernandes (1972).

Em *O Genocídio do Negro Brasileiro*, de Abdias Nascimento (1978), o autor aponta que o racismo no Brasil não é apenas uma questão de preconceito individual, mas uma política sistemática de exclusão e destruição da população negra. Deste modo, não pode ser compreendido apenas como um conjunto de atitudes discriminatórias e isoladas, praticadas por indivíduos em situações pontuais. Ele constitui um sistema histórico de opressão, articulado de forma complexa às estruturas políticas, econômicas, jurídicas, culturais e educacionais. Neste país, a questão racial se confunde com o próprio processo de formação nacional, desde o período colonial até os dias atuais. A herança da escravidão, longe de ter sido superada com a abolição formal em 1888, transformou-se em novas formas de controle e exclusão, cujos efeitos são observados em todos os indicadores sociais.

No Brasil, essa ilusão assume a forma do mito da democracia racial, que mascara a exclusão por meio da valorização da mestiçagem como símbolo de harmonia. Porém, como afirma Lélia Gonzalez (1988), esse discurso funciona como um mecanismo de apagamento da violência racial, pois esconde a opressão sob a aparência da integração. O que se produz, na prática, é a manutenção da desigualdade racial sob formas dissimuladas, onde o racismo se expressa de forma cordial, velada e institucionalizada.

De acordo com Silvio Almeida (2019), o racismo estrutural "é um fenômeno que

não depende da intenção do agente discriminador", mas que opera independentemente da consciência dos indivíduos, pois está naturalizado nos modos de funcionamento das instituições. O autor alerta que o racismo não é apenas uma patologia social, mas uma engrenagem fundamental da organização da sociedade brasileira, moldando normas, relações e valores.

Essa concepção de racismo enquanto estrutura é também trabalhada por Sueli Carneiro (2023), que desenvolve o conceito de dispositivo de racialidade para explicar como a inferiorização da população negra está entranhada em dispositivos sociais e institucionais, que definem o acesso à cidadania, ao saber, à subjetividade e ao poder. Segundo a autora, "O dispositivo de racialidade organiza as práticas sociais, jurídicas, institucionais e culturais em torno de uma lógica racial hierarquizante, que garante a permanência da branquitude como norma e da negritude como diferença" (Carneiro, 2023, p. 47). Nesse sentido, a autora sugere que o racismo estrutura a vida cotidiana ao definir quem tem o direito de existir com dignidade e quem será constantemente submetido à vigilância, à precariedade e à morte simbólica ou literal. A violência policial, o encarceramento em massa, a sub-representação em cargos de decisão e o epistemicídio nos espaços acadêmicos são expressões distintas, mas interligadas, dessa lógica (Carneiro, 2023).

A esse respeito, Fanon (2008) já denunciava que a desumanização do sujeito negro começa no campo simbólico: "ser negro em um mundo construído a partir da branquitude significa ocupar uma posição de não ser", uma ontologia negativa que afeta a autoestima, o reconhecimento e as possibilidades de existência plena. Fanon mostra como o colonialismo impõe ao colonizado um lugar de subalternidade não apenas física, mas também psíquica e epistêmica: "O negro não é um ser humano à medida do branco. O negro é o outro, o inferior, aquele a ser educado, dominado, vigiado" (Fanon, 2008, p. 34).

Essa lógica de inferiorização continua operando no Brasil contemporâneo. Como aponta Davis (2016), o racismo não é uma exceção à democracia, mas sua condição de possibilidade em sociedades como a brasileira e a estadunidense. A democracia, quando construída sobre a exclusão de determinados corpos, é, na verdade, um regime de privilégios racializados. Para Davis, a persistência do racismo na sociedade estadunidense e brasileira é sustentada pela ilusão de que ele foi superado.

Além disso, o racismo estrutural no Brasil articula-se a um projeto global de produção da diferença como hierarquia. O filósofo camaronês Mbembe (2017) trabalha a ideia de necropolítica, segundo a qual o poder moderno se exerce por meio da escolha de quem deve viver e quem pode morrer. Essa lógica é evidentemente racializada: a população negra e pobre é, sistematicamente, a mais exposta à morte, à precariedade e à negligência estatal. Segundo o mesmo, “a necropolítica moderna é sustentada por uma estrutura de racialização que define quem será privado de direitos, de proteção e de vida” (Mbembe, 2017, p. 35).

Essa teoria é extremamente relevante para entender, por exemplo, o genocídio da juventude negra, o abandono das periferias urbanas e a negligência institucional em relação aos estudantes africanos e negros nas universidades brasileiras. Mesmo quando há políticas públicas voltadas à inclusão, como as cotas raciais e os programas de internacionalização da educação, a estrutura racial resiste, adaptando-se e manifestando-se de novas formas: burocracias excludentes, microviolências cotidianas, exigências de “boa conduta” e silenciamento epistêmico.

É nesse ponto que a contribuição de Silva (2006) torna-se fundamental. A autora denuncia a pretensão de universalidade do sujeito moderno, branco, europeu, masculino, que exclui tudo o que não se conforma à sua lógica. Segundo ela, a racionalidade ocidental opera um regime de transparência, onde os corpos negros são vistos como opacos, ilegíveis e perigosos, demandando controle, disciplina e tutela. Esse olhar racializado é reproduzido nos processos seletivos, nos espaços de pesquisa, nos currículos e na política institucional das universidades.

A autora propõe uma crítica radical ao que apresenta como uma espécie de arquitetura racial do pensamento, sustentando que o racismo é constitutivo do próprio modo de conhecer, e não apenas das instituições. Portanto, a luta antirracista precisa ser também uma luta epistemológica, voltada à valorização de outros modos de saber, de narrar e de existir.

Nesse sentido, torna-se evidente que o racismo estrutural não é apenas uma questão de representação ou de ausência de negros em espaços de poder, mas uma gramática ontológica e política da exclusão, que precisa ser combatida em todos os seus níveis: jurídico, simbólico, afetivo e institucional.

A universidade pública, e no caso desta pesquisa, a UNILAB, é um espaço paradigmático, como veremos ao longo da dissertação, onde essa luta se intensifica. Embora tenha sido criada para promover a integração com países africanos de língua portuguesa, as práticas de exclusão e racialização ainda estão presentes em seus corredores, seus processos seletivos, suas relações pedagógicas e suas formas de gestão. Estudantes africanos frequentemente relatam a experiência de uma acolhida ambígua: são bem-vindos enquanto símbolo político de cooperação, mas mal recebidos no cotidiano institucional, onde enfrentam xenofobia, solidão, invisibilidade e racismo velado (Malomalo, 2018).

Essa ambiguidade não é casual. Ela revela a tensão entre o projeto político da universidade e a estrutura racial da sociedade que a sustenta. Como afirma Carneiro (2020), "a branquitude acadêmica não está disposta a ceder seus privilégios sem resistência", o que exige não apenas presença negra, mas transformação profunda das normas, dos currículos e das formas de produção do saber.

2.5. Xenofobia e Racismo no Ambiente Universitário

A universidade pública brasileira ocupa, historicamente, um lugar simbólico de excelência, progresso e ascensão social. Instituída como espaço privilegiado de produção e validação de saberes, ela também representou-se por muito tempo como um dos territórios mais férteis para a reprodução de desigualdades raciais e sociais, sendo essa afirmativa reconhecida pelo Governo Federal, com a criação da Lei 12.711/2012, que prevê a reserva de vagas para grupos historicamente sub-representados do ensino superior (pretos, pardos e indígenas), tendo refletido no aumento significativo da presença desses grupos em universidades brasileiras, como apontam estudos recentes, como o de Cláudia Fernandes (2022). O discurso da meritocracia, da universalidade e da neutralidade científica convive com práticas históricas de exclusão, que têm mantido corpos negros e estrangeiros em posição subalterna ou marginalizada dentro do espaço universitário (Fernandes, 2022).

O racismo no ambiente acadêmico brasileiro se manifesta de maneira complexa e diversa, nem sempre em formas abertas ou explícitas, mas por meio de estruturas simbólicas e institucionais que regulam o acesso ao conhecimento, o pertencimento social e o reconhecimento intelectual (Fernandes, 2022). Segundo Kabengele Munanga

(2004), as universidades no Brasil se constituíram como espaços elitizados, brancos e eurocentrados, pouco abertos à diversidade cultural e étnico-racial que caracteriza o país. Desse modo, presença a de estudantes negros e estrangeiros acaba desafiando essas estruturas e revela a persistência de práticas discriminatórias que vão desde o silenciamento de saberes não ocidentais até o isolamento social e a sub-representação nos espaços de poder.

Estudos pioneiros como os de Ribeiro (2011), Munanga (2004) e Carneiro (2005) reforçam que a universidade brasileira, tradicionalmente branca e elitizada, historicamente atuou como um reproduzidor das hierarquias raciais da sociedade. O racismo, nessas pesquisas, é identificado não apenas nas atitudes explícitas, como insultos ou piadas, mas também nas dinâmicas institucionais: ausência de representatividade docente, silenciamento de narrativas negras nos currículos e naturalização da branquitude como parâmetro universal de conhecimento. Em paralelo, nas últimas duas décadas, trabalhos como os de Malomalo (2018) e Machado, Nascimento e Impanta (2023) passaram a evidenciar também a xenofobia sofrida por estudantes africanos nas universidades brasileiras, revelando como a presença de estrangeiros negros reconfigura os modos como o racismo opera nesses espaços.

O cotidiano desses estudantes é permeado por experiências de xenofobia racializada, marcada por estigmas associados à aparência, sotaque, origem nacional, religião e expressões culturais. Essas formas de rejeição não são meramente individuais, mas estruturais: elas se manifestam nas relações interpessoais, nas práticas administrativas, nas salas de aula, nas bibliotecas, nos alojamentos estudantis e até nos corredores (Malomalo, 2018). Trata-se, como assinala Fanon (2008), da presença de uma “atmosfera sufocante de vigilância racial”, na qual o sujeito racializado precisa constantemente se justificar, se adaptar ou se calar.

Esse processo de racialização dos estudantes africanos, segundo os autores supracitados, está inserido em um padrão histórico de exclusão do negro e do estrangeiro em espaços considerados legítimos de saber e poder. A universidade brasileira, concebida e estruturada a partir de um modelo eurocêntrico e elitista, não reconhece plenamente a legitimidade dos saberes africanos ou da presença negra como produtora de conhecimento. A invisibilidade dos intelectuais africanos nos currículos, a ausência de disciplinas voltadas às realidades africanas e o escasso incentivo à pesquisa sobre a

África indicam uma política de silenciamento que, ao mesmo tempo, acolhe formalmente e rejeita simbolicamente esses sujeitos.

Essas práticas têm impacto direto na saúde mental, no desempenho acadêmico e no sentimento de pertencimento dos estudantes africanos. Muitos relatam experiências de solidão, isolamento, ataques verbais, negligência por parte de professores e funcionários e, em alguns casos, até violência física ou institucional. Um dos entrevistados por Souza e Malomalo (2016) afirmou: “Sinto que sou estrangeiro todos os dias, mesmo dentro de uma universidade que me convidou a estar aqui”. Essa sensação de “estar fora mesmo estando dentro” é uma das formas mais cruéis de exclusão simbólica, pois transforma o espaço universitário em um território de vigilância constante, onde o outro é sempre objeto de desconfiança.

A xenofobia universitária também se manifesta por meio da nacionalização do outro. Estudantes africanos são muitas vezes vistos como beneficiários de “privilégios”, como se o fato de estarem estudando no Brasil fosse um favor e não resultado de acordos bilaterais, mérito acadêmico e políticas públicas. Essa visão reforça uma lógica colonial em que o estrangeiro negro é sempre devedor, sempre em posição de inferioridade e gratidão (Souza; Malomalo 2016). Davis (2016) alerta para o fato de que “em sociedades racistas, o simples fato de pessoas negras existirem em espaços de poder é visto como ameaça”. Isso se aplica plenamente ao ambiente universitário, onde a presença negra e africana ainda é lida como exceção, intrusão ou desvio da norma.

A resistência a esse processo se dá, muitas vezes, por meio de redes informais de solidariedade, criação de coletivos estudantis e estratégias de enfrentamento. Silva (2009) propõe o conceito de “poder da margem” como forma de romper com a invisibilidade e a opressão. Para a autora, os sujeitos racializados precisam ser vistos não apenas como vítimas, mas como agentes de transformação social, capazes de produzir novas narrativas e reorganizar o espaço simbólico da universidade. Essa reconfiguração passa pela valorização dos saberes africanos, pela escuta ativa das demandas desses estudantes e pela revisão das práticas pedagógicas, curriculares e administrativas.

Almeida (2019) argumenta que o racismo estrutural só pode ser enfrentado por meio de mudanças institucionais profundas, que reconheçam sua existência e atuem de forma ativa para desmontá-lo. No ambiente universitário, isso significa implementar

políticas afirmativas específicas para estudantes estrangeiros racializados, criar instâncias permanentes de escuta e mediação de conflitos, garantir representação nos órgãos colegiados e investir na formação antirracista de servidores, professores e gestores.

Não se trata de oferecer “assistência”, mas de construir justiça. Fanon (2008) já dizia que “a revolta do colonizado começa quando ele recusa a inferioridade que lhe é imposta”. No caso dos estudantes africanos, essa recusa se manifesta na denúncia, na organização, na produção intelectual e na exigência de reconhecimento. Eles não pedem favores, mas reivindicam o direito de existir plenamente, com sua identidade, sua história e seus saberes.

A xenofobia no ambiente universitário não é um desvio, mas um espelho da sociedade brasileira, que construiu sua ideia de civilização sobre a exclusão dos corpos negros. Combater essa realidade exige mais do que boas intenções: exige coragem política, transformação institucional e compromisso ético com a justiça racial e epistêmica.

Esses estudantes que carregam esses marcadores sociais e identitários enfrentam não apenas barreiras institucionais, mas também simbólicas, pois, ao serem identificados como negros e estrangeiros, passam a carregar o peso de múltiplos estigmas construídos historicamente no imaginário social brasileiro. As autoras relatam que muitos docentes e colegas “pouco ou nada sabem sobre a realidade da África e reproduzem as percepções estereotipadas sobre o continente” (Müller; Silva, 2016, p. 56), criando um ambiente de constante estranhamento e exclusão.

O relato das autoras converge com as discussões de Malomalo e Souza (2016) ao apontar que o racismo e a xenofobia universitária são reproduzidos não apenas nas falas e nas atitudes cotidianas, mas também nas ausências ou insuficiência de conteúdos africanos nos currículos, de políticas específicas de acolhimento, de espaços de escuta institucionalizada e, sobretudo, de reconhecimento das especificidades culturais e subjetivas desses estudantes. Tal situação revela que a universidade ainda opera sob uma lógica etnocêntrica e colonial, que define a presença do outro como algo a ser domesticado ou ignorado, e não como possibilidade de transformação do espaço acadêmico. A denúncia de um dos estudantes entrevistados por Müller e Silva (2016) se demonstra bastante contundente: “Brasil é muito preconceituoso, muito. [...] Nunca

pensei que eu poderia sofrer um preconceito tamanho” (p. 60).

Essas experiências reforçam o que Fanon (2008) nomeou de “inferno cotidiano do racismo”, onde a pele negra se torna a primeira leitura de um corpo que precisa ser constantemente justificado. A suposta irmandade linguística e histórica que fundamenta programas como o PEC-G não resiste à realidade vivida por esses estudantes, que se deparam com um Brasil profundamente marcado pelo mito da democracia racial e pela valorização do “branco estrangeiro” em detrimento do “negro africano”. Como bem observa um dos estudantes entrevistados: “Eles pensam que africano não é gente não” (Müller; Silva, 2016, p. 62). A integração desses sujeitos no espaço universitário, portanto, não pode se dar apenas pela via formal do acesso.

O debate sobre racismo e xenofobia no ambiente universitário brasileiro ainda carece de aprofundamento teórico e empírico que dê conta da complexidade com que essas violências operam dentro das instituições de ensino superior. Embora haja avanços no reconhecimento da existência do racismo estrutural no Brasil, o recorte específico do espaço acadêmico, sobretudo nas universidades públicas, permanece subexplorado, especialmente no que diz respeito à experiência de estudantes estrangeiros, em particular os africanos. Grande parte das pesquisas existentes prioriza análises quantitativas sobre ações afirmativas, evasão escolar ou políticas de inclusão, sem, no entanto, mergulhar nas dimensões subjetivas, cotidianas e interseccionais do racismo e da xenofobia vividos nesses espaços. É notório que boa parte das análises mais sensíveis e comprometidas com o tema parte da própria vivência de estudantes e ex-estudantes africanos, que, ao longo de seus percursos acadêmicos, encontraram na pesquisa uma ferramenta de denúncia e afirmação. Muitas das dissertações, artigos e relatos produzidos sobre a experiência de racismo e xenofobia nas universidades brasileiras têm como autores os próprios sujeitos que sofrem essas violências, o que denuncia uma ausência simbólica e de falta de interesse pesquisadores nacionais, que aparentemente se furtam a problematizar criticamente essas questões dentro de suas instituições. Como alerta Malomalo (2018), “o estrangeiro negro é, muitas vezes, objeto de programas institucionais de acolhimento, mas raramente é sujeito de escuta e de produção de saber legítimo dentro da universidade” (p. 87).

Ao não considerar essas experiências como centrais, junto de todas outras, para a compreensão do cotidiano universitário, a produção científica brasileira contribui para a

invisibilidade das formas sutis e persistentes de racismo e xenofobia que atravessam a vida de estudantes africanos.

2.6. Mulheres africanas em ambientes universitários: uma extensão analítica

O recorte de gênero também é fundamental para compreender o perfil desses estudantes. Embora a presença masculina seja numericamente maior, segundo os dados mais recentes, atualmente existem 454 estudantes africanas ativas, o que representa mais de 40% do universo estudantil africano na UNILAB, que é de 1.127 estudantes ativos/matriculados para o semestre 2025.2 (SECRAGI, 2025). Essas mulheres constituem um grupo com vivências particulares, atravessadas por camadas adicionais de opressão. Elas enfrentam, além do racismo e da xenofobia, o sexismo e a erotização de seus corpos, sendo frequentemente alvo de estereótipos e violências simbólicas. A interseccionalidade entre gênero, raça e nacionalidade confere a essas estudantes um lugar de maior vulnerabilidade institucional e social. Muitas delas encontram no apoio mútuo, na criação de coletivos e na articulação política estratégias de resistência frente à invisibilidade acadêmica e à negligência institucional.

A experiência universitária de mulheres africanas em instituições de ensino superior brasileiras exige uma abordagem analítica que vá além das categorias isoladas de raça e nacionalidade. Para compreendê-la de forma plena, é necessário adotar o que Patricia Hill Collins (2020) chama de “matriz de dominação”, que articula múltiplos eixos de opressão: raça, classe, gênero, sexualidade, origem, e evidencia que as desigualdades são estruturais e interdependentes. Nesse sentido, a perspectiva da interseccionalidade é essencial para analisar como os sistemas de poder operam de maneira sobreposta, produzindo experiências de exclusão complexas, contínuas e frequentemente invisibilizadas.

O artigo "Mulheres africanas em um campo universitário urbano no Brasil" (2021), que apresenta um panorama claro da realidade das mulheres africanas na UNILAB, precisamente nos campi do Ceará, demonstrando como essas estudantes vivenciam situações de marginalização que não podem ser explicadas apenas pelo racismo ou pelo sexismo, mas sim pela intersecção entre esses e outros marcadores sociais. Os autores identificam, com base em pesquisa, que as estudantes africanas relatam múltiplos episódios de exclusão, que vão desde o exotismo até a sexualização de seus corpos, passando pela negação do direito à voz e à participação política, resultantes dessa opressão simbólica (Machado; Gomes; Silva, 2021).

As experiências de mulheres africanas no campo universitário da UNILAB, como

analisadas por Machado, Gomes e Silva (2021), revelam a existência de um conjunto de violências estruturais que se manifestam de maneira interseccionada, combinando opressões de gênero, raça e xenofobia. Segundo os autores, essas estudantes enfrentam “desafios adicionais quando comparadas a seus pares masculinos”, pois carregam nos corpos e nos discursos o peso da alteridade tripla: são mulheres, negras e estrangeiras. Essa condição as insere em um lugar simbólico de hipervisibilidade e vulnerabilidade dentro dos espaços acadêmicos e urbanos, nos quais seus comportamentos são frequentemente julgados a partir de padrões ocidentais, racializados e patriarcais.

Além das dificuldades materiais comuns à maioria dos estudantes estrangeiros, como acesso à moradia, alimentação e transporte, as mulheres africanas são confrontadas por barreiras subjetivas e afetivas que as isolam nos espaços universitários. As autoras relatam episódios de hipersexualização, onde essas estudantes são lidas por parte da comunidade acadêmica como “exóticas” ou “disponíveis”, revelando um imaginário colonial que persiste mesmo em instituições que se afirmam multiculturais. Tais construções afetam diretamente o modo como elas transitam pela universidade e como se posicionam dentro dela, o que faz com que muitas optem por estratégias de silêncio e retraimento como forma de autoproteção (Machado; Gomes; Silva, 2021).

Essa constatação remete diretamente à crítica de Kimberlé Crenshaw (1991), que cunhou o termo “interseccionalidade” para evidenciar como o direito e as políticas públicas falham em responder às experiências de mulheres negras, porque tratam as categorias de forma separada. Crenshaw afirma: “As mulheres negras são frequentemente excluídas das políticas antirracistas porque são mulheres, e das políticas feministas porque são negras” (Crenshaw, 1991, p. 1243). No contexto universitário, isso se traduz em currículos feministas que não consideram as experiências de mulheres negras e em políticas de combate ao racismo que não abordam as especificidades de gênero e sexualidade das mulheres negras e africanas.

As estudantes africanas entrevistadas por Machado, Gomes e Silva et al. (2021) relatam experiências que ilustram essa exclusão interseccional. Uma das entrevistadas conta: “Na sala de aula, quando levanto a mão, não sou chamada. Quando sou chamada, me interrompem. Meu sotaque incomoda. Meu cabelo é comentado. Meu corpo é olhado. Às vezes me sinto uma invasora, como se tivesse entrado em um espaço que não era pra mim”. Este depoimento, ao mesmo tempo doloroso e politicamente potente, revela que a

presença dessas mulheres perturba a normatividade branca, masculina e nacional que organiza o espaço acadêmico. Angela Davis (2016) argumenta que as mulheres negras sempre estiveram no centro das lutas por justiça social, embora muitas vezes tenham sido silenciadas dentro dos próprios movimentos dos quais participam. Essa condição marginal não é passiva; ela é, frequentemente, o ponto de partida para formas radicais de resistência. Na universidade, as mulheres africanas não apenas resistem, mas também criam: elas constroem redes, coletivos, espaços de cuidado, movimentos políticos e experiências pedagógicas que desafiam a lógica colonial que ainda estrutura o ambiente acadêmico. Como aponta uma das entrevistadas no estudo de Machado et al. (2021): “A gente se junta, se ajuda, porque se depender da universidade, a gente enlouquece”.

Bell hooks (2017) defende que a pedagogia crítica só é possível se reconhecer os múltiplos lugares de fala presentes na sala de aula. Para ela, o espaço universitário não pode ser neutro: ele deve ser politizado, afetivo, dialógico. A insistência na objetividade, na impessoalidade e na meritocracia apenas perpetua as desigualdades, pois oculta os privilégios e marginaliza aqueles que não se encaixam no modelo branco, masculino e de classe média. Na perspectiva de hooks, “ensinar é sempre um ato político, e a sala de aula deve ser um espaço onde as vozes silenciadas possam falar, questionar, existir” (Hooks, 2017, p. 89).

Entretanto, o ambiente universitário brasileiro ainda está longe desse ideal. Como aponta Akotirene (2018), a interseccionalidade é frequentemente incorporada de forma superficial nas práticas acadêmicas e institucionais, sendo reduzida a uma “palavra da moda”, sem impacto real sobre as estruturas de poder. Akotirene insiste que, para que a interseccionalidade seja transformadora, ela precisa ser compreendida como um “instrumento teórico-metodológico que articula as lutas antirracistas, feministas e decoloniais em uma crítica radical às instituições”.

Essas instituições, inclusive a universidade, operam com base em uma matriz de normatividade que define quem tem legitimidade para produzir e transmitir conhecimento. Como mostra o estudo “Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras” (Bueno; Anjos, 2021), as mulheres negras, ao ingressarem na universidade, não apenas enfrentam barreiras, mas também transformam o espaço com suas práticas epistemológicas próprias. As autoras afirmam: “As mulheres negras deslocam a epistemologia hegemônica ao trazerem para o

centro da produção de conhecimento a experiência vivida, a ancestralidade, o corpo, a memória e o afeto” (Bueno; Anjos et al., 2021, p. 58). Essa perspectiva é essencial para compreender o modo como as mulheres africanas estão reconfigurando o espaço universitário no Brasil.

A questão da sexualização também é central na experiência dessas mulheres. O corpo da mulher negra, especialmente africana, é constantemente erotizado, objetificado, interpretado como exótico ou selvagem. Esse processo, amplamente discutido por Gonzalez (1988) sob o conceito de “racismo por erotização”, tem implicações profundas na forma como as estudantes africanas são percebidas e tratadas no ambiente acadêmico. Em vez de serem reconhecidas como intelectuais, são frequentemente vistas como corpos a serem observados, domados ou descartados. Esse olhar colonial e sexualizado reforça a sensação de não pertencimento e afeta profundamente a autoestima e a saúde mental dessas estudantes.

Além disso, as mulheres africanas enfrentam a dupla pressão de representar suas comunidades de origem e de lidar com as expectativas da sociedade brasileira. Muitas vezes, são vistas como “embaixadoras” de seus países, o que lhes impõe uma responsabilidade simbólica desproporcional.

Ao mesmo tempo, são comumente tratadas como inferiores, incapazes ou culturalmente atrasadas. Essa tensão entre representação e subalternização evidencia a complexidade da experiência migratória interseccional, que não pode ser reduzida a um fenômeno linguístico, econômico ou educacional, mas deve ser compreendida como um processo profundamente político.

É importante ressaltar, no entanto, que essas estudantes não se limitam a ocupar o espaço. Suas práticas de resistência, que vão desde a formação de redes de cuidado até a ocupação política dos espaços institucionais, constituem formas de reexistência que desafiam a lógica excludente da universidade. Elas reivindicam o direito de permanecer, de pertencer, de produzir saber, de ser reconhecidas. Apesar das adversidades, o estudo destaca que essas mulheres constroem formas próprias de resistência e agência coletiva, a partir de redes de solidariedade, apoio emocional e articulação política.

A formação de grupos como a Rede Internacional de Mulheres Africanas (RIMA) e a atuação em coletivos culturais e feministas dentro da universidade, promovendo

debates, discussões e reflexões sobre violências de gênero e outras formas de opressão, como forma de expressões de enfrentamento desses fenômenos. Como afirmam os autores, essas iniciativas constituem “práticas pedagógicas e políticas que tensionam os modos tradicionais de ser mulher negra e africana no espaço universitário”, e ao mesmo tempo reivindicam “uma nova gramática da presença” (Machado; Gomes; Silva, 2021, p. 296). Assim, as mulheres africanas na UNILAB não apenas sobrevivem às estruturas excludentes, mas produzem sentidos novos de pertencimento, denúncia e transformação.

O cotidiano dessas jovens estudantes revela práticas reiteradas de exotização, em que seus corpos são lidos como “estranhos” ao espaço acadêmico, como se sua presença ali exigisse constante justificção. A sexualização de suas presenças, desde piadas até abordagens abusivas, reforça um imaginário colonial que ainda rege as relações de gênero e poder na universidade. Como observam os autores, essas opressões se intensificam à medida que essas estudantes “interagem com agentes muito variados, constituindo, presencial e virtualmente, dinâmicas interpretativas que conformam relevâncias e significações em-comum” (Machado; Gomes; Silva et al., 2021, p. 286).

Esse ambiente, conforme argumentam as autoras, também é marcado por conflitos identitários e epistemológicos. Muitas estudantes africanas relatam o estranhamento com vertentes feministas brasileiras ou ocidentalizadas, percebidas por elas como homogêneas, laicas e descoladas de suas realidades religiosas, comunitárias e tradicionais. Há, assim, um embate não apenas com o sexismo da universidade majoritária, mas também com discursos que, mesmo emancipatórios, invisibilizam as formas plurais de ser mulher africana na diáspora.

Desse modo, podemos observar que as opressões de gênero são vividas de maneira material e simbólica. Elas aparecem tanto na precariedade do acesso à moradia segura quanto no tratamento desigual recebido por parte de docentes e colegas em sala de aula. Para muitas estudantes africanas, ser mulher significa carregar o peso de um corpo marcado pela suspeita, pela inferiorização, pelo desejo e pelo preterimento. No entanto, também é nesse corpo que emerge a resistência, a reinvenção e o enfrentamento das estruturas excludentes. Como sintetizam os autores: “Essas mulheres são continuamente tensionadas [...] quanto à sua condição e identidade enquanto mulheres”, em um campo onde os debates de gênero estão vivos, mas também em disputa (Machado; Gomes; Silva et al., 2021, p. 288). As práticas de resistência dessas estudantes, ancoradas em saberes

próprios e coletivos de solidariedade, representam não apenas sobrevivência, mas reconfiguração ativa do que é ser mulher, africana, negra e estudante universitária no Brasil.

3. CONTEXTO DA PESQUISA: A UNILAB

3.1. História e Missão da UNILAB

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é fruto de uma proposta única e politicamente densa dentro da história recente do ensino superior público brasileiro. Criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, sancionada pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, aquando do seu mandato de 2007 à 2010, a instituição foi implantada em Redenção, no interior do Estado do Ceará, cidade emblemática por ter sido a primeira do país a abolir oficialmente a escravidão em 1883. A escolha desse local para sediar uma universidade com vocação internacional não foi aleatória: há um simbolismo histórico e político que dialoga com as dimensões de reparatória histórica e com o compromisso de cooperação Sul-Sul, particularmente com os países africanos de língua portuguesa.

A proposta de criação da UNILAB é fruto de um processo político que buscou conciliar objetivos de justiça social interna com um projeto de inserção internacional do Brasil, especialmente junto aos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Como destacam Gomes e Vieira (2013), a universidade foi concebida como parte de uma política externa comprometida com essa cooperação, com o estreitamento das relações entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa, e com a valorização da interculturalidade como fundamento do processo educativo. Segundo os autores, trata-se de uma instituição com “papel estratégico na política de aproximação entre os países da CPLP”, cujo diferencial está “na inclusão de estudantes estrangeiros oriundos de contextos históricos e culturais semelhantes aos do Brasil, mas profundamente marcados pela desigualdade” (Gomes; Vieira, 2013, p. 83), oferecendo vagas para cursos estratégicos, pensando na demanda por profissionais dos países que fazem parte dessa interação.

Nesse cenário, a UNILAB oferece uma experiência singular ao articular ensino superior com políticas públicas de internacionalização solidária, priorizando ações afirmativas e intercâmbio multicultural. Porém, como destacam estudos recentes, ainda há uma lacuna significativa entre o projeto institucional e sua efetivação prática, especialmente no que diz respeito à permanência estudantil e à superação das barreiras

culturais e estruturais vividas por seus discentes africanos (Gomes; Vieira et al., 2013).

Diante disso, torna-se necessário compreender a mobilidade acadêmica africana para o Brasil não apenas como fluxo numérico, mas como campo tensionado por expectativas, desafios e contradições. A UNILAB, ao concentrar grande parte dos estudantes africanos no Brasil, torna-se um espaço privilegiado para análise das dinâmicas da mobilidade acadêmica sul-sul. Sua proposta pedagógica e institucional pode contribuir significativamente para a desconstrução de estereótipos, a valorização das culturas africanas e o fortalecimento de laços horizontais entre os países do hemisfério Sul.

Conforme disposto na legislação de criação, a UNILAB tem como missão institucional “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos” (Brasil, 2010, Art. 2º). Para tanto, a universidade adota um projeto pedagógico diferenciado, voltado à interculturalidade, ao desenvolvimento regional e à produção de conhecimento comprometido com a justiça social.

Segundo Gomes e Vieira (2013), a criação da UNILAB ocorreu no contexto da quarta grande fase de expansão da educação superior no Brasil, marcada pela interiorização de universidades federais, fortalecimento de políticas de inclusão e reconfiguração das relações diplomáticas com o continente africano. A universidade nasceu com um ideal de cooperação solidária, o que a distingue de outros projetos de internacionalização pautados exclusivamente por interesses geoestratégicos ou comerciais. Trata-se de uma iniciativa que busca reverter lógicas de subalternização histórica, através de um modelo de ensino superior que reconhece o saber como um bem comum e como ferramenta de emancipação.

O projeto político-pedagógico da UNILAB é, portanto, estruturado sobre os seguintes eixos fundamentais: cooperação internacional, compromisso com a inclusão social e a formação intercultural. Essa proposta está expressa também no estatuto da instituição, que define sua atuação como voltada para o intercâmbio acadêmico e

solidário com os países da CPLP, notadamente com os países africanos lusófonos.

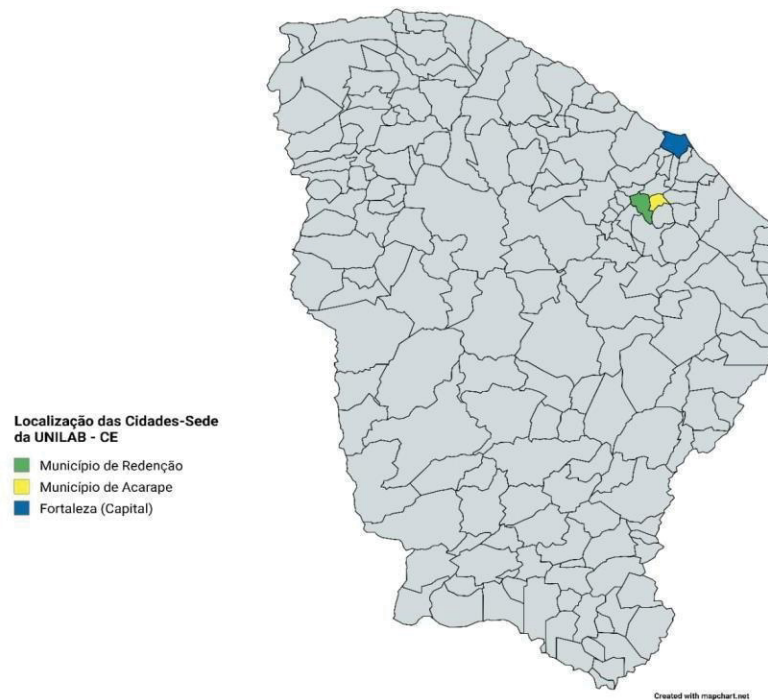
O Estado do Ceará se destaca como um dos estados pioneiros no movimento abolicionista. Eventos como a Greve dos Jangadeiros, ocorrida em Fortaleza, no ano de 1881 colocou o Ceará no epicentro da luta abolicionista no cenário brasileiro, desencadeando em vários acontecimentos que deram início ao processo de abolição oficial no estado e no Brasil (Campos, 2024).

O movimento abolicionista cearense contou com vários personagens, se destacando várias personalidades que exigiam o fim permanente e imediato da Escravidão. Dentre eles, citamos aqui José Luís Napoleão, Dragão do Mar e Preta Tia Simoa, sujeitos escravizados libertos que lideraram a Greve dos Jangadeiros.

O simbolismo da escolha do Estado do Ceará e da cidade de Redenção, em particular, como sede não apenas remete à história abolicionista brasileira, mas também reforça a ideia de liberdade associada à educação. Conforme Heleno (2014), a escolha dessa localização tem uma dimensão diplomática e cultural que se alinha à estratégia do governo Lula em fortalecer os laços com a África, em um movimento de reconfiguração do lugar do Brasil no cenário internacional. Nesse sentido, a UNILAB assume um papel de ponte entre continentes e projetos civilizatórios, onde o saber acadêmico se ancora na diversidade cultural e nas epistemologias plurais.

Redenção está localizada a cerca de 60 km de Fortaleza, na região do Maciço de Baturité, com uma população estimada em 29.375 habitantes (IBGE, 2022), e uma das taxas de recepção de migrantes mais expressivas do Estado, tendo registrado cerca de 315 novos registros de cidadãos estrangeiros residentes no município só em 2024, segundo os dados do SISMIGRA (2025), embora marcada por precariedades de infraestrutura, ficando somente atrás da capital, Fortaleza, que registrou cerca de 797 novos estrangeiros residentes no mesmo ano (SISMIGRA, 2025).

Imagem 1: Localização das Cidades-Sede da UNILAB - Mapa do Estado do Ceará.



Fonte: Elaborado pelo autor.

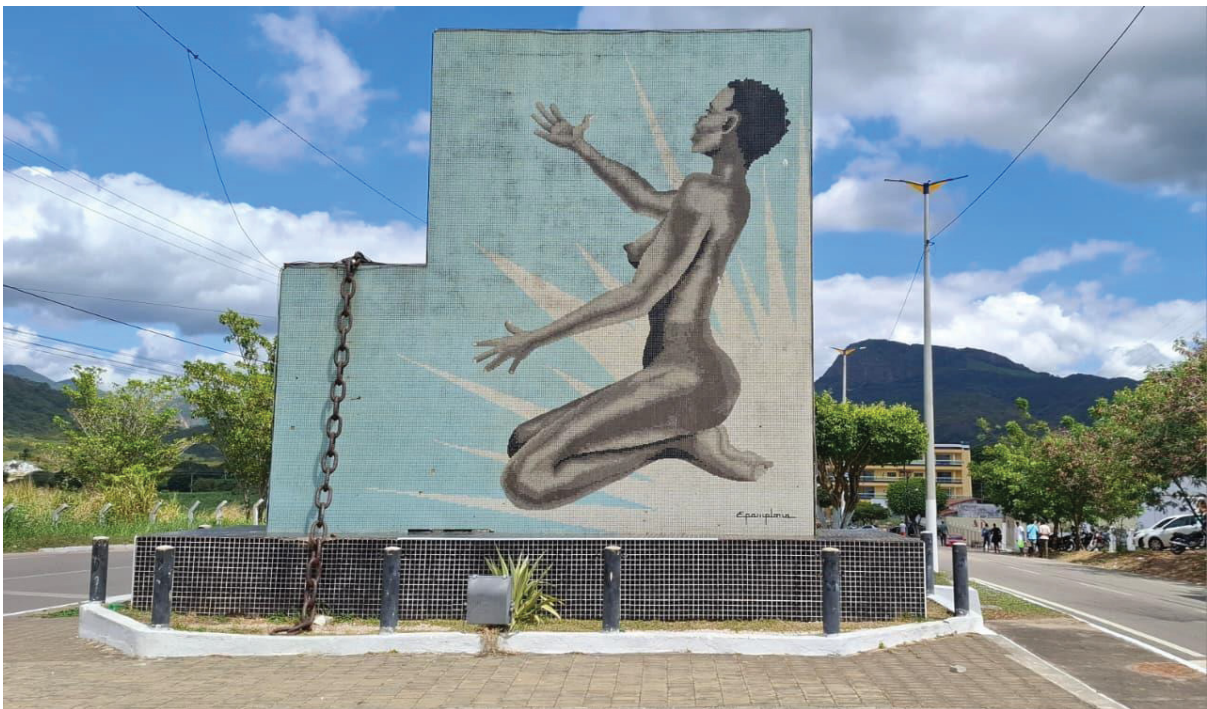
Sua história é atravessada pela luta abolicionista, tendo sido o primeiro município brasileiro a declarar a abolição da escravidão, em 1883, cinco anos antes da Lei Áurea (Gomes, 2021). Esse passado é constantemente reatualizado nos discursos institucionais e nos marcos simbólicos da cidade, como a estátua da “Negra Nua” ou o Museu da Liberdade e ainda com a nomeação das principais ruas e avenidas da cidade fazendo referência a esse episódio da História, como podemos observar nas imagens a seguir.

Imagem 2: Algumas nomenclaturas de logradouros da cidade de Redenção.



Fonte: Imagem do autor.

Imagem 3: Monumento Negra-Nua - Redenção.



Fonte: Imagem do autor.

Imagem 4: Estátua “Escravo Libertado”, localizada na Praça da Matriz de Redenção.



Fonte: Imagem do autor.

Imagem 5: Obelisco em homenagem ao cinquentenário da data da Abolição na cidade, construído em 1933.
Localizado na Praça do Obelisco.



Fonte: Imagem do autor.

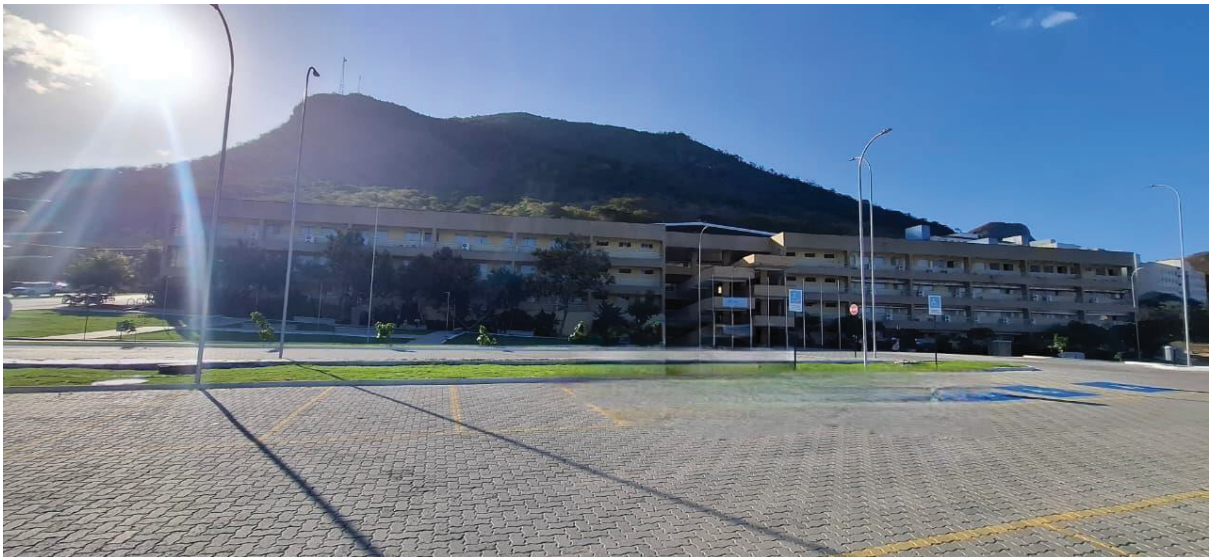
A cidade sedia os Campi da Liberdade (campus administrativo) e o das Auroras (unidade acadêmica) e concentra a maioria da população estudantil da UNILAB.

Imagem 6: Visão aérea do Campus da Liberdade



Fonte: UNILAB; PGERC.

Imagem 7: Campus das Auras



Fonte: Imagem do autor.

A cidade vizinha Acarape, originalmente parte do território de Redenção, emancipou-se em 1986. Embora esta careça de mais infraestruturas, ambas compartilham os efeitos da instalação da UNILAB desde 2011, o que provocou mudanças substanciais em suas estruturas sociais e urbanas, com as populações se deslocando diariamente de uma cidade para a outra, dando evidência ao fenômeno de conurbação existentes entre

ambos os municípios. A população de Acarape, estimada em cerca de 16 mil habitantes, experimentou crescimento na demanda por habitação, serviços e transporte, provocando tensões e desafios para a gestão urbana (IBGE, 2022).

Como demonstram Machado, Lima e Furtado (2017), “a instalação da UNILAB recriou os padrões de urbanização e a própria questão urbana nas duas cidades, impondo desafios técnicos e políticos ao planejamento territorial” (p. 45). O campus dos Palmares, um dos mais extensos, está situado na cidade de Acarape e a estrutura moderna e urbana contrasta com as infraestruturas do município.

Imagem 8: Campus dos Palmares, Acarape.



Fonte: Imagem do autor.

O impacto direto da presença de aproximadamente 5 mil estudantes, sendo grande parte deles internacionais, intensifica a pressão sobre os serviços locais. A seguir, apresentamos uma síntese dos dados populacionais e socioeconômicos das duas cidades, com base em levantamentos do IBGE:

Tabela 1: Dados socioeconômicos das populações de Redenção e Acarape

Indicador	Redenção (2022)	Acarape (2022)
População estimada	29.375	16.032
PIB per capita (2021)	R\$ 14.018,029	R\$ 11.888,66

Fonte:Elaboração própria; IBGE (2022); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Esses dados evidenciam um cenário de desigualdades acentuadas, onde os desafios de infraestrutura urbana, moradia, mobilidade e acesso a bens culturais e sociais são agravados pela entrada de uma população universitária que, embora pequena frente às grandes metrópoles, exerce forte influência sobre cidades com capacidades institucionais e administrativas limitadas. Como observa o artigo de Machado, Lima e Furtado et al. (2017), “Redenção e Acarape foram pressionadas a adaptar-se a um novo ciclo de urbanização, sem que tivessem, necessariamente, os meios para tanto” (p. 49).

Ao escolher como sede a cidade de Redenção, símbolo da abolição da escravidão no Brasil, a UNILAB inscreve-se não apenas em um gesto simbólico, mas também em uma complexa articulação com as condições históricas e contemporâneas da região. Com a instalação da universidade, intensifica-se a interiorização do ensino superior federal e amplia-se a circulação migratória internacional para o interior do Nordeste, transformando profundamente as relações sociais, a paisagem urbana e as dinâmicas culturais locais.

Machado, Nascimento e Impanta (2023) observam que a implantação da UNILAB em cidades pequenas do interior nordestino introduziu complexas dinâmicas multiculturais, onde a presença de estudantes africanos redesenhou o espaço urbano e universitário. A convivência entre sujeitos de diferentes nacionalidades, etnias, religiões e experiências de vida não apenas amplia os horizontes de todos os envolvidos, mas também revela as tensões e limites das estruturas institucionais diante da diversidade. Assim, a missão institucional da UNILAB vai além do discurso: ela se materializa em uma experiência viva, atravessada por contradições, desafios e possibilidades.

Segundo o portal da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, a UNILAB conta com 25 cursos de graduação presencial, 4 cursos de Graduação a Distância e 17 cursos de Pós- graduação (Latu e Strictu Sensu), estando distribuídos de acordo as seguintes tabelas:

Tabela 2: Cursos de Graduação Presencial

Curso	Modalidade	Campus	Grau
Administração Pública	Presencial	Auroras/Palmares	Bacharelado
Agronomia	Presencial	Auroras/Palmares	Bacharelado
Antropologia	Presencial	Palmares	Bacharelado
Ciências Biológicas	Presencial	Auroras/Palmares	Licenciatura
Ciências da Natureza e Matemática	Presencial	Auroras/Palmares	Licenciatura
Ciências Sociais	Presencial	Malês (BA)	Licenciatura
Enfermagem	Presencial	Auroras/Palmares	Bacharelado
Engenharia de Alimentos	Presencial	Auroras/Palmares	Bacharelado
Engenharia de Computação	Presencial	Auroras/Palmares	Bacharelado
Engenharia de Energias	Presencial	Auroras/Palmares	Bacharelado
Farmácia	Presencial	Auroras/Palmares	Bacharelado
Física	Presencial	Auroras/Palmares	Licenciatura
História	Presencial	Auroras/Palmares	Licenciatura
Humanidades	Presencial	Auroras/Palmares	Bacharelado
Letras – Língua Portuguesa	Presencial	Malês (BA)/Palmares	Licenciatura
Letras – Língua Inglesa	Presencial	Malês (BA)/Palmares	Licenciatura
Educação Escolar Quilombola	Presencial	Malês (BA)	Licenciatura
Licenciatura Intercultural Indígena	Presencial	Palmares	Licenciatura
Matemática	Presencial	Auroras/Palmares	Licenciatura
Medicina	Presencial	Auroras/Palmares	Bacharelado
Pedagogia	Presencial	Palmares	Licenciatura
Química	Presencial	Auroras/Palmares	Licenciatura
Sociologia	Presencial	Palmares	Licenciatura
Serviço Social	Presencial	Palmares	Bacharelado

Fonte: Elaboração própria; Portal PROGRAD – UNILAB.

Tabela 3: Cursos de Graduação EaD

Curso	Modalidade	Grau
Administração Pública	Educação a Distância	Bacharelado
Computação	Educação a Distância	Licenciatura
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais	Educação a Distância	Licenciatura
Letras – Língua Portuguesa	Educação a Distância	Licenciatura

Fonte: Elaboração própria; Portal PROGRAD – UNILAB.

Tabela 4: Cursos de Pós-Graduação (Lato e Stricto Sensu)

Programa	Modalidade	Campus	Grau
Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP)	Presencial	CE/BA	Mestrado Profissional
Antropologia (UFC–UNILAB)	Presencial	CE	Mestrado Acadêmico
Energia e Ambiente	Presencial	CE	Mestrado Acadêmico
Enfermagem	Presencial	CE	Mestrado e Doutorado
Ensino de Ciências (Ciência é 10)	EaD	CE	Especialização
Ensino e Formação Docente (Associação com IFCE)	Presencial	CE	Mestrado Profissional
Estudos da Linguagem	Presencial	CE	Mestrado Acadêmico
Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos – Brasil-África (MEL Malês)	Presencial	BA (Campus Malês)	Mestrado Acadêmico
Gênero, Diversidade e Direitos Humanos	EaD	CE	Especialização
Gestão em Saúde	EaD	CE	Especialização
Gestão de Recursos Hídricos, Ambientes e Energéticos	EaD	CE	Especialização
Matemática em Rede Nacional (PROFMAT)	Presencial	CE	Mestrado Profissional
Saúde da Família (Lato Sensu)	EaD	CE	Especialização
Saúde da Família (Stricto Sensu)	Presencial	CE	Mestrado Profissional
Sociobiodiversidades e Tecnologias Sustentáveis (PPGSTS)	Presencial	CE/BA	Mestrado Acadêmico

Fonte: Elaboração própria; Portal PROGRAD – UNILAB.

Machado, Nascimento e Impanta (2023) apontam que o modelo pedagógico e administrativo da universidade, embora inovador em sua concepção, carece de mecanismos efetivos de acolhimento e valorização da diversidade cultural dos estudantes africanos. O campus urbano-universitário de Redenção, por exemplo, foi descrito por estudantes entrevistados como um espaço onde “a inclusão formal não garante pertencimento” e onde “as diferenças culturais e linguísticas são muitas vezes vistas como obstáculos e não como riquezas” (Machado; Nascimento; Impanta, 2023, p. 10). Essa percepção reforça a importância de uma gestão que vá além da mera convivência

multicultural, promovendo a transversalidade da interculturalidade como princípio epistemológico e institucional.

Nesse sentido, Malomalo (2018) aprofunda a crítica ao apontar os limites da gestão multicultural da UNILAB, destacando que a proposta institucional não pode se realizar plenamente sem transformações estruturais no funcionamento da universidade. Segundo ele, “a multiculturalidade exige o reconhecimento efetivo das diferentes formas de expressão, produção de conhecimento e organização dos estudantes” (Malomalo, 2018, p. 88). O autor chama atenção para a necessidade de adaptação curricular, capacitação docente, suporte psicossocial e políticas específicas de permanência estudantil que considerem as desigualdades históricas dos países de origem dos estudantes africanos. A ausência dessas ações aprofunda o risco de que a UNILAB se torne um projeto contraditório: criado para a integração, mas reprodutor de exclusões.

Essas questões estão previstas, em parte, no próprio Estatuto da UNILAB (2020), que estabelece como princípios fundamentais da instituição a promoção da solidariedade internacional, a valorização das identidades culturais e o combate à discriminação em todas as suas formas. O artigo 4º do Estatuto afirma que a universidade deverá “valorizar a diversidade étnico-racial, cultural e linguística de seus estudantes e servidores, respeitando e promovendo a interculturalidade” (UNILAB, 2020, p. 5). No entanto, como bem alertam os autores acima, esses princípios ainda não foram plenamente operacionalizados na prática institucional cotidiana. Há uma distância significativa entre o discurso fundacional e a realidade vivida pelos estudantes africanos nos campi da universidade, revelando um hiato entre a missão escrita e a execução administrativa, pedagógica e simbólica do projeto universitário.

A presença de estudantes africanos nas universidades brasileiras, em especial na UNILAB, revela as contradições entre o projeto político-institucional de cooperação e os mecanismos cotidianos de xenofobia e racismo, muitas vezes normalizados no funcionamento das estruturas acadêmicas.

Segundo Souza e Malomalo (2016), embora a UNILAB tenha sido criada com o objetivo declarado de integrar estudantes africanos e brasileiros, promovendo um modelo de cooperação sul-sul, sua realidade cotidiana expõe uma série de obstáculos enfrentados por esses estudantes, que vão desde o preconceito linguístico até formas explícitas de

discriminação racial. Os autores apontam que “a universidade, mesmo em sua proposta contra-hegemônica, apresenta uma institucionalidade ainda pautada por lógicas eurocentradas e racializadas, que dificultam a plena inclusão dos estudantes africanos” (Souza; Malomalo, 2016, p. 9).

Nesse contexto, a UNILAB ocupa uma posição ambígua. Criada com a missão de promover a integração entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa, ela representa uma importante iniciativa de cooperação sul-sul. No entanto, como já apontado no item anterior, sua estrutura institucional ainda reproduz práticas de exclusão e silenciamento. A ausência de uma política específica de gênero e raça voltada para estudantes estrangeiros, a falta de representatividade docente e a invisibilidade das questões de gênero nos currículos demonstram que a interseccionalidade ainda não foi incorporada como princípio estruturante da universidade.

3.2. Políticas de Acolhimento e de Assistência para Estudantes Africanos

O Estatuto da UNILAB (2020) afirma que a universidade tem como missão institucional “formar recursos humanos aptos a contribuir para a integração dos países da CPLP, com ênfase nos países africanos” (UNILAB, 2020, p. 8). No entanto, como discutido por Gomes e Vieira (2013), essa missão enfrenta obstáculos operacionais, culturais e estruturais. A universidade foi pensada como um espaço de diálogo multicultural e de superação de desigualdades históricas, mas ainda precisa consolidar mecanismos eficazes de acolhimento e permanência dos estudantes estrangeiros, em especial, dos africanos, que vivenciam realidades de maior vulnerabilidade.

O Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE), implementado pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE), visa amenizar as dificuldades iniciais enfrentadas por discentes africanos recém-chegados, como moradia, ambientação e convivência. O edital de 2025 prevê a oferta de até 500 vagas com ajuda de custo para acolhimento, com um valor mensal de R\$ 300,00 por estudante, ao longo de cinco meses (UNILAB, 2025a).

Contudo, a execução do PAIE esbarra em dificuldades operacionais e falhas estruturais. Em entrevista concedida em abril de 2025, durante uma manifestação organizada pelo Coletivo de Estudantes Africanos, Alassam, estudante guineense, relatou com veemência os problemas enfrentados:

“O acolhimento está sendo cada vez mais difícil, mais sensível, por causa das políticas que foram criadas. Tinham-nos prometido que iam melhorar o edital do acolhimento e o edital da tutoria, mas não concretizou” (Alassam, 2025, 1). As críticas de Alassam refletem o que diversos estudantes vivenciam: políticas públicas desenhadas sem diálogo efetivo com seus beneficiários. A ausência de moradia estudantil, a precariedade do aluguel e a sobrecarga de acolhedores comprometem o espírito do programa. O próprio entrevistado alerta:

“Temos uma entrada 2024.2 que ainda está em acolhimento, e ainda virão duas entradas simultaneamente, 2025.1 e 2025.2, nesta condição em que os outros da entrada passada não saíram do acolhimento. As nossas casas estão lotadas” (Alassam, 2025).

Tais relatos mostram que o modelo atual de acolhimento, baseado em soluções improvisadas e ajuda de custo limitada, está aquém das necessidades reais dos estudantes.

Além do PAIE, o Programa de Assistência ao Estudante (PAES) é outro pilar das políticas de inclusão da UNILAB. Segundo o Edital nº 04/2025 e outros anteriores, o PAES concede auxílios financeiros mensais variando entre R\$ 150,00 e R\$ 530,00, no máximo (sendo este valor o resultante do acúmulo do Auxílio Alimentação e do Auxílio Moradia, únicos acumuláveis) organizados em níveis conforme a situação de vulnerabilidade social dos estudantes (UNILAB, 2025b). Há também o auxílio de fixação de moradia e o auxílio à maternidade/paternidade estudantil.

Apesar de sua importância, os valores ainda se mostram insuficientes frente ao custo de vida crescente nas cidades de Redenção e Acarape. Como denuncia Baldé:

“Imagina, os valores do aluguel estão muito caros nas comunidades. Agora, você não consegue uma casa para alugar num valor de 500 reais, 400 reais. É a volta de 600, 700, e a nossa casa, a gente paga aluguel de 800 reais” (Alassam, 2025).

Esses dados denunciam um desequilíbrio entre os auxílios oferecidos e as despesas básicas de sobrevivência, demonstrando a urgência de implementação de um programa que disponibilize residência acadêmica para os estudantes. Muitos estudantes acabam recorrendo a redes de solidariedade informais, principalmente aqueles que veem seus auxílios suspensos por ultrapassar do período previsto para as suas formações, o que reforça uma precarização generalizada das condições de permanência.

A ausência de espaços reais de escuta institucional é outro ponto de tensão. Segundo Alassam:

Não há abertura de diálogo. Muitas coisas acontecem aqui, a gente fica calado e tenta dialogar, mas neste momento já estamos fartos de todas as anomalias que estão fazendo conosco. [...] A Propae é o coração da Unilab, sobretudo para nós que somos estudantes internacionais. (Alassam, 2025)

Tal ausência de diálogo reflete uma lógica verticalizada na gestão institucional, que distancia os sujeitos das decisões que os afetam diretamente. A consequência disso é a reprodução de práticas coloniais no cotidiano universitário: fala-se sobre os estudantes africanos, mas raramente se fala com eles e nem são incluídos em um programa de planejamento orçamentário participativo.

As políticas de acolhimento e permanência não são apenas mecanismos logísticos; são expressões da política institucional e do compromisso ético com os sujeitos que compõem essa comunidade universitária. Quando essas políticas falham, seja por negligência, seja por ausência de escuta, a internacionalização se torna apenas uma fachada para maquiagem uma realidade multicultural.

As políticas de inclusão e internacionalização da UNILAB, apesar de importantes, ainda operam dentro de uma lógica assistencialista, com limitações materiais, técnicas e políticas. Os relatos como o de Alassan revelam uma universidade que, embora simbólica e inovadora em seu projeto, ainda precisa romper com estruturas coloniais de poder, escuta e representação.

As críticas apresentadas por esses estudantes encontram ressonância nas declarações de Alfredo, estudante e presidente da Associação de Estudantes Angolanos na UNILAB. Em entrevista concedida durante a manifestação estudantil em 2025, Alfredo expressa a insatisfação generalizada com a gestão responsável pelas políticas de acolhimento. Segundo ele, o maior problema não está apenas na insuficiência material, mas na total exclusão das associações do processo de construção dessas políticas:

O processo de acolhimento foi todo desenhado sem sequer se conversar com as associações, porque dessa vez vem duas entradas praticamente no mesmo período, no intervalo de um a dois meses e que muita coisa fica a cargo das associações e a universidade não responde o que nós dissemos para eles. (Alfredo, 2025)

A fala evidencia o descompasso entre a formulação e a execução das ações institucionais, denunciando uma postura que naturaliza a invisibilidade política e a exclusão das organizações estudantis africanas em processos de planejamento de ações

que afetam diretamente esses mesmos estudantes.

O desamparo institucional se estende, como ele aponta, à gestão simbólica da presença africana na universidade. A falta de orçamento fixo para a realização da Semana da África é mais um sintoma desse apagamento: “Sempre é feita com base em articulações. Nós queremos que algum valor, mesmo que fosse mil reais, mas que nós soubéssemos que todos os anos temos esse valor para a realização da Semana da África” (Alfredo, 2025). O que está em questão aqui não é apenas o financiamento de um evento, mas o reconhecimento institucional da relevância cultural, pedagógica e política da celebração africana. Quando a Semana da África depende exclusivamente da boa vontade eventual de setores administrativos, a universidade falha em consolidar sua missão institucional de cooperação e valorização da diversidade.

A manifestação organizada pelos estudantes em abril de 2025 foi, segundo Alfredo, uma tentativa de restabelecer os vínculos entre a universidade e os estudantes africanos: “O que nós pretendemos é que a universidade venha e crie esse vínculo outra vez para nós voltarmos a conversar, sentar e resolver as dificuldades que temos passado” (Alfredo, 2025). Essa demanda por escuta ativa e participação efetiva não diz respeito apenas à melhoria de programas específicos como o PAIE ou o PAES, mas aponta para um projeto mais amplo de democratização institucional e de superação das práticas de gestão verticalizadas e coloniais. Urge a necessidade de a UNILAB cumprir o que o seu próprio estatuto determina: uma universidade que escuta, acolhe e constrói em conjunto com os sujeitos que a constituem.

A construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo exige mais que editais: requer a construção de processos dialógicos contínuos, a ampliação de espaços institucionais de escuta e a garantia de dignidade material e simbólica para os estudantes africanos. Só assim a UNILAB poderá cumprir de fato a missão emancipadora que sustenta seu próprio nome.

3.3. Perfil dos Estudantes Africanos

Como podemos observar, o perfil dos estudantes africanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é marcado pela pluralidade. Diversos em suas nacionalidades, culturas, experiências e expectativas, esses

estudantes compartilham, entretanto, uma vivência comum de deslocamento e a aposta em um projeto educacional situado em um país que, muitas vezes, os interpela com ambivalência: de um lado, como irmãos e, de outro, como estrangeiros racializados, por serem expressivamente e majoritariamente sujeitos negros retintos. A UNILAB, desde sua fundação, tem abrigado estudantes oriundos do continente africanos, propriamente de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, países membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) que compartilham a mesma língua com o Brasil, dentre tantas outras heranças do colonialismo português e suas múltiplas consequências socioculturais.

Esses estudantes têm origens geográficas e étnicas distintas, de países com composições demográficas igualmente diferentes. Passo a descrevê-los, de forma resumida:

Angola

Localizada na costa ocidental da África Austral, Angola possui uma extensão territorial de aproximadamente 1.246.700 km², sendo o sétimo maior país do continente africano. Sua população é estimada em cerca de 36 milhões de habitantes, com uma densidade populacional desigual, concentrada principalmente nas províncias de Luanda, Huíla e Benguela. A diversidade étnica é marcante: os grupos mais representativos são os Ovimbundos, Ambundos e Bakongos (INE, 2023). Culturalmente, Angola é um país vibrante, com forte influência das tradições bantu e da colonização portuguesa, expressa na música (kuduro, semba), na literatura e na religiosidade popular, mesclando práticas cristãs e tradições locais (Mingas, 2021).

Guiné-Bissau

Com uma área de 36.125 km², a Guiné-Bissau é um dos menores países do continente africano. Sua população é de aproximadamente 2 milhões de habitantes, distribuída entre diversos grupos étnicos, sendo os Mandingas, Fulas, Balantas, Mancanhas e Pepel, os mais numerosos. A capital, Bissau, concentra grande parte da população urbana. A cultura guineense é marcada pela diversidade étnica e linguística, com o crioulo guineense e outras línguas locais amplamente faladas e por tradições musicais, como o gumbé. A religiosidade é plural, com a coexistência do islamismo,

cristianismo e práticas tradicionais africanas.

Moçambique

Situado na costa sudeste africana, Moçambique possui uma área de 799.380 km² e uma população superior a 32 milhões de pessoas. A diversidade étnica moçambicana inclui os Macuas, Tsongas, Senas, Shonas, entre outros grupos que coexistem em diferentes regiões do país. A capital é Maputo, o centro político e econômico do país banhado pelo oceano Índico. Culturalmente, Moçambique se destaca por sua riqueza musical, como a marrabenta, pelas danças tradicionais e pela produção literária em língua portuguesa, contando com nomes de destaque, como Paulina Chiziane. A religiosidade também é variada, com forte presença do cristianismo (católico e protestante), do islamismo e de cultos ancestrais africanos (Fernando; Lanza e Patrocínio, 2023) .

Cabo Verde

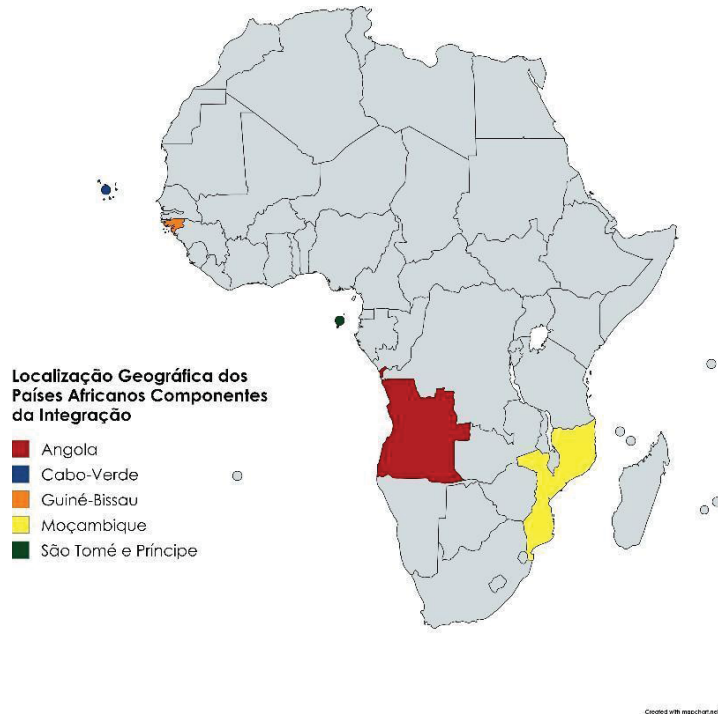
Arquipélago situado no Oceano Atlântico, Cabo Verde é formado por dez ilhas, com uma área total de cerca de 4.033 km² e uma população aproximada de 550 mil habitantes. A sociedade cabo-verdiana é caracterizada por uma mestiçagem entre africanos e europeus, reflexo de sua história como entreposto colonial português (Lopes, 2011). A língua oficial é o português, mas o crioulo cabo-verdiano é amplamente utilizado no cotidiano. A cultura local é fortemente marcada pela música (morna, coladeira), pela poesia e pela culinária. O país possui um dos mais altos índices de alfabetização da África Ocidental e uma democracia política estável (Barbosa, 2020).

São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular localizado no Golfo da Guiné, com uma extensão territorial de 1.001 km² e população estimada em cerca de 230 mil habitantes. O arquipélago é formado por duas ilhas principais e diversas ilhotas. A composição étnica do país inclui forros, angolares, tongas e descendentes de cabo-verdianos. A cultura santomense é marcada por elementos afro-portugueses, com destaque para o teatro popular (como o *Tchiloli*), a música (ússua, socopé), e o uso do português e do crioulo forro. A sociedade é predominantemente cristã, com forte

influência da Igreja Católica (Nascimento, 2014).

Imagem 9: Localização geográfica dos países africanos da UNILAB



Fonte: Elaboração própria; Portal PROGRAD – UNILAB.

De acordo com Gomes e Vieira (2013), a UNILAB foi concebida como uma universidade “de perfil diferenciado”, voltada à formação intercultural e à aproximação entre Brasil e África, tendo como eixo estruturante a promoção de um espaço de aprendizado marcado pela diversidade e pelo intercâmbio, estando esses estudantes distribuídos pelos variados cursos oferecidos pela universidade, como podemos observar nas figuras a seguir:

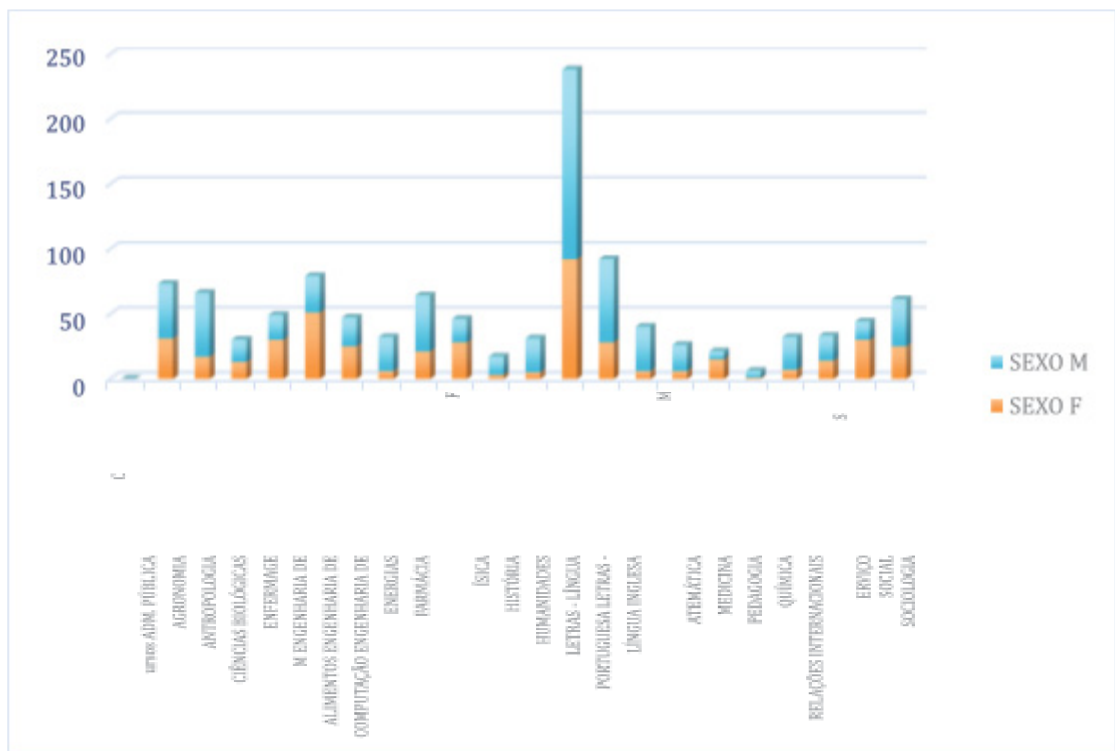
Tabela 5: Relação quantitativa de estudantes africanos por cursos

Cursos	Sexo	
	F	M
Adm. Pública	31	42
Agronomia	17	49
Antropologia	13	17
Ciências Biológicas	30	19
Enfermagem	51	28
Engenharia De Alimentos	25	22
Engenharia De Computação	6	26
Engenharia De Energias	21	43

Farmácia	28	18
Física	3	14
História	5	26
Humanidades	92	146
Letras - Língua Portuguesa	28	64
Matemática	6	20
Medicina	15	6
Pedagogia	1	5
Química	7	25
Relações Internacionais	14	19
Serviço Social	30	14
Sociologia	25	36
Total	454	673
Total Geral	1127	

Fonte: Elaboração própria; Secretaria de Registro Acadêmico, Arquivo e Gestão da Informação - SECRAGI UNILAB (2025).

Gráfico 1: Ilustração gráfica da distribuição de estudantes africanos por curso



Fonte: Elaboração própria; Secretaria de Registro Acadêmico, Arquivo e Gestão da Informação - SECRAGI UNILAB (2025).

De acordo com levantamentos prévios, a estratificação dos estudantes africanos da UNILAB se compõe majoritariamente de jovens com idades compreendidas entre 18 e 30 anos, de origem urbana, com trajetória escolar diversa e muitas vezes marcada por precariedades estruturais, conforme os dados apresentados por Malomalo (2018). Uma

parcela significativa desses estudantes é oriunda de camadas populares, com histórias de vida atravessadas por desigualdades sociais e políticas em seus países de origem. Suas motivações para estudar no Brasil combinam o desejo de qualificação acadêmica, o projeto de ascensão social, a busca por novas experiências culturais e, em alguns casos, a vontade de permanecer em território brasileiro após a conclusão da graduação. Para muitos, a UNILAB representa uma oportunidade única de acesso ao ensino superior público e gratuito em uma universidade federal.

No entanto, o acesso formal não garante a inclusão plena. Machado, Nascimento e Impanta (2023) apontam que os estudantes enfrentam desde dificuldades burocráticas, como o reconhecimento de documentos e barreiras com o idioma acadêmico, até manifestações explícitas de xenofobia e racismo, tanto por parte de colegas como de munícipes locais. A complexidade dessas experiências coloca em xeque a noção de integração e revela que a estrutura institucional ainda opera sob lógicas monoculturais e nacionalistas, que tendem a ver o “outro africano” como exótico ou incômodo.

Além disso, o perfil dos estudantes africanos não pode ser compreendido apenas por estatísticas. Trata-se de sujeitos plurais que carregam consigo saberes, narrativas, religiosidades, práticas políticas e perspectivas próprias. Muitos são militantes de coletivos estudantis, artistas, ativistas comunitários ou intelectuais em formação que tensionam a normatividade acadêmica brasileira com suas epistemologias e formas de existir. Como afirma Malomalo (2018), “é necessário abandonar a lógica da acolhida benevolente para reconhecer os estudantes africanos como sujeitos de direitos e corresponsáveis pela construção da universidade intercultural” (p. 90).

Outro elemento relevante para caracterizar o perfil desses estudantes diz respeito ao seu papel dentro da universidade. Diferente de uma perspectiva assimilacionista, que espera que os estudantes africanos se adaptem à cultura institucional preexistente, a proposta original da UNILAB é que esses sujeitos contribuam ativamente para a redefinição da própria universidade, como proposto no item IV do artigo 10º do Estatuto da instituição (2020). Isso exige uma inversão de lógica: não se trata apenas de integrar africanos à universidade, em uma perspectiva assimilacionista, mas de transformar a universidade a partir da presença africana. Como propõem Gomes e Vieira (2013), “a UNILAB deve constituir-se como um laboratório de experimentação de novas formas de produção de conhecimento e de sociabilidade universitária, baseadas na reciprocidade e

no reconhecimento das diferenças como potência e não como ameaça” (p. 88).

Bell hooks (2017) propõe o conceito de “espaço da margem” como um lugar de resistência, mas também de dor. Para ela, estar na margem significa viver entre o pertencimento e a rejeição, entre a promessa e o silenciamento. É nesse espaço que os estudantes africanos constroem suas redes de apoio, criam coletivos, produzem cultura, organizam eventos e reivindicam políticas de acolhimento, formando as suas próprias Associações estudantis, em uma tentativa de terem suas demandas coletivas invisibilizadas representadas em fóruns institucionais, principalmente por não se sentirem representados pelas representações estudantis tradicionais (DCE e CAs), estando representadas da seguinte forma:

AEAU: Associação dos Estudantes Angolanos na UNILAB;

AECV: Associação de Estudantes Cabo-verdianos - UNILAB;

AEGU: Associação dos Estudantes Guineenses na UNILAB;

AEMOZ: Associação dos Estudantes Moçambicanos na
UNILAB;

AESTP: Associação dos Estudantes Santomenses -UNILAB.

De uma coalizão de representações estudantis surgiu o Coletivos de Estudantes Internacionais, que engloba todas as associações estudantis, incluindo a Associação de Estudantes Timorenses (AETU), formada em junho de 2025.

O coletivo e as associações, em particular, representam um grande elo de ligação entre a comunidade estudantil e a UNILAB, sendo protagonistas na resolução de diversos conflitos de ordem burocrática, de instalação e de denúncia de casos de racismo e xenofobia contra esses estudantes, bem como da organização de diversas festividades realizadas na Universidade, como a Semana da África, cuja organização fica sob total responsabilidade destas representações estudantis. No entanto, como observamos em campo, essas iniciativas de reivindicação são frequentemente vistas como “radicais”, “barulhentas” ou “impróprias”, o que revela a resistência da própria instituição e outras

instâncias em aceitar a transformação provocada pela presença desses sujeitos.

Além disso, as pautas culturais são constantemente negligenciadas. A não institucionalização da Semana da África como evento oficial da universidade é um exemplo. Em entrevista, Alassam Baldé, um dos representantes da AEGU, destaca: “Estamos celebrando a Semana da África sem um respeito. Os coordenadores dos cursos não dispensam as aulas nos dias da programação, o que limita a participação dos estudantes. Isso contribui para a precariedade das nossas atividades”. (Alassam, 2025)

A contradição entre o discurso da internacionalização solidária e sua implementação prática é central para a compreensão das tensões na UNILAB. A universidade nasceu com a missão de “estreitar laços culturais, acadêmicos e políticos entre o Brasil e os países da CPLP” (UNILAB, 2020), mas, como evidenciam os dados e relatos analisados, esse projeto enfrenta sérias limitações.

A expressiva presença de estudantes africanos nos campi da UNILAB revela não apenas a concretização de um projeto de internacionalização e cooperação educacional, mas também uma reconfiguração do perfil universitário brasileiro. Segundo dados recentes da Secretaria de Registro Acadêmico da UNILAB (SECRAGI), entre **2011 e 2025**, ingressaram na universidade **3347** estudantes africanos (correspondendo a **22,07%** do total universal de ingressantes), dos quais **1.359** se formaram (correspondendo um total de **29,62%** do universo total de estudantes formados pela universidades) e **1.227** ainda se encontram com matrícula ativa (número que corresponde a **29,21%** dos estudantes ativos na instituição). Esses estudantes são majoritariamente oriundos da Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, distribuídos conforme tabela abaixo:

Tabela 6: Distribuição numérica de estudantes na UNILAB de acordo à nacionalidade

Nacionalidades	Ingressantes	Ativos	Formados
Angola	1.107	347	343
Brasil	11.718	2697	3173
Cabo-Verde	114	6	87
Guiné-Bissau	1.650	503	797
Moçambique	336	222	57

São Tomé e Príncipe	140	49	75
Timor Leste	99	34	56
Total	15.164	3.858	4.588

Fonte: Elaboração própria; Secretaria de Registro Acadêmico, Arquivo e Gestão da Informação - SECRAIGI UNILAB (2025).

Tais números são expressivos, sobretudo considerando as populações relativamente pequenas de alguns desses países, o que reforça o papel da UNILAB como principal porta de entrada para a formação superior de uma significativa parcela da juventude afro-lusófona.

Sua presença tensiona a narrativa da neutralidade acadêmica e revela a necessidade urgente de repensar a universidade pública brasileira como um espaço verdadeiramente plural, antirracista e descolonial. A construção desse novo perfil universitário só será possível com a escuta ativa desses estudantes, com a valorização de suas trajetórias e com o compromisso ético-político de transformar o que ainda persiste como exclusão disfarçada de acolhimento.

A partir dessa perspectiva, a UNILAB se consolida como um polo estratégico das migrações educacionais afro-lusófonas, sendo reconhecida como a universidade latino-americana que mais acolhe estudantes africanos. Essa característica confere à instituição uma missão geopolítica singular, conforme observado em estudo anterior, a universidade "representa não apenas uma instituição de ensino, mas um espaço de trânsito, intercâmbio e tradução de experiências diaspóricas e epistemologias em disputa" (Catuabi, 2024). As motivações que conduzem esses estudantes ao Brasil são múltiplas: acesso à formação superior gratuita, a partilha linguística com o português como idioma oficial, a identificação cultural e histórica com o Brasil, e o sonho de uma inserção internacional qualificada.

Esses estudantes, ainda que provenientes de diferentes contextos e nacionalidades, compartilham realidades socioeconômicas desafiadoras. Estudo realizado por Cordeiro e Callado (2022) sobre o perfil socioeconômico dos discentes beneficiários do Programa de Assistência Estudantil (PAES) revelou que a maioria dos estudantes internacionais depende quase exclusivamente dos auxílios ofertados pela universidade, como os auxílios

moradia, alimentação totalizando uma renda média de R\$ 530,00 mensais. Relatórios dos representantes das Associações Estudantis demonstram que mais de 90% dos estudantes africanos ingressantes solicitam e são contemplados com os auxílios do PAES, sendo sua principal fonte de renda para arcar com as variadas despesas.

Esses mesmos relatórios apontam que todos os estudantes africanos vivem em residências alugadas, com os valores do aluguel variando de 300 até 1000 reais mensais, dada a inexistência de residências estudantis, ficando estes vulneráveis às especulações imobiliárias crescentes nos municípios de Redenção e Acarape. Ainda assim, programas como o PAES têm sido decisivos para a permanência desses estudantes, como expressa o fato de que mais de 90% dos estudantes consideram o PAES fundamental para suas atividades acadêmicas e para evitar a evasão (Cordeiro; Callado, 2022) dada a alta escassez de oportunidades de emprego nessas cidades.

4. METODOLOGIA

4.1. Abordagem Metodológica

Para a presente pesquisa adotamos como eixo central a abordagem etnográfica, compreendida no campo das ciências humanas como uma estratégia de investigação qualitativa voltada para a compreensão aprofundada de contextos socioculturais específicos, a partir da imersão prolongada do pesquisador no campo. De acordo com Hammersley e Atkinson (2022), a etnografia busca descrever, interpretar e explicar as práticas sociais em seus próprios termos, considerando que o significado das ações só pode ser plenamente compreendido quando situado na rede de relações, símbolos e discursos que lhes dão forma. Essa perspectiva é especialmente pertinente para o estudo da xenofobia e do racismo contra estudantes africanos na UNILAB, pois permitiu-nos captar não apenas eventos explícitos de discriminação, mas também dinâmicas sutis, discursos implícitos e comportamentos cotidianos que estruturam e refletem o convívio acadêmico. Este método implica uma relação prolongada e interativa e aproximada entre pesquisador e participantes, permitindo a construção de um olhar “de dentro” sobre o objeto e o universo da pesquisa. Clifford Geertz (1986) destaca que a tarefa do etnógrafo é realizar uma “descrição densa”, capaz de ir além da superfície dos acontecimentos para revelar os significados que eles carregam para os sujeitos envolvidos. No caso da presente investigação, a descrição densa se materializa na atenção às interações entre estudantes africanos, nacionais, docentes e funcionários, nas diferentes esferas da vida universitária, desde as salas de aula até os espaços informais, como áreas de convivência, cantinas e eventos acadêmicos.

A relevância da etnografia para esta pesquisa também reside na sua capacidade de revelar processos sociais que, muitas vezes, não emergem de forma espontânea em entrevistas ou questionários. Como observa Becker (1997), o comportamento humano é moldado tanto por normas explícitas quanto por convenções tácitas que só podem ser compreendidas mediante a convivência e a observação direta. No caso dos estudantes africanos na UNILAB, segundo observado, muitas práticas discriminatórias ocorrem de maneira velada, seja por meio de microagressões, seja por exclusões sutis em espaços acadêmicos e sociais. A minha presença prolongada no campo, na condição de pesquisador e já ter tido uma experiência anterior, participando ativamente da realidade estudada, vivenciando a rotina dos participantes, se demonstrou amplamente fundamental

para identificar essas situações e interpretá-las à luz das estruturas históricas e institucionais que as sustentam e possibilitou também a minha inserção plena no campo.

A observação participante, método pertencente ao amplo campo de estudo da pesquisa etnográfica, constituiu uma técnica de coleta fundamental de dados nesta abordagem. Como enfatiza Spradley (1980), esse método combina a participação ativa nas atividades do grupo estudado com a observação sistemática de comportamentos, diálogos e contextos, permitindo ao pesquisador vivenciar as situações e, ao mesmo tempo, manter um olhar analítico. No presente estudo, essa técnica assumiu um caráter singular, pois, por mais que eu seja o pesquisador, sou também parte integrante da comunidade acadêmica da UNILAB, o que favorece o acesso aos participantes e a compreensão de nuances culturais e institucionais, mas também exigiu cuidados éticos redobrados para mitigar vieses interpretativos e garantir a confiabilidade das análises. A reflexividade aqui, portanto, tornou-se um elemento-chave: sendo necessário reconhecer constantemente como a própria trajetória, identidade e inserção institucional influenciaram o processo de coleta e interpretação dos dados.

A observação participante também nos ofereceu a possibilidade de perceber como o discurso institucional se materializa (ou não) na prática, pois, enquanto a missão da UNILAB enfatiza a integração cultural e a cooperação internacional, a observação cotidiana pode evidenciar e identificar algumas divergências entre esse ideal e a experiência concreta dos estudantes, pois, tal como enfatiza Velho (2011), a pesquisa etnográfica não se limita a descrever práticas, mas deve também analisar as contradições entre os discursos e as ações, investigando os mecanismos pelos quais desigualdades e exclusões se perpetuam mesmo em contextos que se pretendem inclusivos.

A reflexividade, portanto, torna-se um elemento-chave: é necessário reconhecer constantemente como a própria trajetória, identidade e inserção institucional influenciam o processo de coleta e interpretação dos dados.

Entre os desafios da observação participante, destaca-se a dificuldade de registrar eventos e interações de forma fiel sem interferir no seu curso natural. Emerson, Fretz e Shaw (2011) apontam que a presença do observador inevitavelmente altera, ainda que minimamente, o ambiente observado. Durante a pesquisa de campo, foi possível me deparar com estudantes fazendo comentários sobre a minha atuação na minha pesquisa, fazendo perguntas como “esses apontamentos são pra quê?”, “estás a observar os outros

pra tua pesquisa, né?”, o que acabava despertando a atenção de alguns observados, comprometendo a naturalidade dos eventos e contextos em observação.

A duração do trabalho de campo também se apresenta como um aspecto crucial para a qualidade da pesquisa etnográfica. Spradley (1980) argumenta que somente a permanência prolongada no campo permite ao pesquisador compreender a lógica interna das práticas observadas. Na presente investigação, essa imersão estende-se por um período suficiente para acompanhar diferentes momentos do calendário acadêmico, desde o ingresso de novos estudantes até eventos institucionais, possibilitando captar variações nas interações e nas formas de manifestação do racismo e da xenofobia ao longo do tempo.

Do ponto de vista ético, a etnografia impõe desafios adicionais em relação à proteção dos participantes, especialmente em um ambiente relativamente pequeno como a UNILAB, onde a identidade dos sujeitos pode ser facilmente deduzida. Para mitigar esse risco, em todas as abordagens aos participantes lhes foi oferecida a possibilidade de garantia de anonimato, mediante vontade dos mesmos e manifestação do interesse desta no momento de assinatura condição no Registro de Consentimento Livre e Informado - RCLI (equivalente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE), comprometendo-me a fazer descrições de alguns eventos e falas de formas cuidadosamente anonimizadas, e detalhes contextuais que possam comprometer esse sigilo são alterados sem prejuízo à compreensão analítica. Essa precaução segue as orientações da Resolução CNS nº 510/2016, garantindo que o estudo preserve a integridade e a privacidade dos envolvidos.

Entre os desafios da observação participante, destaca-se a dificuldade de registrar eventos e interações de forma fiel sem interferir no seu curso natural. Emerson, Fretz e Shaw (2011) apontam que a presença do observador inevitavelmente altera, ainda que minimamente, o ambiente observado. Para lidar com isso, a pesquisa adota estratégias como anotações discretas em campo, complementadas por registros mais detalhados imediatamente após os eventos, preservando assim a espontaneidade das interações ao mesmo tempo em que assegura a precisão dos dados coletados.

A entrevista semiestruturada é outro pilar central desta pesquisa, escolhida por sua flexibilidade e capacidade de explorar dimensões subjetivas da experiência dos

participantes. Segundo Duarte (2004), esse tipo de entrevista permite um equilíbrio entre a condução pelo pesquisador e a liberdade para que o entrevistado desenvolva suas narrativas, possibilitando o aprofundamento em temas que emergem espontaneamente. No caso desta investigação, as entrevistas foram essenciais para compreender não apenas as experiências concretas de racismo e xenofobia, mas também as interpretações, sentimentos e estratégias de enfrentamento adotadas pelos estudantes africanos e demais grupos da UNILAB.

Enquanto a observação participante capta comportamentos, interações e práticas sociais no fluxo do cotidiano, as entrevistas permitem acessar percepções e memórias que, muitas vezes, não são visíveis diretamente. Minayo (2013) ressalta que as narrativas dos sujeitos são fundamentais para entender o significado que atribuem às suas vivências, especialmente em pesquisas qualitativas. Por exemplo, ao relatar um episódio de discriminação, o estudante pode contextualizar como interpretou o ato, como se sentiu e quais foram as consequências para sua trajetória acadêmica e pessoal, nos oferecendo uma dimensão interpretativa que complementa o registro observacional.

A opção pela entrevista semiestruturada também se justifica pela diversidade do público envolvido: estudantes africanos, estudantes nacionais, docentes, servidores e egressos. Essa técnica permitiu adaptar o roteiro de perguntas à especificidade de cada grupo, garantindo que aspectos centrais fossem abordados em todos os casos, mas deixando espaço para questões emergentes que possam surgir em função das particularidades de cada entrevistado. Assim, a pesquisa mantém comparabilidade entre os depoimentos, sem perder a riqueza e a singularidade das narrativas individuais.

A combinação entre observação participante, entrevistas e análise documental fortalece a consistência da pesquisa por meio da triangulação de métodos. Denzin (1978) aponta que a triangulação metodológica amplia a validade dos resultados, pois permite confrontar dados obtidos de diferentes maneiras, identificando convergências e divergências. Por exemplo, um comportamento observado no campo pode ser interpretado à luz das narrativas colhidas nas entrevistas, ou, inversamente, um relato verbal pode ser cotejado com evidências obtidas na observação, aumentando a confiabilidade das conclusões.

No caso desta pesquisa, essa triangulação se mostrou particularmente importante

para lidar com a complexidade dos fenômenos de racismo e xenofobia, que nem sempre são reconhecidos ou nomeados explicitamente pelos envolvidos. Muitas vezes, práticas discriminatórias se manifestam de forma sutil, disfarçadas sob o manto de “brincadeiras” ou “comentários inofensivos”. Nessas situações, a observação participante detecta a ocorrência, enquanto a entrevista pode revelar a forma como o evento foi sentido, interpretado e internalizado pelo estudante.

A utilização das entrevistas também permitiu-nos explorar trajetórias de vida e experiências anteriores à chegada à UNILAB. Isso é particularmente relevante no caso dos estudantes africanos, pois possibilita compreender suas expectativas em relação ao Brasil, a forma como construíram sua identidade racial e étnica em seus países de origem e como essa identidade foi reconfigurada após a migração. Ao articular essas narrativas com o que é observado no cotidiano universitário, a pesquisa obtém um panorama mais completo sobre os impactos da mobilidade acadêmica na vivência do racismo e da xenofobia.

4.2. Critérios de Seleção dos Participantes

A seleção dos participantes desta pesquisa foi estruturada de forma a contemplar a pluralidade de experiências relacionadas ao racismo e à xenofobia no contexto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Essa diversidade foi essencial para compreender o fenômeno de maneira abrangente e crítica, considerando que as percepções e vivências sobre preconceito racial e xenofóbico variam. A missão da UNILAB, centrada na cooperação acadêmica Sul-Sul e na integração com países de língua portuguesa, reforça a pertinência de incluir diferentes segmentos da comunidade universitária no estudo.

O grupo de estudantes africanos ativos é o núcleo da investigação. Eles representam o público-alvo de destaque das políticas de internacionalização e constituem o segmento mais diretamente exposto a possíveis manifestações de xenofobia e racismo. Pesquisas como as de Malomalo (2018) e Gomes e Vieira (2013) evidenciam que esses estudantes, ao viverem em território estrangeiro, estão mais suscetíveis a episódios de discriminação, tanto pela cor da pele quanto por sua nacionalidade e cultura. Essa dupla marca identitária, racial e nacional, torna suas narrativas fundamentais para analisar o fenômeno.

Os estudantes brasileiros, por sua vez, integram o estudo por ocuparem a posição de colegas diretos no convívio acadêmico e social. A perspectiva deles é relevante para compreender como se dão as interações cotidianas, se há percepção da existência de racismo e xenofobia e de que forma essas atitudes se manifestam. Santos (2020) aponta que, em universidades multiculturais, a percepção dos estudantes locais pode oscilar entre a empatia e o preconceito velado, influenciando as relações no campus e fora dele.

O grupo de docentes da UNILAB foi incluído porque desempenha um papel central na mediação pedagógica e na construção de um ambiente acadêmico inclusivo. Professores podem tanto reproduzir práticas discriminatórias, de maneira consciente ou inconsciente, quanto atuar ativamente no combate ao racismo institucional, por meio de metodologias e conteúdos que valorizem a diversidade cultural (Carneiro, 2023; Almeida, 2018). Além disso, a forma como lidam com situações de conflito envolvendo estudantes estrangeiros pode impactar diretamente a sensação de pertencimento e segurança dos mesmos.

Os servidores técnico-administrativos e membros da gestão universitária formam outro grupo essencial. São eles que lidam com a burocracia acadêmica e administrativa, influenciando o acesso a recursos institucionais. Nascimento (2020) observa que as práticas e decisões administrativas podem ser atravessadas por preconceitos implícitos, afetando a equidade no atendimento e no suporte oferecido aos estudantes africanos.

Os egressos africanos também compõem o estudo, com a justificativa de que suas experiências oferecem um panorama de longo prazo sobre o impacto da vivência acadêmica na UNILAB. Os relatos de quem já concluiu o curso permitem identificar se e como as experiências de racismo e xenofobia marcaram sua trajetória profissional e pessoal e entender como a exposição a esses fenômenos impactou a sua jornada individual, além de avaliar a eficácia das políticas institucionais de acolhimento e integração. Fanon (2008) e Kilomba (2019) destacam que as experiências de discriminação durante a formação acadêmica têm potencial de repercutir por toda a vida.

Além da relevância intrínseca de cada grupo, há a importância de comparar e contrastar as experiências relatadas. A confrontação entre as narrativas de quem vivencia diretamente a discriminação e de quem observa ou interage com essas situações permite mapear percepções divergentes e identificar lacunas de compreensão ou reconhecimento

do problema. Esse contraste é um recurso metodológico importante para revelar as dinâmicas mais sutis do racismo e da xenofobia no ambiente universitário (Mbembe, 2018).

No que se refere à composição quantitativa, o número de participantes foi definido visando à saturação dos dados qualitativos, como recomenda Minayo (2013). A amostragem é intencional, priorizando sujeitos cujas experiências estejam diretamente relacionadas ao objeto da pesquisa. A tabela a seguir sintetiza o perfil e o número total de participantes:

Tabela 7: Descrição numérica dos participantes da pesquisa.

Grupo de Participantes	Quantidade de entrevistados(as)	Sexo	
		Masculino	Feminino
Estudantes africanos ativos	10	5	5
Estudantes africanos egressos	5	3	2
Estudantes brasileiros	5	1	4
Docentes da UNILAB	5	1	4
Servidores técnico-administrativos da UNILAB	5	3	2
Total de entrevistados(as)	30		

Fonte: Elaboração própria;

Destaca-se aqui o critério diversidade de gênero dentro de cada grupo, especialmente entre os estudantes africanos e brasileiros, o que possibilitou análises de variáveis que considerem a existência de marcadores que agravam a experiência do xeno-racismo, de um ponto de vista interseccional, conforme Crenshaw (2002) e Collins (2019). Essa abordagem busca evitar generalizações que invisibilizem as especificidades vividas por subgrupos vulneráveis, nesse contexto, as mulheres africanas na UNILAB.

Do ponto de vista ético, a escolha desses participantes está alinhada às orientações da Resolução CNS nº 510/2016, garantindo que todos sejam informados sobre os

objetivos, riscos e benefícios da pesquisa, com a devida assinatura do Registro de Consentimento Livre e Informado (RCLI). O cuidado na seleção buscou também evitar coerção ou exposição indevida, preservando o bem-estar e a segurança de todos os envolvidos.

De modo geral, a definição desses critérios foi reflexo da necessidade de contemplar múltiplas vozes na análise do fenômeno, reconhecendo que a xenofobia e o racismo no ambiente acadêmico se manifestam de forma distinta dependendo da posição social e institucional de cada indivíduo. Assim, a composição dos participantes não apenas cumpriu uma exigência metodológica, mas também responde ao compromisso político e ético de produzir conhecimento que reflita a complexidade da realidade estudada

4.3. Descrição dos Instrumentos de Coleta de Dados

A presente pesquisa empregou um conjunto articulado de instrumentos qualitativos de coleta de dados, compostos principalmente por roteiros de entrevistas semiestruturadas e pela observação direta em campo, complementados por anotações em diário de campo e análise documental. A escolha e a combinação desses instrumentos se justificam pela necessidade de captar, de forma densa e contextualizada, as experiências de racismo e xenofobia vividas por estudantes africanos na UNILAB, bem como pelas interações e práticas institucionais que moldam essas vivências.

O primeiro instrumento, o roteiro de entrevistas semiestruturadas, foi elaborado com base na revisão da literatura e nas questões centrais da pesquisa. Sua estrutura contempla perguntas abertas e fechadas, garantindo tanto a padronização mínima necessária para comparabilidade das respostas quanto a flexibilidade para explorar narrativas pessoais. Essa abordagem favorece a emergência de elementos inesperados e subjetivos, muitas vezes invisíveis em métodos exclusivamente estruturados.

Os roteiros foram elaborados de forma distinta para cada grupo de participantes: estudantes africanos, estudantes brasileiros, docentes, servidores técnico-administrativos e egressos africanos, respeitando as especificidades de suas posições no contexto universitário. No caso dos estudantes africanos, o roteiro contemplou questões sobre o processo migratório, as expectativas e percepções sobre o Brasil antes da chegada, as

experiências diretas e indiretas de racismo e xenofobia, a relação com a comunidade acadêmica e local, e os desafios enfrentados para permanência e conclusão do curso. Também foram incluídas perguntas sobre como se identificavam racialmente em seus países de origem e se essa percepção foi alterada no contexto brasileiro.

Para os estudantes brasileiros, as questões abordaram o grau de interação com colegas africanos, o conhecimento sobre os países de origem desses estudantes, percepções sobre racismo e xenofobia na universidade e na sociedade em geral, e posicionamentos diante de situações discriminatórias. Essa perspectiva é importante para compreender a dimensão relacional do fenômeno e identificar possíveis barreiras ou potencialidades para a convivência intercultural.

O roteiro destinado aos docentes incluiu perguntas sobre experiências de ensino-aprendizagem em turmas culturalmente diversas, percepções sobre manifestações discriminatórias no espaço acadêmico, conhecimento das políticas institucionais de inclusão e permanência, avaliação de sua eficácia e seus posicionamentos diante dos fenômenos de xenofobia e racismo.

Para os servidores técnico-administrativos, as entrevistas exploraram o atendimento a estudantes africanos, a existência de barreiras burocráticas ou culturais no acesso a serviços acadêmicos e assistenciais, e eventuais situações de preconceito observadas e vivenciadas.

O roteiro para egressos africanos, por sua vez, foi estruturado de modo a captar uma perspectiva longitudinal sobre a experiência na UNILAB, abordando desde o processo de seleção e chegada ao Brasil até o percurso acadêmico e os desdobramentos após a conclusão do curso. Essa visão em retrospectiva permitiu-nos identificar mudanças na percepção de racismo e xenofobia ao longo do tempo e avaliar o impacto da formação na trajetória pessoal e profissional.

O segundo instrumento central foi a observação direta, conduzida ao longo de todo o trabalho de campo. Essa técnica permitiu registrar comportamentos, interações e situações que, muitas vezes, não são verbalizadas nas entrevistas, seja por esquecimento, constrangimento ou por serem naturalizadas pelos participantes. A observação foi realizada em diferentes espaços da universidade, tais como salas de aula, corredores, restaurante universitários, eventos acadêmicos e culturais e também em contextos

externos, como espaços públicos das cidades de Redenção e Acarape, frequentados comumente por estudantes africanos.

A observação direta foi orientada por um roteiro flexível, que incluía categorias como: interações entre grupos (africanos e brasileiros), presença de manifestações de preconceito explícitas ou sutis, participação em atividades acadêmicas e extracurriculares, e uso dos espaços institucionais. Essa flexibilidade permitiu registrar eventos inesperados e adaptar o foco conforme as situações observadas.

Para registrar as informações obtidas na observação e nas entrevistas, utilizou-se um diário de campo, no qual eram anotadas descrições detalhadas de eventos, diálogos e impressões analíticas preliminares. Essas anotações serviram não apenas como material de apoio à análise, mas também como instrumento de triangulação de dados, permitindo confrontar informações obtidas por diferentes meios.

A análise documental foi incorporada como instrumento complementar, abrangendo editais institucionais (como PAES e PAIE), o Estatuto da UNILAB, relatórios internos e outros documentos relacionados à política de internacionalização e inclusão. Esses materiais forneceram informações objetivas sobre diretrizes, metas e mecanismos institucionais, que foram confrontadas com as experiências relatadas pelos participantes e observadas em campo.

A combinação entre entrevistas, observação direta, diário de campo e análise documental responde à necessidade de compreender o fenômeno estudado em sua complexidade, considerando diferentes dimensões: subjetiva, relacional, institucional e normativa. Essa abordagem múltipla também contribui para a validade interna da pesquisa, uma vez que permite verificar a consistência das informações por meio da triangulação metodológica.

Além disso, cabe destacar que todos os instrumentos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa, incluindo os **roteiros de entrevistas**, **roteiros de observação**, **termos de consentimento** e o **projeto de pesquisa completo**, foram devidamente submetidos à apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná (CEP/UFPR). Essa submissão incluiu a descrição detalhada dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos metodológicos e dos cuidados éticos a serem observados, em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016, que dispõe sobre pesquisas em

Ciências Humanas e Sociais.

O parecer favorável foi emitido sob o número 7.670.206, vinculado ao CAAE 88215725.6.0000.0214, confirmando que a investigação atende aos princípios éticos aplicáveis e que os instrumentos propostos apresentam clareza, pertinência e adequação ao perfil dos participantes. Tal aprovação também atesta que os riscos potenciais foram devidamente identificados e minimizados, e que as estratégias para proteção da privacidade e da integridade dos sujeitos da pesquisa foram satisfatórias.

Essa chancela do CEP/UFPR reforça a legitimidade da pesquisa e assegura que todos os procedimentos de coleta de dados estão respaldados por um processo formal de avaliação ética. Com isso, garante-se que a aplicação dos instrumentos foi conduzida de forma segura e respeitosa, preservando a dignidade dos participantes e o rigor científico necessário para que os resultados sejam social e academicamente válidos.

4.4. Limitações da Pesquisa

Toda pesquisa científica é marcada por limites que a condicionam, tanto do ponto de vista metodológico quanto das condições concretas de realização no campo. Reconhecer essas limitações não implica enfraquecer os resultados, mas, ao contrário, reforçar sua validade ao demonstrar transparência e criticidade diante das escolhas e circunstâncias que atravessaram o trabalho. No caso desta investigação, conduzida na UNILAB, algumas questões merecem destaque por influenciarem diretamente na forma como os dados foram coletados, organizados e analisados.

Do ponto de vista metodológico, um dos primeiros limites diz respeito à própria escolha da etnografia e da observação participante como principal abordagem. Se, por um lado, esses métodos permitem mergulhar nas experiências e significados atribuídos pelos sujeitos, por outro, impõem o risco de parcialidade e de envolvimento excessivo do pesquisador. Essa tensão é ainda mais acentuada pelo fato de ao mesmo tempo ser pesquisador e também ser estudante da UNILAB, compartilhando, em certa medida, do mesmo contexto dos entrevistados africanos. Como assinala Geertz (1989), a etnografia nunca é neutra, já que a presença do pesquisador afeta o campo e as narrativas, exigindo uma constante autorreflexão para evitar projeções pessoais ou interpretações enviesadas.

Outro limite metodológico relevante está relacionado à representatividade da

amostra. Apesar de terem sido entrevistados estudantes africanos, brasileiros, docentes, servidores e egressos, não é possível afirmar que esses depoimentos abarcam toda a diversidade de experiências presentes na instituição e refletem na experiência geral dos grupos dos quais esses indivíduos são representantes. Minayo (2013) destaca que a pesquisa qualitativa busca a profundidade e não a generalização estatística. Portanto, é necessário reconhecer que este estudo reflete um recorte da realidade e não sua totalidade.

A dificuldade de generalização também aparece como limitação. No que tange às condições contextuais e delimitação espacial, a pesquisa foi delimitada espacialmente à UNILAB-CE, em seus campi de Redenção e Acarape. Essa delimitação é justificada pela concentração dos estudantes africanos nesses espaços, mas, ao mesmo tempo, constitui uma limitação, já que outras realidades da UNILAB (como os campi na Bahia) não foram contempladas.

Temporalmente, a investigação também se restringe ao período de realização do trabalho de campo, o que significa que conjunturas posteriores ou anteriores não foram captadas. Desse modo, os resultados dizem respeito à UNILAB-CE, localizada nos municípios de Redenção e Acarape, em um período específico, marcado por conjunturas sociais, políticas e institucionais particulares, reconhecendo a existência do campus dos Malês, no estado da Bahia, que possui, igualmente, conjuntura sociopolítica e institucional distinta, carecendo assim de estudo próprio e direcionado para entendê-la, pois, como lembra Magnani (2002), todo estudo etnográfico é situado, e seu valor reside justamente em compreender uma realidade concreta e contextualizada. Desse modo, essa delimitação espacial e temporal impede extrapolações fáceis para outras universidades ou contextos nacionais, devendo as análises ser lidas como recorte e não como panorama universal.

No plano prático, alguns desafios emergiram durante o campo. Um deles foi a dificuldade de estabelecer plena confiança com determinados participantes, especialmente em entrevistas que tratavam de temas sensíveis como racismo, xenofobia e discriminação institucional. Muitos estudantes, sobretudo os africanos, demonstraram receio de expor suas experiências por medo de represálias acadêmicas ou administrativas ou ainda por não se sentirem confortáveis para falar sobre esses eventos de violência. Esse silêncio parcial, embora compreensível, limitou a densidade de algumas narrativas.

Fanon (2008) já alertava que o racismo opera também como uma violência psicológica, produzindo censuras internas e bloqueios discursivos que impactam o testemunho. Face à essa situação, decidiu-se então contactar as lideranças de cada Associação Estudantil dos estudantes africanos, para que os mesmos pudessem indicar possíveis entrevistados, por estes terem maior confiança dentro desse universo estudantil e conhecimento de históricos de eventos racismo e xenofobia e contra os estudantes de que são representantes, sendo crucial para garantia de contato com maior parte dos estudantes entrevistados para essa pesquisa.

Outro desafio prático esteve ligado às tensões éticas e burocráticas no contato com a instituição. O acesso a determinados documentos e a disponibilidade de alguns docentes e servidores para entrevistas foram dificultados por agendas sobrecarregadas e também por uma postura defensiva diante da temática. Como observam Malomalo (2018) e Carneiro (2023), pesquisas que abordam racismo institucional frequentemente enfrentam resistências veladas, já que expõem desigualdades naturalizadas ou invisibilizadas pelas próprias estruturas.

Adicionalmente, foi preciso adaptar o formato de algumas entrevistas para o modo remoto. Isso ocorreu principalmente com docentes e servidores técnico-administrativos que residem em Fortaleza, a mais de 50 km de Redenção e Acarape e com estudantes que se encontravam com disponibilidade de agenda limitada, face às suas demandas acadêmicas particulares. Nestes casos, a incompatibilidade de agendas inviabilizou encontros presenciais, levando à realização de entrevistas por videoconferência, com auxílio de plataformas e ferramentas tecnológicas como o *Google Meet* e o *Whatsapp*. Esses recursos possibilitaram ampliar a participação, mas trouxeram dificuldades relacionadas à instabilidade da conexão de internet, que, em alguns casos, interrompeu o fluxo da conversa, exigindo retomadas e comprometendo a espontaneidade de certos relatos.

Do ponto de vista ético, um dos limites mais importantes foi o manejo do sofrimento dos participantes. Ao abordar situações de racismo e xenofobia, muitos entrevistados reviveram experiências dolorosas que geraram desconforto ou emoção visível. Foi necessário, portanto, respeitar o ritmo de cada relato, oferecer pausas e reafirmar a possibilidade de desistência ou recusa de responder determinadas perguntas. Como orienta a Resolução CNS nº 510/2016, o cuidado com o bem-estar do participante

deve prevalecer sobre os interesses da pesquisa, e isso demandou sensibilidade constante no trato das entrevistas.

Nesse mesmo sentido, outro risco ético foi o de revitimização. Relatar um episódio discriminatório pode reforçar sentimentos de exclusão ou impotência, razão pela qual foi fundamental garantir anonimato, confidencialidade e um ambiente seguro de escuta. Para isso, além da assinatura do Registro de Consentimento Livre e Informado (RCLI), buscou-se empregar uma postura empática, validando a experiência do entrevistado e evitando julgamentos ou comentários que podiam deixar o entrevistado mais vulnerável. Como lembra Kilomba (2019), o reconhecimento da dor do outro é um passo essencial para romper com as violências simbólicas do racismo.

Outro aspecto contextual a considerar são as conjunturas políticas e sociais do Brasil no período investigado, que foi especificamente entre os meses de fevereiro e setembro do ano de 2025. O cenário nacional de polarização política, cortes orçamentários em universidades e recrudescimento de discursos xenofóbicos e racistas podem ter impactado a forma como os participantes interpretaram e relataram suas experiências.

Em resumo, cabe aqui destacar que todos esses limites, metodológicos, práticos, éticos e contextuais, não invalidam a pesquisa, mas, ao contrário, compõem o próprio quadro interpretativo dos resultados. Reconhecê-los é parte do compromisso ético e científico deste trabalho, reforçando que a análise produzida deve ser lida dentro de seu contexto, com suas condições e restrições próprias. Como afirma Clifford (2016), a etnografia é sempre uma narrativa parcial, mas sua força está justamente em explicitar as condições de sua produção, permitindo que os leitores compreendam seus alcances e fronteiras.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

5.1. Experiências de Xenofobia e Racismo na UNILAB

O cenário da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), concebida como espaço de cooperação acadêmica e de integração cultural entre o Brasil e países africanos de língua portuguesa, é atravessado por contradições que expõem a persistência do racismo estrutural e de práticas xenofóbicas no interior da própria instituição. O que se esperava ser um espaço de convivência intercultural harmoniosa, muitas vezes, revela-se também como terreno de tensões, disputas e hierarquizações simbólicas e sociais, nas quais estudantes africanos são interpelados por estigmas de inferiorização. Nesse contexto, o fenômeno que se pode denominar de xeno-racismo: a combinação de discriminação racial e xenofóbica. O fenômeno manifesta-se em diferentes dimensões da vida acadêmica e comunitária: desde o acesso desigual a recursos institucionais, passando pelas relações interpessoais no campus, até a interação com moradores das cidades de Acarape e Redenção. Esses conflitos não apenas desafiam a proposta de internacionalização solidária que fundamenta a UNILAB, mas também revelam os limites e contradições de um projeto universitário que, ainda que inovador, encontra-se imerso em estruturas históricas de exclusão e desigualdade racial que marcam a sociedade brasileira.

Imagem 10: Cartazes de protestos. Unidade Acadêmica dos Palmares.



Fonte: Elaboração própria.

A análise das entrevistas realizadas com estudantes africanos da UNILAB permite compreender como a xenofobia e o racismo se manifestam em diferentes momentos de suas trajetórias, desde a saída de seus países de origem até a vivência acadêmica e social

no Brasil. As falas recolhidas, cruzadas com a observação participante, evidenciam a profundidade de tais experiências e como elas impactam os processos de ressignificação identitária. Como lembra Fanon (2008), o racismo não é um fenômeno episódico, mas uma estrutura de poder que atravessa os sujeitos e produz modos específicos de existência.

O racismo é uma das engrenagens centrais da formação social brasileira. Em vez de mero resquício de um passado escravista, constitui-se como um dispositivo que molda as estruturas econômicas, simbólicas e epistemológicas, o que garante a reprodução das hierarquias sociais e a manutenção do capitalismo no país, como sistema que perpetua as diversas formas de desigualdade.

Tanto Florestan Fernandes (2008) quanto Sueli Carneiro (2023) mostram, em diferentes momentos históricos, que o racismo é o fundamento invisível sobre o qual se constrói o “mito da democracia racial”, legitimando a exclusão material e a inferiorização simbólica da população negra. Em *A integração do negro na sociedade de classes* (2008), Florestan Fernandes revela que a abolição da escravidão não produziu cidadania, mas uma liberdade precária. O negro foi lançado no sistema capitalista sem acesso aos meios de produção, à educação ou às oportunidades mínimas de ascensão. A sociedade “livre”, pós-abolicionista, herdou as hierarquias raciais da ordem escravocrata, transformando-as em desigualdades de classe. Para o autor, o capitalismo brasileiro se desenvolveu incorporando as estruturas de dominação colonial e escravista à lógica de mercado. Dessa forma, o racismo tornou-se um instrumento funcional à economia, responsável por naturalizar a superexploração do trabalho e justificar as posições subalternas ocupadas pela população negra. Florestan demonstra que, no Brasil, a modernização capitalista foi “conservadora”. A integração do negro não se deu pela inclusão, mas pela marginalização. O negro foi incorporado ao sistema produtivo como força de trabalho desqualificada, e excluído dos espaços de poder e prestígio. Essa contradição estrutural produziu o que ele chama de “preconceito de marca”, uma forma de racismo que, embora negada no discurso, atua de modo silencioso e violento nas relações sociais e institucionais. Essa negação, segundo o autor, é o que garante a sua eficácia: o racismo brasileiro é sistêmico porque se apresenta como ausente.

O contato dos estudantes africanos com a realidade brasileira acaba por revelar esse caráter estruturante do racismo, ao mesmo tempo em que expõe a xenofobia como uma camada adicional de exclusão.

Um primeiro ponto que emerge é o fato de que, para muitos estudantes, o racismo não era tematizado de forma destacada em seus países de origem da mesma maneira que no Brasil. Em Angola, por exemplo, há a consciência das desigualdades herdadas do colonialismo, mas raramente isso era tratado como “racismo” em termos analíticos. Essa percepção aparece de forma clara na fala de Abel, estudante angolano de história na UNILAB:

Antes de vir aqui, as discussões sobre racismo nunca foram pautas de análises. Apesar dos resquícios ou heranças coloniais presentes na sociedade angolana, ainda assim o racismo, privilégio dos mestiços, nunca foi uma pauta de discussão. Quanto à xenofobia, Angola é um país acolhedor, mas que por causa das heranças coloniais, sobretudo impostas pelas ideias das fronteiras ocidentais, reproduz uma xenofobia com os outros países africanos. Por exemplo, é mais comum um angolano tratar mal um congolês do que um branco português. (Abel, 2025)

Esse testemunho dialoga com a análise de Mbembe (2017), que mostra como as fronteiras coloniais impostas pela Europa na África criaram divisões artificiais, transformando povos vizinhos em estrangeiros uns para os outros. O caso relatado por Abel demonstra que, em muitos contextos africanos, o preconceito se aproxima mais com conflitos étnicos e coloniais do que com a cor da pele propriamente dita, a semelhança do que nos demonstra Patrício (2011), o que ajuda a explicar o choque vivido ao chegar ao Brasil.

De forma semelhante, Eurico, estudante de sociologia bissau-guineense comentou que, mesmo em sociedades africanas de maioria negra, as desigualdades raciais estavam presentes, mas eram naturalizadas como parte de uma herança histórica, e não como pauta de denúncia:

No meu país sabíamos que era uma vantagem ter a cor clara e uma desvantagem ser preto. Isso vem do colonialismo [...], que dava privilégio aos mulatos de não recorrerem aos trabalhos forçados durante a escravização [...]. No entanto, essa experiência colonial não anulava nossa convivência e nem gerava retaliações no presente, porque vivemos em uma sociedade de maioria negra, então o racismo ficava sempre ofuscado, apesar dos privilégios existentes. (Eurico, 2025)

Esse trecho mostra como a racialização na África se deu de modo diferente do Brasil, e reforça a tese de Hall (2003) sobre a historicidade das identidades: o que significa ser negro em Luanda, Bissau, Maputo ou em Redenção e Acarape não é a mesma coisa, pois a identidade é construída nas relações sociais e políticas concretas.

Ao chegarem ao Brasil, os estudantes passaram por aquilo que Fanon (2008)

chamou de “choque da racialização”: a percepção de que a cor da pele é um marcador social que organiza privilégios e exclusões. Essa mudança de percepção aparece de forma contundente na fala de Fábio²:

Antes eu não acreditava na existência do racismo como prática de discriminação pela cor da pele. Mas, vivendo no Brasil, sinto como o racismo tem me atravessado de várias formas. Desde andar até estar nos ônibus, sempre percebo olhares, gestos e atitudes que me colocam em uma posição de suspeito. O Brasil me ensinou o que é ser negro. (Fábio, 2025)

Essa frase expressa um aprendizado doloroso: a consciência da negritude no Brasil não surge apenas do orgulho, mas da experiência da exclusão. Como lembra Kilomba (2019), o racismo é uma narrativa que nomeia e posiciona corpos, produzindo sujeitos “outros”. Amarildo deixa claro que sua identidade negra foi ressignificada não por escolha, mas pela imposição de um contexto social excludente.

A percepção da discriminação nos espaços públicos foi recorrente. Mirzilei, estudante de enfermagem, de nacionalidade são tomense, narrou a experiência de sentir-se constantemente observado e julgado:

Sinto o racismo até na forma como me olham quando entro em determinados lugares. No ônibus, nas ruas, nos estabelecimentos, parece que há sempre uma desconfiança em relação a mim. Isso me deixa desconfortável, porque é uma experiência que nunca vivi no meu país. Aqui no Brasil, muitos olhares me lembram que sou visto frequentemente como diferente ou inferior. (Mirzilei, 2025)

Essa fala reforça a noção de Sueli Carneiro (2005) de que o “dispositivo de racialidade” opera de modo cotidiano, marcando os corpos negros como suspeitos e indesejados.

No espaço acadêmico, os depoimentos mostram uma convivência ambígua. Por um lado, houve acolhimento e solidariedade de alguns colegas brasileiros, mas, por outro, situações de racismo e xenofobia também foram constantes. Maria³ relatou a hostilidade velada em interações com estudantes brasileiros:

Alguns colegas nunca falam comigo diretamente, preferem me chamar apenas de ‘estrangeira’. Muitas vezes fazem piadas com meu sotaque ou tentam imitar a forma como falo. Isso me faz sentir que nunca sou vista como igual, como se estivesse sempre em uma posição de inferioridade. (Maria, 2025)

² Como orienta a Resolução CNS nº 510/2016, sobre ética em pesquisa com seres humanos que envolvam risco, alguns nomes de participantes desta pesquisa foram substituídos por nomes fictícios, a pedido de alguns destes, a fim de mitigar os possíveis riscos resultantes da divulgação da mesma.

³ Nome fictício.

Esse tipo de relato dialoga com a ideia de Almeida (2018) sobre o “racismo recreativo”, isto é, manifestações que, sob a forma de humor, reforçam estigmas e desigualdades. Para Maria, tais práticas não são apenas brincadeiras, mas lembranças constantes de que sua presença é marcada pela diferença e não pertencimento.

Fernando⁴ complementa essa percepção ao relatar que a xenofobia se expressa na forma como alguns brasileiros questionam a legitimidade dos africanos na universidade:

Já ouvi várias vezes colegas dizendo que nós, africanos, estamos tirando vagas dos brasileiros. Eles esquecem que a UNILAB foi criada justamente para essa integração. É como se estivéssemos sempre em dívida, tendo que provar que merecemos estar aqui. (Fernando, 2025)

Esse discurso revela a persistência de uma visão nacionalista excludente, que nega a própria missão da UNILAB, observada a partir da concepção de um espaço de cooperação internacional, acabando por reproduzir disputas simbólicas, onde a presença africana precisa ser justificada constantemente.

Ainda dentro desse espectro de disputa, um aspecto recorrente nas entrevistas e nas observações de campo diz respeito à distribuição desigual de recursos institucionais na UNILAB, especialmente no que tange às bolsas de iniciação científica, extensão, monitoria e iniciação à docência. Muitos estudantes africanos relataram a sensação de exclusão desses programas, seja pela ausência de informações claras, seja por critérios de seleção que, embora apresentados como universais, alguns se demonstram bastante subjetivo e acabam reproduzindo desigualdades já existentes, como relatou um dos estudantes entrevistados, em tom de denúncia:

A gente quase nunca tem acesso às bolsas, porque muitas vezes nem ficamos sabendo dos editais. Quando sabemos, já está tudo fechado. Parece que não é para nós. E quando tentamos participar, percebemos que os critérios acabam privilegiando os brasileiros que já estão mais adaptados ao sistema e muitas das vezes tem professores que parece que fazem questão de não trabalhar com estudantes africanos, os bolsistas são sempre brasileiros. (Paulo⁵, 2025)

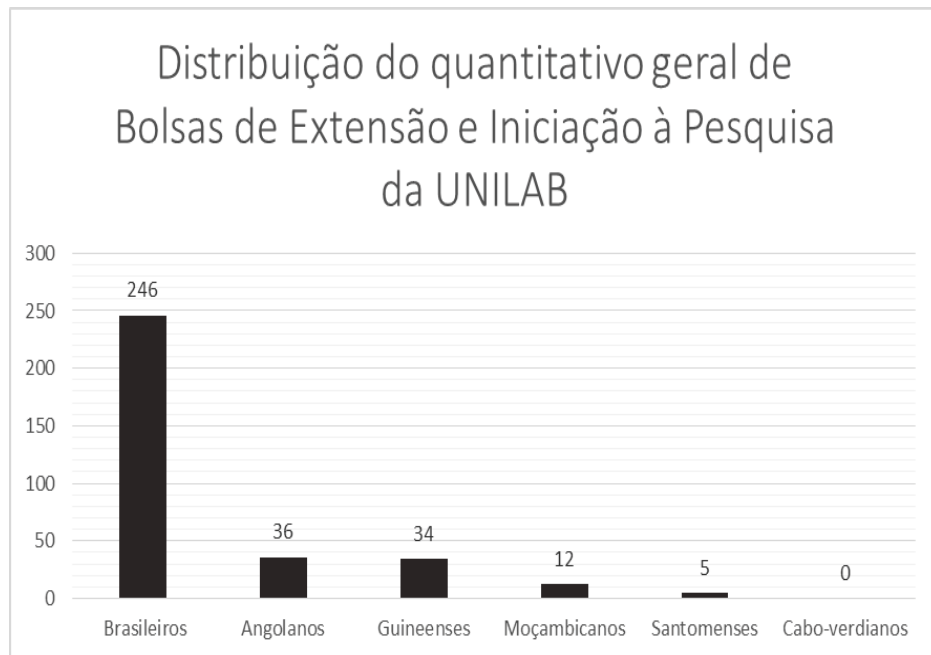
Esse tipo de relato expõe que a questão não é apenas de oferta de bolsas, mas de inclusão real. A desigualdade na distribuição de recursos acadêmicos tende a aprofundar a sensação de invisibilidade dos estudantes africanos e contradiz a missão institucional da UNILAB, fundada no princípio da integração e da cooperação sul-sul (Gomes e Vieira, 2013).

⁴ Nome fictício.

⁵ Nome fictício.

Durante a pesquisa de campo, foi possível constatar que a distribuição das bolsas se concentra de forma desproporcional entre determinados grupos de estudantes, sobretudo brasileiros, gerando entre os africanos um sentimento de marginalização.

Gráfico 2: Distribuição do quantitativo geral de Bolsas de Extensão e Iniciação à Pesquisa da UNILAB⁶.



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura - PROEX UNILAB; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG UNILAB; Elaborado pelo autor.

Esse cenário revela um problema estrutural: ao invés de funcionarem como instrumentos de democratização do acesso à formação acadêmica, o modelo de distribuição de bolsas institucionais têm reforçado desigualdades internas.

Do ponto de vista metodológico, a própria observação participante permitiu identificar que editais de bolsas raramente trazem critérios sensíveis às especificidades dos estudantes estrangeiros, como dificuldades de adaptação inicial, barreiras linguísticas e diferenças curriculares. Assim, esses programas, que deveriam mitigar desigualdades, acabam se convertendo em instrumentos de exclusão velada. Essa constatação encontra

⁶ Somente a PROEX e a PROPPG disponibilizaram prontamente os relatórios do quantitativo de bolsistas institucionais de suas respectivas responsabilidades (extensão e iniciação à pesquisa). Outras pró-reitorias ou não responderam à tentativa de contato, ou não disponibilizaram os relatórios em período hábil para inclusão nesta pesquisa.

eco em Sueli Carneiro (2005), quando ela afirma que a igualdade formal frequentemente oculta desigualdades substantivas, já que não considera a posição estrutural de desvantagem de determinados grupos.

O acesso limitado de estudantes africanos a esses recursos compromete seu desenvolvimento e permanência acadêmica e sua integração plena, criando uma cisão entre a promessa institucional e a realidade vivida. Esse descompasso reforça o racismo estrutural na esfera acadêmica e evidencia que políticas de ação afirmativa e de redistribuição equitativa de recursos não são opcionais, mas necessárias para que a UNILAB cumpra efetivamente sua missão de universidade internacional voltada à inclusão.

Se dentro das dependências institucionais da UNILAB a convivência já é marcada por constantes tensões, fora dela os relatos são ainda mais contundentes. Sandra descreveu a experiência de ser tratada com desconfiança em espaços comerciais:

Quando entro em uma loja, sinto que a atendente às vezes muda a forma de me tratar. Já aconteceu de me seguirem pelos corredores, como se eu fosse suspeita de roubo apenas por ser negra e africana. Essas situações são constantes e muito dolorosas. (Sandra, 2025)

Essa fala evidencia como o racismo estrutural se manifesta em práticas institucionais aparentemente banais, mas que reforçam a exclusão cotidiana. Almeida (2019) destaca que o racismo é estrutural justamente porque permeia todas as instituições, inclusive o comércio e os serviços.

Moisés, estudante guineense de pedagogia, trouxe um relato igualmente significativo sobre as dificuldades em habitar espaços urbanos:

[...] já tive dificuldade até para alugar uma casa. Quando percebiam meu sotaque e viam que eu era africano, diziam que o imóvel já não estava disponível. Não foi uma, mas várias vezes. Outros colegas passaram pela mesma situação. Isso mostra que o preconceito está em todo lugar. (Moisés, 2025)

Esse exemplo articula-se ao conceito de Mbembe (2017) sobre as novas formas de fronteiras, que não são mais apenas linhas geográficas, mas barreiras invisíveis que delimitam quem pode ou não habitar determinados espaços.

Todos os relatos aqui registrados convergem para a constatação de que a experiência no Brasil produziu mudanças profundas na forma como esses estudantes se

reconhecem racialmente. Eurico sintetizou essa transformação: “[...] no meu país eu sabia que era negro, mas isso não era pauta central. Aqui no Brasil, a negritude se tornou uma questão fundamental. O racismo me obrigou a pensar e a viver minha identidade negra todos os dias.” (Eurico, 2025)

Essa afirmação se alinha à análise de Hall (2003), para quem as identidades são processos em constante formação, marcados por deslocamentos. No caso dos estudantes africanos, a identidade negra passa a ser vivida não apenas como marcador biológico, mas como identidade política, forjada no enfrentamento ao racismo.

Angelina, estudante angolana, também relatou que, embora dolorosa, essa experiência trouxe um processo de fortalecimento: “Hoje eu entendo que preciso afirmar minha identidade como mulher negra e africana. O racismo não apenas me machuca, mas também me ensinou a resistir, a me afirmar com mais força.” (Angelina, 2025)

Esse movimento é descrito por Carneiro (2005) como um processo de resistência ao dispositivo de racialidade: aquilo que foi pensado para inferiorizar também pode gerar consciência e luta.

5.1.1. E as Mulheres Africanas?

A análise das entrevistas com as estudantes africanas e brasileiras da UNILAB permite compreender como as dimensões de gênero, raça e origem se entrelaçam na experiência cotidiana acadêmica e social dessas mulheres. A literatura já demonstrou que a condição de mulheres negras e migrantes tende a produzir camadas adicionais de vulnerabilidade (Crenshaw, 2002; Collins, 2019; Machado; Gomes; Silva 2021), mas as narrativas recolhidas evidenciam a forma concreta como tais categorias se materializam no espaço universitário e nos municípios de Redenção e Acarape.

As mulheres africanas na UNILAB experienciam camadas entrelaçadas de opressões de gênero que se manifestam tanto no ambiente acadêmico quanto nas relações cotidianas nos espaços urbanos de Redenção e Acarape. O artigo de Machado, Gomes e Silva (2021) destaca que, para além do racismo e da xenofobia, essas mulheres são frequentemente atravessadas por práticas patriarcais, explícitas e sutis, que reduzem sua participação na vida acadêmica, marginalizam suas falas e sexualizam seus corpos, demonstrando convergência com as impressões coletadas em campo por meio das

entrevistas e da participação ativa durante esse período de coleta de dados. A presença da mulher africana no campus é marcada por tensões que não podem ser compreendidas sem considerar o papel do machismo estrutural que naturaliza a exclusão de suas vozes. Em situações acadêmicas, muitas relatam serem interrompidas em sala de aula ou terem suas ideias desacreditadas, numa dinâmica que reflete a sobreposição do sexismo ao preconceito racial.

Maria⁷, estudante africana, relatou que o gênero aparece como barreira sobretudo em situações de convivência cotidiana. Ela menciona que a socialização entre alguns brasileiros e africanas é atravessada por estereótipos que sexualizam as mulheres africanas, impondo sobre elas uma espécie de carga de vigilância constante:

“Já ouvi colegas brasileiros fazendo piadas sobre como as africanas seriam ‘quentes’ ou ‘submissas’. Isso machuca, porque é como se todo o meu esforço acadêmico fosse invisível diante desse olhar nojento [...] é uma coisa que às vezes me faz pensar se realmente sou reconhecida como estudante ou apenas como um objeto” (Maria, 2025).

A entrevista de Josélia, por sua vez, acrescenta uma perspectiva valiosa, pois se trata de uma mulher negra brasileira que conviveu de perto com estudantes africanos. Ao narrar sua trajetória, Josélia denuncia o preconceito dentro do próprio curso de Agronomia, ressaltando como a discriminação assumia formas de desvalorização intelectual:

“Diversas vezes a gente passou por questões de racismo, inclusive o meu esposo, que é africano. Era nítido como a explicação dos professores mudava quando a pergunta vinha de um estudante brasileiro e quando vinha de um estudante africano. Para os africanos, as respostas eram evasivas, curtas, muitas vezes carregadas de impaciência. Isso é racismo e xenofobia. E no caso das mulheres africanas, ainda mais grave, porque muitas vezes nem eram levadas a sério em suas colocações” (Josélia, 2025).

O depoimento de Josélia articula de forma clara a ideia de interseccionalidade proposta por Crenshaw (2002), segundo a qual as opressões não se manifestam de forma isolada, mas se sobrepõem e se intensificam mutuamente, como é o caso explícito da condição das mulheres africanas na UNILAB que enfrentam formas múltiplas de discriminação.

Ana, estudante brasileira do curso de Sociologia reforça essa perspectiva, narrando a partir do lugar de uma estudante nacional, demonstrando que essas práticas discriminatórias e sexistas não se resumem somente à percepção dessas estudantes:

Eu acho que por ter muitas amigas com mulheres africanas,

⁷ Nome fictício.

especificamente, vou generalizar. É, eu vejo mais a questão da sexualização dos corpos. Sempre tem comentários de homens brasileiros fazendo comentários, mas não somente estudantes da UNILAB. Eu já percebi muitos comentários de pessoas, não estudantes da UNILAB fazerem comentários com as mulheres africanas dizerem, é comentários de ‘Ah, essa negona aí’ ou ‘oh a morena é gostosa’. Dizem que ela tem um corpo bonito, ah, que se pegava não sei o quê. [...], sobre a questão do cabelo. As pessoas parece que se sentem livres de fazerem comentários com os cabelos das mulheres africanas, principalmente com tranças, quando usam *Black Power*, enfim. Eu acho que mais esses comentários assim, o que eu mais escuto de relato, mesmo assim de desabafo de amigas. Elas falarem que no começo não percebia e não entendia esse racismo. E aí depois de um tempo começar a perceber, por conta dos olhares dos comentários e principalmente por serem mulheres também fazer perceber um outro olhar diferente com uns amigos homens. (Ana, 2025)

A fala de Ana mostra como o gênero arava potencialmente as experiências xeno-racismo: enquanto os homens africanos são estigmatizados de outras formas (como a associação à violência e falta de autocontrole), as mulheres carregam o peso adicional da hiperssexualização e da pressão e negação estética.

Vitória, estudante brasileira, por outro lado, apresenta uma crítica contundente voltadas à alguns moradores das cidades de Redenção, que constantemente alegam que mulheres africanas da UNILAB somente engravidam para obtenção de recursos advindos de programas sociais, como o Bolsa Família:

Algumas situações, acredito que talvez exemplifique esse tipo de situação, no sentido de estudantes africanos, ao terem filhos, existem pessoas que atribuem isso como terem filhos aqui no Brasil, como se fosse algum tipo de prejuízo para a sociedade local, como se viessem para cá só para terem filhos, e não como um curso natural da biologia, da humanidade. É uma questão que eu vejo diretamente ligada para mulheres africanas, ao terem seus filhos aqui no Brasil. Algumas pessoas, já presenciei também nas redes sociais, determinados ataques a uma estudante africana, onde o seu filho sofreu algum tipo de discriminação e racismo, e o que eu percebi era que eram pessoas moradores do município de Redenção que faziam esse tipo de ataque para essa menina e seu filho, no caso. (Vitória, 2025)

A análise das entrevistas e observações revela que as experiências de racismo e xenofobia no ambiente universitário assumem contornos ainda mais complexos quando atravessadas pela variável de gênero. As mulheres africanas, em especial, enfrentam camadas de discriminação que se sobrepõem, produzindo situações de exclusão cotidiana, isolamento e questionamento constante de sua legitimidade acadêmica. Essas experiências demonstram como as desigualdades não operam de forma isolada, mas interseccional, combinando raça, gênero e origem para produzir tais opressões cumulativas.

No conjunto, as entrevistas demonstram que a experiência das mulheres africanas é

atravessada por uma série de barreiras que combinam preconceito racial, xenofobia e sexismo. Essa realidade exige uma análise crítica que vá além da descrição de casos, reconhecendo o caráter estrutural dessas opressões e a necessidade de políticas institucionais eficazes.

A análise do conteúdo das entrevistas com esses estudantes africanos nos revela que as experiências de xenofobia e racismo vivenciadas pelos estudantes africanos na UNILAB e em seu entorno não são episódios isolados ou circunstanciais, mas fenômenos que se articulam diretamente ao racismo estrutural da sociedade brasileira. As falas mostram que o racismo não se limita a insultos ou práticas individuais, mas se reproduz em dinâmicas institucionais, acadêmicas e sociais, atingindo tanto a vida estudantil quanto a vida cotidiana desses sujeitos.

O primeiro problema identificado é o descompasso entre as expectativas trazidas pelos estudantes e a realidade enfrentada no Brasil. Muitos vieram de países em que o racismo, embora presente em formas coloniais e de privilégios étnico-raciais, não ocupava centralidade nos debates públicos. Esse silêncio anterior os levou a chegar ao Brasil sem a consciência plena do peso social da racialização. Assim, como relatou Abel, a chegada foi marcada por um “aprendizado compulsório”, no qual os estudantes passaram a sentir na pele o que Fanon (2008) descreve como a imposição do olhar racializado: um olhar que inferioriza, suspeita e reduz o sujeito negro à sua cor.

Outro problema central diz respeito ao ambiente universitário. Embora a UNILAB tenha sido criada sob a perspectiva da integração sul-sul e da cooperação internacional, os relatos de estudantes como Angelina e Eduardo mostram que, no cotidiano, a instituição ainda reproduz práticas de exclusão. As piadas sobre sotaques, o tratamento de “estrangeiros” e o questionamento da legitimidade de sua presença no espaço acadêmico revelam que a missão institucional convive com contradições profundas. Como aponta Malomalo (2018), a gestão da diversidade em ambientes multiculturais enfrenta resistências que vão além do discurso institucional, pois se enraízam em disputas simbólicas e no racismo estrutural brasileiro.

Fora da universidade, os depoimentos evidenciam práticas recorrentes de discriminação em espaços urbanos, como comércios, transportes e moradias. A fala de Sandra sobre ser seguida em lojas e a experiência de Moisés com a exclusão no mercado de aluguel reforçam a tese de que o xeno-racismo é estrutural porque permeia todos os

âmbitos da vida social. Ao mesmo tempo, esses episódios revelam que a xenofobia se soma ao racismo, criando uma condição de dupla exclusão: são negros e, ao mesmo tempo, estrangeiros.

O impacto identitário dessas vivências é talvez o aspecto mais profundo apontado pelos estudantes. Eurico Sampa destacou que, na Guiné-Bissau, sua negritude não era pauta central, mas no Brasil ela se tornou inevitável e cotidiana. Essa constatação demonstra que o racismo brasileiro, como dispositivo social (Carneiro, 2005), não apenas inferioriza, mas também obriga o sujeito a se reposicionar identitariamente. Nesse sentido, os estudantes relatam que, apesar da dor, o processo tem produzido também consciência, resistência e fortalecimento político.

Portanto, os problemas centrais identificados nesta análise podem ser sintetizados em quatro pontos: (i) **Descompasso identitário e expectativa inicial**: o choque de estudantes que não reconheciam o racismo como central em suas sociedades de origem e o encontram de forma brutal no Brasil; (ii) **Contradições institucionais**: a UNILAB, criada como projeto de integração, reproduz no cotidiano os mecanismos de exclusão presentes na sociedade brasileira; (iii) **Discriminação social ampliada**: os estudantes sofrem racismo e xenofobia tanto dentro da universidade quanto nas cidades do entorno, revelando que a violência simbólica é ampla e estruturada; (iv) **Ressignificação identitária**: o contato com o racismo no Brasil reconfigura a percepção dos estudantes sobre sua própria negritude, produzindo tanto sofrimento quanto resistência; (v) **Agrave das experiências de discriminação pelo gênero**: As mulheres africanas na UNILAB se encontram em um campo em que suas experiência de violências se interseccionam e se aravam pelos tres marcadores sociais que carregam: negras, estrangeiras e mulheres.

Esse conjunto de problemas confirma que a experiência dos estudantes africanos na UNILAB não pode ser analisada apenas como trajetória acadêmica, mas como **trajetória migratória marcada pela violência simbólica e pelo enfrentamento ao racismo estrutural e à xenofobia racializada**. Ao mesmo tempo, a análise evidencia a potência desses sujeitos na construção de novas formas de pertencimento e resistência. Como lembra Hall (2003), as identidades diaspóricas se constroem no entrecruzamento de deslocamentos, rupturas e reconstruções. É justamente nesse movimento que se inscreve a experiência desses estudantes, que transformam dor em força e exclusão em possibilidade de luta coletiva.

5.2. A Percepção de Professores e Técnicos da UNILAB.

A execução e análise das entrevistas realizadas com professores e técnicos administrativos da UNILAB nos revelam um conjunto de percepções que, embora diversas em termos de trajetória, área de atuação e posição institucional, convergem no reconhecimento da persistência do racismo e da xenofobia no cotidiano universitário. Diferentemente dos relatos dos estudantes africanos, marcados pela vivência direta da discriminação, os depoimentos de docentes e técnicos evidenciam uma tensão constante entre o projeto político-pedagógico da universidade e os limites institucionais e culturais para sua efetivação plena.

A entrevista com Mônica Saraiva, técnica administrativa e ouvidora da UNILAB, evidencia de forma contundente a ausência de uma política institucional estruturada de formação antirracista para servidores desde o ingresso na universidade. Ao relatar sua experiência, Mônica afirma:

Não, não recebemos. O concurso é como qualquer outro concurso público, tem o rol de disciplinas, de temas, mas que não envolvem nada nesse sentido. [...] A gente estuda o estatuto também na Universidade, mas que não trata nenhuma discussão sobre isso, não tem nenhum ponto específico, não tem nada no estatuto que diferencie[...] (Mônica Saraiva, 2025).

Esse relato reitera mais uma vez uma lacuna estrutural importante: mesmo em uma universidade criada com a missão explícita de integração internacional e promoção da diversidade, o enfrentamento ao racismo e xenofobia não aparece como eixo formativo obrigatório para servidores, sendo alguns destes apontados algumas vezes como sendo potenciais protagonistas em episódios análogos ao racismo e xenofobia contra estudantes africanos. A escassez de diretrizes claras e ações concretas combativas à esses fenômenos pode também ser agentes que contribuem para que práticas discriminatórias sejam tratadas como exceções individuais, e não como expressão de um problema institucional mais amplo. Após análises dos acervos documentais da UNILAB, foi possível ter acesso à Resolução CONAD/UNILAB nº 19, de 19 de maio de 2025, que aprova a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual, Discriminação e Outras Condutas Impróprias. O documento expedido pelo Conselho Administrativo da universidade, sem tratar especificamente de casos de xenofobia e racismo, resolve:

Aprovar a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual, Discriminação e Outras Condutas Impróprias nas Relações Interpessoais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, seguindo o que dispõe o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação - PFPEAD.

A Resolução surge no cenário institucional da UNILAB de forma tardia e pouco densa, sobretudo quando confrontada com a trajetória histórica de denúncias, conflitos e experiências reiteradas de racismo e xenofobia relatadas por estudantes africanos e brasileiros ao longo dos anos. Embora represente um marco normativo relevante ao reconhecer formalmente a existência dessas práticas e ao alinhar a universidade ao Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (PFPEAD), a resolução aparece como uma resposta reativa, mais vinculada a exigências legais recentes do Estado brasileiro do que a um processo orgânico de escuta e enfrentamento construído internamente pela comunidade acadêmica.

Do ponto de vista analítico, chama atenção o fato de que este documento seja, até o momento, o único instrumento institucional explícito da UNILAB que apela diretamente à não incidência de práticas discriminatórias em suas relações interpessoais. Tal singularidade revela uma lacuna histórica na produção de normativas internas capazes de lidar, de forma específica e estruturada, com o racismo, a xenofobia e suas interseções com gênero, nacionalidade e classe, fenômenos que atravessam cotidianamente a experiência universitária, conforme evidenciado nas entrevistas e observações de campo discutidas nesta pesquisa. A resolução, portanto, mais do que inaugurar um debate, acaba por evidenciar o quanto ele foi negligenciado institucionalmente durante anos.

Além disso, o texto normativo adota uma linguagem ampla e genérica, tratando conjuntamente assédio moral, assédio sexual, discriminação e “outras condutas impróprias”, sem aprofundar as especificidades do racismo e da xenofobia em um contexto universitário internacionalizado, como é o caso da UNILAB.

A ausência de dispositivos mais detalhados, como protocolos claros de acolhimento às vítimas, fluxos de responsabilização institucional, políticas formativas permanentes ou ações afirmativas voltadas à prevenção, pode contribuir para a percepção de que a resolução possui um caráter mais declaratório do que efetivamente transformador. Nesse sentido, ela estabelece princípios gerais, mas deixa em aberto os mecanismos concretos de implementação, monitoramento e avaliação.

Em outro momento da entrevista, Mônica expressa indignação diante da recorrência de episódios de racismo envolvendo estudantes africanos, ressaltando o caráter simbólico e emocional dessas violências:

“Toda vida que acontece algo, eu fico muito envergonhada. Eu fico com necessidade de pedir desculpas. [...] As pessoas chegam aqui, vêm dos seus países e sofrem racismo, eu acho impensável. Isso é um absurdo” (Mônica Saraiva, 2025).

A fala da ouvidora explicita o contraste entre o ideal reparador que fundamenta a UNILAB e a realidade vivida por estudantes africanos, indicando que a existência de canais institucionais de denúncia, embora necessária, não é suficiente para prevenir a reprodução cotidiana do racismo.

Professora Geranilde, então coordenadora da Coordenação de Direitos Humanos e Ações Afirmativas, também aponta a inexistência de formação institucional sistemática ao assumir o cargo, destacando que sua atuação se fundamenta mais em uma trajetória pessoal e acadêmica do que em capacitações oferecidas pela universidade:

Não, não recebi nenhuma formação. Acredito que a indicação foi justamente por já ter estudos e trabalhar na área. [...] Um curso de 20 horas não capacita as pessoas para discutir racismo, entender o que é racismo, defender cotas, tudo aquilo que está relacionado ao universo do ser negro (Professora Geranilde, 2025).

Essa afirmação problematiza a lógica institucional de delegar o enfrentamento ao racismo a sujeitos já engajados e politizados, sem que isso se traduza em uma política transversal e obrigatória para toda a comunidade acadêmica. O combate à discriminação, nesse sentido, acaba dependendo do compromisso individual, o que limita seu alcance.

Do ponto de vista docente, o Professor Ricardo Ossagô, professor africano de nacionalidade guineense e Pró-reitor de Arte, Extensão e Cultura, oferece um relato particularmente denso sobre a experiência institucional do racismo. Ele destaca que, apesar do discurso oficial da integração, historicamente não houve formação e mobilização institucional específica para lidar com essas questões ao ingressar na UNILAB:

Em relação ao racismo, essas questões não foram tocadas. Eu, por ser preto, negro, africano, são questões muito sensíveis a mim, porque eu já passei por isso. Então, eu tenho forma de abordar isso que não é ensinado pela universidade [...] temos relatos todos os momentos. [...] em vários momentos, seja na rua, seja na própria universidade, seja pelos trabalhadores, seja nos supermercados. [...] Nós, enquanto professores africanos, sempre estamos nessa apagada de fogo (Ricardo Ossagô, 2025).

O depoimento também evidencia como professores africanos acabam assumindo informalmente o papel de mediadores e “apagadores de incêndio”, especialmente quando estudantes relatam experiências de racismo e xenofobia. Além disso, o professor chama atenção para a seletividade institucional na forma como casos envolvendo estudantes africanos são tratados, destacando a dimensão racial e xenofóbica dessas diferenças: “Os tratamentos são diferentes quando acontece algum caso. Quando é com africanos, já vem o estereótipo da própria questão do negro. É aí que entra o racismo, é aí que entra a xenofobia” (Ricardo Ossagô, 2025).

A entrevista com a Professora Artemisa, docente africana, também de nacionalidade guineense, e ex-Pró-reitora, aprofunda ainda mais a análise ao evidenciar as tensões vividas

por professores africanos em cargos de gestão. Ela relata ter sido alvo de denúncias anônimas e ataques xenofóbicos justamente por ocupar espaços de poder institucional:

Eu não esperava muito ataque racista que eu recebi, xenofobia, inclusive, através de várias denúncias anônimas. [...] Como a universidade passou 10 anos sem nenhum professor africano na gestão superior, e eu fui a primeira eu fui a primeira a estrear sobre isso, e essa situação aparentemente incomodou muita gente (Professora Artemisa, 2025).

Esse depoimento revela que a presença de docentes africanos em posições estratégicas não apenas desafia hierarquias raciais historicamente consolidadas, como também expõe resistências veladas dentro da própria universidade.

De forma geral, os depoimentos de professores e técnicos administrativos indicam que, embora existam avanços institucionais, como protocolos de denúncia e ações pontuais, o enfrentamento ao racismo e à xenofobia ainda é marcado pela fragmentação, pela personalização das respostas e pela ausência de uma política antirracista estruturante. As entrevistas evidenciam que a UNILAB continua atravessada por dinâmicas raciais próprias da sociedade brasileira, exigindo esforços contínuos, coletivos e institucionalizados para que a integração não se limite ao plano discursivo.

O exame das percepções de professores e técnicos administrativos acerca do racismo e da xenofobia na UNILAB constitui uma dimensão analítica fundamental para compreender não apenas como esses fenômenos são vivenciados pelos estudantes africanos, mas também como são interpretados, reconhecidos, ou, em certos casos, relativizados, por aqueles que ocupam posições institucionais estratégicas no cotidiano universitário. Ao contrário das narrativas discentes, marcadas pela experiência direta da discriminação, os depoimentos de docentes e servidores revelam camadas adicionais do problema, envolvendo interpretações institucionais, limites de atuação profissional, tensões éticas e ambiguidades entre o reconhecimento do racismo estrutural e a dificuldade de traduzi-lo em práticas efetivas de enfrentamento.

Nesse sentido, a análise dessas entrevistas permite-nos acessar o modo como o racismo e a xenofobia são enquadrados a partir de lugares de autoridade acadêmica e administrativa, evidenciando os esforços individuais de acolhimento enquanto as lacunas institucionais persistem. As falas dos professores e técnicos não apenas descrevem situações concretas de conflito e discriminação, mas também expõem percepções sobre a ausência de políticas claras, a fragilidade dos canais formais de denúncia e a tendência à naturalização de desigualdades em um espaço que, paradoxalmente, se define como internacional, intercultural e comprometido com a integração dos povos afro-lusófonos. O resultado é um cenário no qual a responsabilidade pelo acolhimento e mediação de conflitos recai, em grande medida, sobre

iniciativas individuais, enquanto a instituição, como estrutura, responde de forma tardia, genérica e pouco operacionalizada. Esse descompasso reforça a necessidade de políticas institucionais mais robustas, específicas e permanentemente monitoradas, capazes de transformar o reconhecimento do problema em práticas efetivas de combate às desigualdades raciais e xenofóbicas no ambiente acadêmico.

5.3 Impacto Acadêmico e Social

As experiências de racismo e xenofobia vivenciadas por estudantes africanos no contexto universitário brasileiro produzem impactos profundos e multifacetados sobre suas trajetórias acadêmicas e formas de integração social. Conforme indicam estudos sobre mobilidade internacional e educação superior, tais experiências não se restringem a episódios isolados de discriminação, mas se configuram como processos contínuos que afetam o rendimento acadêmico, a saúde mental, o sentimento de pertencimento institucional e as dinâmicas de sociabilidade (Braga, 2021; Cordeiro, 2021). No caso da UNILAB, essas dimensões se entrelaçam de modo particular, uma vez que a universidade se propõe, institucionalmente, como espaço de integração Sul–Sul, mas se insere em um território marcado por desigualdades raciais historicamente estruturadas.

Do ponto de vista acadêmico, os relatos dos estudantes africanos indicam que o racismo cotidiano e a xenofobia velada interferem diretamente na concentração, na participação em sala de aula e na continuidade dos estudos. Em entrevista, Moisés afirma que, após episódios recorrentes de desconfiança e tratamento diferenciado por parte de colegas e docentes, passou a evitar intervenções orais em aula, por receio de ser deslegitimado intelectualmente (Moisés, 2025). Tal percepção dialoga com Fernandes (2019), ao demonstrar que estudantes africanos frequentemente desenvolvem estratégias de autoproteção que, embora reduzam o sofrimento imediato, acabam por limitar seu engajamento acadêmico.

Além disso, a vivência de situações discriminatórias afeta de maneira significativa a relação desses estudantes com os espaços institucionais de apoio acadêmico. Fernando relata que, diante de reiteradas negativas e da sensação de não pertencimento, passou a compreender a universidade como um espaço “que não foi pensado para ele”, percepção que impactou sua motivação para concorrer a bolsas e projetos de pesquisa (Fernando, 2025). Esse dado empírico reforça análises que apontam como o racismo institucional opera de forma silenciosa, produzindo exclusões simbólicas que antecedem a exclusão material (Gomes, 2017).

No campo da integração social, as entrevistas revelam que a xenofobia extrapola os

muros da universidade e se manifesta de forma contundente nos espaços urbanos, afetando a circulação e a sociabilidade dos estudantes africanos. Eurico Sampa descreve situações recorrentes de vigilância excessiva em estabelecimentos comerciais e abordagens constrangedoras em transportes públicos, experiências que contribuíram para um sentimento constante de insegurança e alerta (Eurico, 2025). Esses relatos convergem com estudos sobre imigração e saúde mental, que demonstram a associação entre discriminação racial, estresse crônico e adoecimento psíquico entre migrantes internacionais (Lechner, 2020).

Tais impactos se refletem, também, na construção das redes de sociabilidade. Maria afirma que, embora tenha criado vínculos sólidos com outros estudantes africanos, encontrou maiores dificuldades em estabelecer relações de proximidade com estudantes brasileiros, especialmente fora dos espaços acadêmicos formais (Maria, entrevista, 2024). Esse dado reforça a compreensão de que a integração social não ocorre de forma espontânea, mas é mediada por marcadores raciais e nacionais que hierarquizam as interações sociais (Mbembe, 2018).

Do ponto de vista subjetivo, os efeitos do racismo e da xenofobia incidem diretamente sobre os processos identitários. Eurico sintetiza essa experiência ao afirmar que “foi no Brasil que aprendeu o que significa ser negro em uma sociedade multirracial” (Eurico, 2025), indicando um deslocamento profundo em sua autopercepção racial. Ainda que breve, essa afirmação expressa um processo de ressignificação identitária amplamente discutido na literatura, segundo a qual a experiência migratória frequentemente intensifica a racialização dos sujeitos africanos em contextos marcados pelo racismo estrutural (Fernandes, 2019; Braga, 2021).

A articulação entre impactos acadêmicos e sociais torna-se ainda mais evidente quando se considera a saúde mental dos estudantes africanos. Relatos de ansiedade, solidão e esgotamento emocional aparecem de forma recorrente nas entrevistas, ainda que, muitas vezes, de maneira implícita. Fernando destaca que o acúmulo de pressões acadêmicas e experiências discriminatórias gerou momentos de desmotivação intensa e questionamentos sobre a permanência no curso (Fernando, 2025). Esses achados dialogam diretamente com estudos que apontam a discriminação racial como fator de risco para evasão universitária entre estudantes internacionais (Santos, 2010).

O material audiovisual analisado com o título “*UAU - Percepções de um angolano e um belga em Florianópolis*”⁸ (CorrespondenteU, 2015) disponível na plataforma digital *YouTube*, em formato de documentário, no qual estudantes africanos relatam experiências de

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u0wmMBD3KoY>

racismo no Brasil, reforça empiricamente as narrativas coletadas no campo, evidenciando que tais experiências não são pontuais ou restritas a uma única instituição, mas integram um padrão mais amplo de racialização da mobilidade estudantil africana no Brasil, os colocando em uma posição de “mais estrangeiro entre todos os estrangeiros”, com seus marcadores sociais indenitários de raça e origem estando mais propensos à rejeição e discriminação. A convergência entre entrevistas, observação participante e produção audiovisual confere maior robustez à análise, ao evidenciar a recorrência e a sistematicidade dos fenômenos descritos.

Os estudos que se debruçam sobre a experiência de estudantes africanos no Brasil convergem ao apontar que o processo de adaptação acadêmica e social é atravessado por múltiplas tensões estruturais, que extrapolam as dificuldades inerentes à mobilidade internacional. Conforme argumenta Subuhana (2009), a condição de estudante africano no Brasil é marcada por uma dupla vulnerabilidade: a de migrante internacional e a de sujeito racializado em uma sociedade profundamente estruturada pelo racismo. Essa combinação produz impactos diretos sobre a integração social e acadêmica, uma vez que o pertencimento institucional é constantemente tensionado por experiências de discriminação, estranhamento e deslegitimação simbólica.

Pesquisas recentes reforçam essa leitura ao evidenciar que a adaptação dos estudantes africanos é dificultada não apenas por barreiras linguísticas ou curriculares, mas sobretudo por práticas sociais excludentes, muitas vezes naturalizadas no cotidiano universitário (Silva-Ferreira, Martins-Borges, Willecke, 2019). Os autores destacam que a ausência de políticas institucionais efetivas de acolhimento e acompanhamento psicossocial agrava sentimentos de isolamento, insegurança e solidão, comprometendo o desempenho acadêmico e a permanência estudantil. Nesse sentido, a adaptação deixa de ser compreendida como um desafio individual e passa a ser reconhecida como um problema institucional e estrutural.

Subuhana (2009) aprofunda essa discussão ao demonstrar que o racismo vivenciado por estudantes africanos no Brasil opera, em grande medida, por meio de mecanismos sutis e cotidianos, que produzem efeitos cumulativos sobre a trajetória acadêmica. Segundo o autor, a constante necessidade de provar competência intelectual, somada à associação automática entre negritude e inferioridade, gera desgaste emocional e compromete a participação ativa desses estudantes nos espaços acadêmicos. Tal processo impacta diretamente a construção da autoestima acadêmica e reforça estratégias de retraimento social, que, paradoxalmente, são frequentemente interpretadas como falta de interesse ou dificuldade de adaptação cultural.

Além disso, Neusa Santos Souza (1983) oferece uma chave fundamental para compreender os impactos do racismo na saúde mental, tema que emerge de forma recorrente tanto nas entrevistas quanto na observação participante realizadas no ambiente unilabiano. A autora demonstra que a violência racial cotidiana gera angústia, ansiedade, retraimento e estratégias defensivas que afetam o desempenho acadêmico, as relações interpessoais e os projetos de futuro. Esses efeitos aparecem de maneira contundente nos depoimentos dos estudantes africanos, que relatam cansaço emocional, isolamento e, em alguns casos, desejo de abandono do curso. A contribuição de Souza permite aprofundar a análise ao evidenciar que o racismo e a xenofobia não são apenas obstáculos externos à trajetória acadêmica, mas forças que incidem diretamente sobre a subjetividade, produzindo marcas duradouras que, nesse contexto e outros, acompanham os sujeitos mesmo após a conclusão da graduação e o encerramento do ciclo na UNILAB.

Dessa forma, cabe afirmar que o impacto acadêmico e social do racismo e da xenofobia sobre estudantes africanos na UNILAB deve ser compreendido como um processo estrutural, que atravessa simultaneamente o desempenho acadêmico, a integração social, a saúde mental e a construção identitária. Longe de se limitar a episódios isolados, essas experiências revelam os limites concretos do projeto institucional de integração internacional quando não acompanhado de políticas efetivas de enfrentamento ao racismo e de promoção da permanência estudantil em sentido amplo.

5.4. Egressos e Suas Reflexões

As trajetórias dos egressos africanos da UNILAB revelam que a experiência universitária ultrapassa os limites da formação acadêmica formal, constituindo-se como um processo intenso de reelaboração identitária, marcado por vivências de racismo e xenofobia. Ao rememorem o período de formação, os entrevistados situam a universidade como um espaço ambíguo, simultaneamente produtor de oportunidades e de violências simbólicas, que impactaram profundamente suas percepções de si, do outro e da sociedade brasileira.

Abel, egresso do curso de História, destaca que sua experiência inicial na universidade foi atravessada por expectativas positivas de integração acadêmica e convivência intercultural. No entanto, esse horizonte foi progressivamente tensionado pelas práticas discriminatórias vivenciadas no cotidiano universitário e urbano. Segundo ele, “apesar dessa experiência boa, também houve o lado negativo, que foi uma surpresa para mim na questão do racismo na universidade e no Ceará todo”.

O entrevistado relata que o racismo não se manifestava apenas de forma explícita, mas também em práticas sutis e recorrentes que afetavam diretamente sua permanência acadêmica. Abel descreve que, em sala de aula, a exclusão nos trabalhos em grupo era recorrente, afirmando que “difícilmente os colegas brasileiros escolhiam os africanos. Parece que éramos invisíveis na sala de aula” (Abel, 2025).

Essa invisibilização acadêmica, segundo o egresso, produzia sentimentos de desvalorização intelectual e isolamento social, afetando sua autoconfiança como estudante. Ele relata ainda situações em que avaliações acadêmicas pareciam atravessadas por marcadores raciais, afirmando que “quando os professores percebiam que a prova era de um estudante africano, a nota era muito baixa, independentemente se o estudante respondia bem às questões”.

No entanto, Abel também reconhece que a experiência universitária contribuiu significativamente para o fortalecimento de sua identidade racial. Ele destaca o papel das redes de apoio formadas entre estudantes africanos, afirmando que “foi através dessas vivências que eu fortaleci mais a minha identidade negra e consegui lidar diretamente com qualquer tipo de opressão racial” (Abel, 2025).

Joel, egresso angolano do curso de Engenharia de Energias, apresenta uma narrativa que evidencia as dificuldades de integração com estudantes brasileiros ao longo de sua trajetória acadêmica. Segundo ele, embora a UNILAB se apresente institucionalmente como promotora da integração, “no decorrer do tempo eu tive muitas dificuldades, principalmente em me integrar com estudantes brasileiros” (Joel, 2025).

Joel descreve que a segregação se tornava visível até mesmo em momentos simbólicos da vida universitária, como as formaturas. Ele relata que “faziam fotos de formatura com quadros diferentes, e era uma situação muito complicada” (Joel, 2025), evidenciando uma separação racializada entre estudantes africanos e brasileiros.

Essas experiências reforçaram nele uma percepção crítica sobre a ideia de integração institucional. Para o egresso, a ausência de relações efetivamente horizontais produzia um sentimento constante de não pertencimento, impactando sua vivência acadêmica e social dentro da universidade.

Joel também relata episódios explícitos de racismo em sala de aula, protagonizados por docentes, afirmando:

“Tem um professor em específico no nosso instituto que parecia que persegue os estudantes africanos, vive reclamando de nós [...] isso acontece até com quem tá acabando de chegar na UNILAB [...] sempre que chegasse um estudante africano atrasado, o professor dizia

que por isso o continente estava do jeito que está” (Joel, 2025).

Esse tipo de discurso, segundo ele, reforçava estereótipos coloniais e hierarquias raciais.

Apesar dessas vivências, Joel afirma que o período na UNILAB contribuiu para um amadurecimento crítico sobre as relações raciais no Brasil. Ele destaca que “a gente acaba absorvendo muito aprendizado com relação ao que viveu e presenciou sobre racismo” (Joel, 2025).

Sandra, egressa guineense dos cursos de Sociologia e do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades - MIH, oferece uma reflexão marcada pela transformação subjetiva ao longo do tempo. Ela afirma que, no início, tinha dificuldades em identificar se determinadas situações eram racismo ou xenofobia. Com o avanço de sua formação e maior contato com debates críticos e pela própria experiência com os fenômenos, Sandra afirma que passou a reconhecer com mais clareza as violências simbólicas vivenciadas ressaltando:

Agora eu consigo identificar essas situações e me posicionar, coisa que antes eu não conseguia ver de forma mais clara, porque geralmente não é um assunto que a gente lida com frequência, de onde viemos [...] muitos de nós acabamos direcionando tudo para xenofobia porque somos estrangeiros, ou somente para o racismo, sendo que a maior parte dos casos, é pelas duas coisas (Sandra, 2025).

A egressa destaca que esse processo de conscientização racial não ocorreu de forma espontânea, mas foi resultado de conflitos, silenciamentos e amadurecimento pessoal. Ela relata que, anteriormente, havia receio de se posicionar por medo de retaliações ou de “criar problemas onde já existe problema”.

No período pós-UNILAB, Sandra afirma sentir-se mais preparada emocional e politicamente para enfrentar situações de discriminação, destacando que “hoje eu me sinto muito mais madura para lidar com essas questões, sem reagir apenas com emoção”.

A trajetória de Sandra evidencia como a universidade, apesar de reproduzir desigualdades, também pode funcionar como espaço de formação crítica, ainda que de maneira desigual e não institucionalizada.

Os três egressos convergem ao afirmar que a UNILAB carece de políticas efetivas de enfrentamento ao racismo. Abel é enfático ao afirmar que:

No meu ponto de vista, universidade não oferecia recursos ou políticas adequadas para lidar com essas questões [...] e é por isso que esses casos nunca acabam, porque aqueles que fazem sabem que nunca dá em nada e é sempre abafado, não tem como, é assim que as coisas são, infelizmente (Abel, 2025).

Joel reforça essa percepção ao apontar a fragilidade das estruturas institucionais, afirmando que “se existe um movimento que cuida desse tipo de assunto, ele não está tão fortificado quanto deveria” (Joel, 2025).

Sandra, por sua vez, critica a inoperância da ouvidoria institucional, descrevendo-a

como “uma ouvidoria estática, que não faz ação” (Sandra, 2025).

Essas falas evidenciam que o enfrentamento ao racismo na UNILAB tem recaído majoritariamente sobre os próprios estudantes africanos, que constroem estratégias coletivas de sobrevivência, acolhimento e resistência.

No plano profissional, os entrevistados afirmam que as experiências de discriminação não impediram suas trajetórias, mas deixaram marcas profundas. Abel afirma que o racismo “não afetou meu desenvolvimento profissional, porque o problema está com os racistas, não comigo” (Abel, 2025).

Contudo, essa afirmação não nega os impactos emocionais e simbólicos dessas vivências, mas revela uma estratégia de ressignificação e autoproteção frente às violências sofridas.

Sandra complementa essa análise ao afirmar que, após a UNILAB, passou a se reconhecer como sujeito político, capaz de tensionar discursos e práticas racistas em diferentes espaços sociais e acadêmicos.

O “antes e depois” da UNILAB, nas falas dos egressos, evidencia uma transformação profunda na forma como se percebem racialmente, passando de uma identidade marcada pela expectativa de acolhimento para uma consciência crítica forjada no confronto com o racismo institucional.

A experiência relatada pelos egressos africanos da UNILAB pode ser compreendida à luz do conceito de racismo estrutural, conforme formulado por Silvio Almeida, para quem o racismo não se restringe a atitudes individuais, mas se organiza como lógica constitutiva das instituições sociais (Almeida, 2019). As dificuldades enfrentadas pelos entrevistados não derivam de falhas pessoais ou de dificuldades individuais de adaptação, mas de um sistema social e institucional que naturaliza desigualdades raciais e hierarquiza sujeitos a partir da cor da pele, da origem nacional e do pertencimento étnico. Nesse sentido, a universidade, embora concebida como espaço de integração, acaba por reproduzir práticas e discursos que reforçam assimetrias históricas.

As transformações subjetivas observadas no “antes e depois” da UNILAB dialogam diretamente com as reflexões de Fanon sobre os efeitos psicológicos do colonialismo e do racismo. Para Fanon (2008), o sujeito negro em contextos marcados pela hierarquização racial é constantemente confrontado com processos de desumanização, que produzem deslocamentos identitários profundos. As narrativas dos egressos evidenciam esse movimento: inicialmente marcados por expectativas de pertencimento e reconhecimento, passam a desenvolver uma consciência racial crítica forjada no enfrentamento cotidiano das violências simbólicas,

institucionais e interpessoais.

Sendo assim, essas reflexões indicam que, apesar das violências vivenciadas, a experiência na UNILAB produziu sujeitos política e socialmente mais conscientes, críticos e fortalecidos identitariamente. Esse paradoxo, entre exclusão institucional e fortalecimento subjetivo, revela tanto os limites quanto as potencialidades do projeto da universidade. Se, por um lado, a UNILAB falha em garantir condições equitativas de permanência e reconhecimento, por outro, torna-se espaço onde os estudantes africanos constroem estratégias de resistência, reelaboram suas identidades raciais e produzem leituras críticas sobre o racismo no Brasil contemporâneo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo central analisar as experiências de xenofobia e racismo vivenciadas por estudantes africanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), considerando suas trajetórias migratórias, processos de ressignificação identitária e impactos acadêmicos, sociais e subjetivos decorrentes dessas vivências. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na observação participante, em entrevistas semiestruturadas e no diálogo sistemático com a literatura especializada, foi possível evidenciar que o racismo e a xenofobia não se manifestam como episódios isolados ou excepcionais, mas constituem práticas recorrentes, estruturalmente articuladas ao funcionamento institucional, às relações sociais e às dinâmicas de poder que atravessam o cotidiano universitário.

Os resultados da pesquisa indicam que, para muitos estudantes africanos, a experiência migratória rumo ao Brasil e à UNILAB representa uma ruptura significativa em relação às formas anteriores de percepção racial e identitária. Em seus países de origem, embora marcadas por heranças coloniais e desigualdades internas, as relações raciais não ocupavam necessariamente o mesmo lugar central que assumem no contexto brasileiro. A chegada ao Brasil, e em particular à UNILAB, impõe a esses estudantes um processo abrupto de racialização, no qual a condição de “negro” passa a organizar olhares, expectativas, estigmas e formas de tratamento, conforme amplamente relatado nas entrevistas analisadas. Nesse sentido, o racismo vivido no Brasil não apenas incide sobre os corpos, mas produz deslocamentos profundos na subjetividade, na autoestima e no sentimento de pertencimento desses sujeitos.

Du Bois (1940) nos oferece uma ferramenta interpretativa fundamental ao formular o conceito de “dupla consciência”, entendido como a experiência de viver simultaneamente como sujeito de direitos e como corpo racializado permanentemente interpelado pelo olhar do outro. Essa condição, descrita como a sensação de “olhar a si mesmo através dos olhos de outros”, permite compreender como estudantes africanos na UNILAB vivenciam a universidade não apenas como espaço de formação acadêmica, mas como território simbólico de constante vigilância, estranhamento e deslegitimação. Assim como o negro americano descrito por Du Bois era compelido a provar reiteradamente sua humanidade, competência intelectual e pertencimento nacional, os estudantes africanos relatam a necessidade contínua de justificar sua presença na universidade, sua capacidade acadêmica e até mesmo sua legitimidade como sujeitos do conhecimento. A experiência universitária, nesse sentido, não se limita à dimensão pedagógica, mas se converte em um campo de disputa

identitária, no qual o reconhecimento é sempre condicionado.

A análise dos dados expostos aqui revelou que as experiências de xenofobia e racismo se manifestam em múltiplas escalas: nas interações cotidianas com colegas brasileiros, nas relações pedagógicas estabelecidas em sala de aula, no acesso desigual a oportunidades acadêmicas, como bolsas de pesquisa, extensão e monitoria, e também nas interações extramuros, concretamente nas cidades de Redenção e Acarape. Essas experiências são frequentemente marcadas por silenciamentos, deslegitimação intelectual, estereotipação e suspeição constante, produzindo um ambiente acadêmico que, para muitos estudantes africanos, se mostra hostil e excludente, em contradição direta com os princípios fundantes da universidade.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidenciou que tais experiências não afetam todos os estudantes de maneira homogênea. As interseções entre raça, nacionalidade, gênero e condição socioeconômica aprofundam desigualdades e vulnerabilidades específicas, sobretudo no caso das mulheres africanas, que enfrentam formas agravadas de discriminação, sexualização, invisibilização acadêmica e deslegitimação de suas capacidades intelectuais. Assim, o racismo e a xenofobia operam de modo interseccional, exigindo análises que ultrapassem explicações simplificadoras e considerem a complexidade das relações sociais no interior da universidade.

No que se refere às políticas institucionais da UNILAB, a pesquisa aponta para uma distância significativa entre o projeto político-pedagógico que orienta a criação da universidade e as práticas efetivamente implementadas no cotidiano institucional. Embora a UNILAB se apresente, em seu discurso oficial, como um espaço de integração, cooperação internacional e promoção da diversidade, as ações concretas de enfrentamento ao racismo e à xenofobia mostram-se fragmentadas, tardias e, muitas vezes, excessivamente genéricas. A existência de resoluções e documentos normativos que apelam à não discriminação, como identificado ao longo da análise, revela-se insuficiente diante da ausência de políticas estruturadas, mecanismos de acompanhamento, formação continuada de servidores e docentes, e canais institucionais eficazes de escuta e responsabilização.

Nesse sentido, a universidade parece operar, em muitos momentos, sob uma lógica de negação ou minimização dos conflitos raciais e xenofóbicos, tratando-os como problemas pontuais ou desvios individuais, e não como expressões de um racismo estrutural que atravessa a sociedade brasileira e se reproduz no espaço acadêmico. Tal postura contribui para

a perpetuação de práticas discriminatórias, para o adoecimento psicológico dos estudantes e, em casos mais extremos, para a evasão acadêmica e o rompimento de trajetórias formativas.

A UNILAB nasce, do ponto de vista normativo, profundamente comprometida com princípios de interculturalidade, internacionalização solidária e combate às desigualdades étnico-raciais. O Estatuto da UNILAB estabelece, de forma explícita, a vedação de práticas discriminatórias com base em raça, etnia, nacionalidade, gênero e orientação sexual, bem como afirma o respeito à dignidade humana, à diversidade e aos direitos humanos como princípios estruturantes da instituição (UNILAB, 2020). No plano discursivo e jurídico, portanto, a universidade se apresenta como um projeto contra-hegemônico no campo do ensino superior brasileiro.

Entretanto, os resultados desta pesquisa evidenciam um descompasso significativo entre o projeto institucional normativo e a experiência concreta vivida por estudantes africanos no cotidiano universitário. Ainda que o Estatuto destaque a democratização do acesso e das condições de permanência, bem como a promoção da interculturalidade e da superação das desigualdades sociais (UNILAB, 2020), as entrevistas e a observação participante indicam que tais princípios permanecem, em grande medida, restritos ao plano formal. A ausência de políticas sistemáticas de acolhimento, formação antirracista continuada e acompanhamento institucional dos estudantes africanos vítimas dos fenômenos aqui tratados contribui para a reprodução de práticas xenofóbicas e racistas, muitas vezes naturalizadas no cotidiano acadêmico.

Essa contradição torna-se ainda mais evidente quando se analisa o caráter tardio da Resolução CONAD/UNILAB nº 19, de 19 de maio de 2025, que aprova a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual, à Discriminação e a Outras Condutas Impróprias (UNILAB, 2025). Embora represente um avanço institucional ao reconhecer formalmente a existência dessas violências no âmbito universitário, a resolução surge mais de uma década após a criação da UNILAB e após inúmeros relatos, denúncias informais e experiências acumuladas de discriminação vividas por estudantes africanos. Nesse sentido, sua promulgação não pode ser compreendida como um gesto proativo, mas como uma resposta reativa a um problema histórico já amplamente vivenciado no interior da instituição.

Além disso, a própria redação da Resolução nº 19/2025 revela limitações importantes. O documento adota uma linguagem genérica, alinhada a diretrizes federais mais amplas, sem detalhar mecanismos específicos de enfrentamento às formas particulares de xenofobia e racismo que atravessam uma universidade com perfil internacional e majoritariamente negra

em seu corpo discente estrangeiro. Não há, por exemplo, menção explícita à condição dos estudantes africanos, tampouco à necessidade de políticas pedagógicas, curriculares e formativas voltadas à educação intercultural crítica. Assim, a resolução corre o risco de se tornar um instrumento normativo de baixo impacto prático, caso não seja acompanhada de ações concretas, recursos institucionais e vontade política.

Os levantamentos empíricos desta pesquisa reforçam essa leitura crítica. Estudantes africanos relatam dificuldades recorrentes para reconhecer situações de racismo e xenofobia, acessar canais institucionais de denúncia e obter respostas efetivas da universidade, o que revela uma lacuna entre o que o Estatuto define como compromisso institucional e o que é efetivamente operacionalizado no cotidiano. A Ouvidoria, por exemplo, que serve como principal canal institucional de direcionamento de possíveis denúncias, aparece nos depoimentos como um espaço pouco acessível, pouco divulgado e com baixa capacidade de intervenção, o que fragiliza ainda mais a política institucional de enfrentamento às discriminações.

Revela-se um cenário crítico pela clara ausência de transversalidade das políticas de combate ao racismo e à xenofobia. Embora o Estatuto afirme a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a valorização da diversidade étnico-racial (UNILAB, 2020), tais princípios raramente se traduzem em projetos institucionais estruturados, formação docente obrigatória ou critérios explícitos de equidade na distribuição de oportunidades acadêmicas, como demonstramos aqui. A pesquisa indica que iniciativas relacionadas ao tema, quando existem, dependem majoritariamente do engajamento individual de alguns docentes ou estudantes, não configurando uma política institucional consolidada.

Dessa forma, a UNILAB se encontra diante de uma tensão central: uma universidade que se define como internacional, intercultural e comprometida com a superação das desigualdades, mas que ainda opera, em muitos aspectos, segundo lógicas institucionais tradicionais do ensino superior brasileiro, pouco preparadas para lidar com o racismo estrutural e a xenofobia em suas dimensões cotidianas. Tal contradição compromete não apenas a experiência acadêmica dos estudantes africanos, mas também o próprio projeto político-pedagógico que fundamenta a existência da universidade.

À luz deste estudo, pode-se afirmar que o enfrentamento ao racismo e à xenofobia na UNILAB exige mais do que a produção de documentos normativos. Requer a transformação dessas normas em práticas institucionais efetivas, sustentadas por formação contínua, escuta qualificada dos sujeitos afetados, transparência nos processos decisórios e responsabilização institucional. Sem isso, o Estatuto e a Resolução nº 19/2025 correm o risco de operar como

instrumentos simbólicos, reafirmando compromissos no plano discursivo, mas incapazes de alterar de forma substantiva a realidade vivida por estudantes africanos no interior da universidade.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível avançar na formulação e implementação de políticas institucionais mais consistentes e comprometidas com a inclusão efetiva dos estudantes africanos. Isso implica, entre outras medidas, a criação de programas permanentes de formação antirracista e intercultural para docentes, técnicos administrativos e gestores; a revisão dos critérios de distribuição de bolsas e oportunidades acadêmicas, de modo a garantir maior equidade; o fortalecimento de políticas de acolhimento e acompanhamento psicossocial sensíveis às especificidades dos estudantes internacionais; e a institucionalização de espaços de escuta, denúncia e mediação que assegurem proteção às vítimas de discriminação.

No campo pedagógico, faz-se necessário repensar práticas de ensino que ainda operam sob pressupostos eurocêntricos e desconsideram as trajetórias, saberes e experiências dos estudantes africanos. A incorporação de epistemologias do Sul, de autores africanos e afro-diaspóricos, bem como o reconhecimento da diversidade cultural como elemento constitutivo do processo formativo, constitui um passo fundamental para a construção de um ambiente acadêmico mais democrático e plural. Além disso, estratégias que incentivem a interação entre estudantes brasileiros e africanos, para além de iniciativas individuais, devem ser assumidas como responsabilidade institucional.

No que diz respeito à permanência estudantil, os dados apontam para a urgência de revisão dos critérios de distribuição de bolsas acadêmicas e auxílios institucionais (como os auxílios permanência e social), de modo a garantir maior transparência, equidade e sensibilidade às desigualdades raciais, migratórias e socioeconômicas. Recomenda-se que a universidade estabeleça mecanismos de monitoramento e avaliação dessas políticas, com participação ativa dos estudantes africanos, evitando a reprodução de assimetrias que contradizem o próprio projeto de internacionalização solidária que fundamenta a UNILAB.

Por fim, sugere-se o fortalecimento e a ampliação dos canais institucionais de escuta, denúncia e mediação, como a Ouvidoria, articulados a ações pedagógicas e não apenas punitivas, quando cabível. A construção de um ambiente universitário efetivamente inclusivo demanda que as denúncias de racismo e xenofobia sejam acolhidas com seriedade, proteção aos denunciadores e respostas institucionais claras, rompendo com a cultura do silenciamento e da individualização do sofrimento que emergiu de forma recorrente nas narrativas analisadas.

Como toda pesquisa de natureza qualitativa e etnográfica, este estudo apresenta

limitações que precisam ser explicitadas. A primeira refere-se ao recorte espacial e institucional, concentrado na UNILAB localizada nos campi do Ceará, o que limita a possibilidade de generalização dos resultados para outras universidades federais ou contextos acadêmicos brasileiros. Ainda que os achados dialoguem com literatura mais ampla sobre racismo, xenofobia e migração estudantil, eles refletem, sobretudo, as especificidades de uma universidade marcada por um projeto singular de internacionalização.

Outra limitação diz respeito ao recorte temporal da pesquisa, realizado durante a permanência do pesquisador na instituição e em um contexto político e institucional específico. Mudanças recentes, como a promulgação da Resolução CONAD nº 19/2025, indicam que o cenário institucional está em disputa e transformação, o que exige cautela na leitura dos resultados como expressões definitivas da realidade da UNILAB. Ademais, as dificuldades de acesso a alguns sujeitos, entrevistas realizadas de forma remota e os silêncios observados em determinados depoimentos também constituem limites metodológicos relevantes.

No que se refere às propostas para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação do escopo investigativo para incluir estudos comparativos entre diferentes universidades federais que recebem estudantes africanos, bem como análises longitudinais que acompanhem as trajetórias desses estudantes ao longo de todo o percurso acadêmico e pós-graduação. Pesquisas que articulem de forma mais aprofundada gênero, raça, nacionalidade e classe social também se mostram fundamentais, especialmente diante da intensificação das vulnerabilidades vivenciadas a partir das dos diversos marcadores sociais no contexto universitário brasileiro.

Além disso, investigações futuras poderiam explorar com maior profundidade as percepções e práticas institucionais de gestores universitários, bem como os impactos psicossociais de longo prazo das experiências de racismo e xenofobia na vida profissional e subjetiva dos egressos africanos. Tais abordagens contribuem para o aprofundamento do debate e para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à internacionalização do ensino superior.

De forma conclusiva, esta dissertação buscou compreender, a partir de uma abordagem etnográfica e qualitativa, como estudantes africanos vivenciam experiências de racismo e xenofobia no interior da UNILAB, analisando seus impactos acadêmicos, sociais e identitários. Os resultados evidenciam que, apesar do projeto institucional inovador e do discurso oficial de inclusão, persistem práticas discriminatórias que atravessam o cotidiano universitário, produzindo sofrimento, silenciamentos e desigualdades de acesso a

oportunidades acadêmicas.

Ao articular trajetórias migratórias, processos de ressignificação identitária e experiências de racialização e rejeição, o estudo demonstrou que o racismo no contexto universitário não se limita a episódios isolados, mas se inscreve em estruturas institucionais, relações sociais e práticas pedagógicas. Nesse sentido, a UNILAB aparece simultaneamente como espaço de possibilidade e de contradição: lugar de formação, pertencimento e politização racial, mas também de reprodução de hierarquias e exclusões.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento ao racismo e à xenofobia no ensino superior exige mais do que boas intenções institucionais. Requer políticas estruturadas, práticas pedagógicas comprometidas com a justiça racial e a escuta ativa dos sujeitos historicamente marginalizados. Espera-se que esta pesquisa contribua não apenas para o campo acadêmico, mas também para o fortalecimento de uma universidade verdadeiramente intercultural, capaz de honrar o projeto político e social que fundamenta a sua existência.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Coordenação de Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BECKER, G. S. **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. New York: Columbia University Press, 1964.
- BRASIL. **Lei nº 12.289**, de 20 de julho de 2010.
- BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012.
- BUENO, W. DE C.; ANJOS, J. C. Dos. Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 3, p. 359–369, set. 2021.
- CAMPOS, Pedro Glanzner de. **“No porto do Ceará não se embarca mais escravos!” - Trabalhadores abolicionistas e o fim do tráfico interprovincial no Ceará, 1881**. Monografia. Departamento de História PUC. 2024
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo, Brasil: Jandaíra, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2023. Rio de Janeiro, Zahar.
- CATUABI, Rosário Dinis. UNILAB EM DESTAQUE NO CENÁRIO DAS MIGRAÇÕES AFRO-LUSÓFONAS PARA O BRASIL: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DESSA COOPERAÇÃO PARA OS PALOPS E PARA O BRASIL.. In: **Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR**. Anais...Curitiba(PR) UFPR, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/13-seminario-nacional-de-sociologia-e-politica-398969/838709-UNILAB-EM-DESTAQUE-NO-CENARIO-DAS-MIGRACOES-AFRO-LUSOFONAS-PARA-O-BRASIL--UMA-ANALISE-DO-IMPACTO-DESSA-COOPERACAO>.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, EdUFRJ, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **O que é interseccionalidade?**. In: COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. p. 11- 57.

CRENSHAW, Kimberlé. “Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color”. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, n. 24, p. 213–225, jul. 2004.

DENZIN, N. K. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. 2. ed. New York: Mc Graw-Hill, 1978.

EMERSON, RM, Fretz, RI e Shaw, LL. **Escrevendo notas de campo etnográficas** (2^a ed.). 2011. Chicago, IL: University of Chicago Press. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226206868.001.0001>

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FAUSTINO, D. M.; OLIVEIRA, L. M. De. Xenofobia ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. REMHU: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 63, p. 193–210, set. 2021.

FERNANDES, Claudia Monteiro. **Ações Afirmativas Como Política De Combate Às Desigualdades Raciais e De Gênero Na Educação Superior Brasileira**. Novos Olhares,

2022.

FERNANDES, F. **Integração do negro na sociedade de classes**. vol. 2. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1972.

FERNANDO, I.; LANZA F.; Patrocino, L. G. Considerações sociológicas sobre religião em Moçambique. **Revista Ciências Sociais Unisinos**. v. 58 n. 2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2022.58.2.06>

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, N. L.. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 167–182, jan. 2003.

GOMES, N. L.; VIEIRA, S. L. Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso- Afro-Brasileira (UNILAB). **Revista Lusófona de Educação**, v. 24, n. 24, 18 Dez. 2013.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf> Acesso: 13 ago de 2025.

GUSMÃO, N. M. “**Na Terra do Outro**”: a presença de invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje. *Dimensões*, Vitória, v. 26, n. 1, p. 191-204, 2011.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Africanos No Brasil, Hoje: Imigrantes, Refugiados E Estudantes. **Revista TOMO**, [S. l.], n. 21, p. 13–36, 2012. DOI: 10.21669/tomo.v0i21.895. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/895>. Acesso em: 18 set. 2025.

HALL, Stuart. **O Pensador das Diásporas. Entrevista com Stuart Hall**. Portal Literal. 2003

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paulo. **Etnografia: princípios em prática**. Petrópolis: Vozes, 2022.

HELENO, M. G. B. O lugar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) na política externa do governo Lula (2003-2010). **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 12, n. 23 jan.jun, p. 109–127, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2688>. Acesso em: 18 set. 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando A Transgredir: A Educação Como Prática Da Liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

283p.

IMILAN, Walter, MARGARIT, Daisy, GARCÉS, Alejandro. Movilidades transnacionales en la vida cotidiana: prácticas y territorios relacionales. 2021. PERIPLOS, **Revista de Investigación sobre Migraciones**. Volumen 5 - Número 2, pp. 4--12.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População de Redenção**. Web, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LIMA, L. DE S.; FEITOSA, G. G.. Sair Da África Para Estudar No Brasil: Fluxos Em Discussão. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. e162231, 2017.

LOPES FILHO, João. Mestiçagem, emigração e mudança em Cabo Verde. **África**, [S. l.], n. 29-30, p. 129–140, 2011. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0i29-30p129-140. Disponível em: <https://revistas.usp.br/africa/article/view/96111..> Acesso em: 18 set. 2025.

MACHADO, E. G.; GOMES, P. M.; DA SILVA, R. B. Mulheres africanas em um campo universitário urbano no Brasil. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 17, n. 33, p. 277–304, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/3145>. Acesso em: 18 set. 2025.

MACHADO, Eduardo Gomes; LIMA, Erlanio; FURTADO, Osvaldo. Urbanização e desafios à política urbana em pequenas cidades: o caso de Redenção, Ceará, no contexto de implantação da UNILAB. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/123>. Acesso em: 18 set. 2025.

MACHADO, Eduardo Gomes; NASCIMENTO, Ricardo César Carvalho; IMPANTA, Iadira Antonio. Um campo universitário-urbano no nordeste brasileiro: o caso da UNILAB. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 28, e023010, 2023. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141440772023000100309&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 set. 2025. Epub 05-Set-2023.

<https://doi.org/10.1590/s1414-40772023000100013>.

MALOMALO, B. . Desafios De Gestão Multicultural Numa Universidade Internacional: Caso Da Unilab. **Tensões Mundiais**. WORLD TENSIONS , v. 14, p. 75-100, 2018.

MALOMALO, Bas'llele; FONSECA, Dagoberto José; KABUNDA BADI, Mbuyi (org.). **Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho**. Curitiba, PR: CRV, 2015. 216 p. ISBN 97885444402504.

MATTOS, Alice Lopes. **Racismo e xenofobia no Brasil: análise dos instrumentos jurídicos de proteção ao imigrante negro**. Monografia de Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

MINGAS, Amélia Arlete. Línguas e culturas em Angola. Njinga & Sepé. **Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde (BA), v.1, nº 2, p.377-385, jul./dez. 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: BRANDÃO, André Augusto P. (Org.). Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004.

MÜLLER, M. L. R.; SILVA, Áurea G. S. da. A Experiência De Estudantes Africanos No Brasil. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 55–70, 2016. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2016.v25.n45.p55-70. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/faeeba/article/view/2283>. Acesso em: 18 set. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, A. As dimensões políticas das religiosidades em São Tomé e Príncipe. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem**. V. 5, n. 3, Set. - Dez, 2014. pp. 60 - 92.

PATRÍCIO, Marta. **Identidade étnica, regional ou transnacional? O caso Ndau**. XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8987>. Acesso em: 29 jun. 2023

PEDONE, C. (2018). “Buenos Aires Te Da Mundo”: Trayectorias Formativas De La Población Joven Ecuatoriana En La Ciudad Autónoma De Buenos Aires. Périplos: **Revista De Estudios Sobre Migraciones**, 2(1). Recuperado a partir de https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/21226.

MARQUES, Matheus Sousa; PEREIRA, Tainah. Mbembe, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018, 80p. ISBN 9788566943504. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 156–159, 2019. DOI: 10.12957/rmi.2018.39278. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/39278>. Acesso em: 22 jan. 2026.

REDIN, G., & REICHERT, D. W. (2024). O mais Estrangeiro dentre os Estrangeiros: Xenofobia no Brasil: The most Foreign among Foreigners: Xenophobia in Brazil. **Revista Direito E Práxis**, 15(4), 1–25. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/77924>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Bruno Freitas. O Multiculturalismo Na Educação. **Margens**, [SI], v. 22, pág. 88-101, maio de 2021. ISSN 1982-5374. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/9647> >. Data de acesso: 18 set. 2025. doi: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v14i22.9647>.

SILVA, N. C. ; SILVA, M. L. ; BOCCHINI, D. . UNILAB: Internacionalização e Interiorização Da Universidade Pública. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, v. 11, p. 65-78, 2015.

SILVA, D. F. DA . À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo.

Revista Estudos Feministas, v. 14, n. 1, p. 61–83, jan. 2006.

SILVA-FERREIRA, A. V., MARTINS-BORGES, L., & WILLECKE, T. G.. (2019). Internacionalização do ensino superior e os impactos da imigração na saúde mental de estudantes internacionais. Avaliação: **Revista Da Avaliação Da Educação Superior** (campinas), 24(3), 594–614. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300003>

SOUZA, Osmaria Rosa, e MALOMALO, Bas´Ilele. Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira E Os Desafios Da Integração Perante O Racismo Contra Os/as Estudantes Africanos/as No Ceará. **Revista Interfaces** v. 16 n. 1 (2016): Internationalization in Higher Education: Agendas, partnerships and knowledge. 2016.

SPRADLEY, James P. (1980). **Participant Observation**. Orlando- Florida. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.

SISTEMA DE REGISTRO NACIONAL MIGRATÓRIO. **Relatório de fluxo Migratório Anual. 2025**

SUBUHANA, Carlos. A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. **Pro-Posições**, v. 20, n. 1, p. 103–126, jan. 2009.

SUBUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2005.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Estatuto da Unilab**. Redenção, 2020. Disponível em: <https://unilab.edu.br/estatuto-da-unilab/> Acesso em: 20 de Agosto de 2025

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **EDITAL PROINTER Nº 09/2025**. Disponível em:

https://prointer.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/Edital-Selecao-Publica-Unilab-08_2023-PSEI2025.pdf. Acesso em 02 de maio de 2025.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **EDITAL PROPAAE 02/2025**. Disponível em https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2024/03/SEI_UNILAB-0884792-Edital-1.pdf. Acesso em 2 de maio de 2025.

VARGEM, Alex; MALOMALO, Bas'ilele. **A imigração africana contemporânea para o Brasil: entre a violência e o desrespeito aos direitos humanos**. In: MALOMALO, Bas'ilele; BADI, Mbuyi Kabunda; FONSECA, Dagoberto José. *Díáspora africana e a imigração da era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho*. Curitiba: CRV, 2015, pp. 107-12

VELHO, G. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **Mana**, v. 17, n. 1, p. 161-185, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132011000100007>.

APÊNDICE I

Roteiros de Entrevista / Questionários

Roteiro de Entrevistas – Estudantes africanos (com variáveis de gênero)

1. Qual é o seu nome, idade, raça, nacionalidade e há quanto tempo você está estudando na UNILAB?

(Pergunta fechada, contexto pessoal)

2. Como você descreveria sua experiência de integração na universidade, tanto social quanto academicamente com....

Outros alunos (brasileiros e internacionais);

Funcionários;

Professores;

A estrutura administrativa e acadêmica da universidade.

(Pergunta aberta)

3. Sabe do que se tratam os termos “discriminação racial” e “xenofobia”?

3.1. Você já enfrentou alguma forma de discriminação racial ou xenofobia dentro da universidade ou nos municípios de Redenção e Acarape? Se sim, poderia descrever o(s) incidente(s)?

(Pergunta aberta, focada em experiências pessoais)

4. A discriminação que você mencionou foi diretamente relacionada ao seu gênero, além de sua nacionalidade e etnia? Se sim, de que maneira?

(Pergunta aberta, considerando a interseccionalidade de raça e gênero)

5. Quando esses episódios ocorreram, teve alguma reação por parte da comunidade acadêmica? Houve algum tipo de suporte?

(Pergunta aberta, sobre apoio recebido)

6. Como as mulheres africanas são tratadas no ambiente universitário em comparação com os homens africanos? Você percebe diferenças na forma como eles são tratados?

(Pergunta aberta, sobre gênero e raça)

7. Você já percebeu ou tomou conhecimento de algum tipo de atitude discriminatória vinda de professores e funcionários em relação a estudantes africanos?

(Pergunta aberta)

8. Existe algum espaço dentro da universidade onde você se sente mais seguro ou acolhido para tratar sobre casos de xenofobia e racismo? Poderia descrever por quê?

(Pergunta aberta, focada em espaços seguros)

9. Em algum momento, você procurou apoio institucional para relatar casos de discriminação? Como foi essa experiência?

(Pergunta fechada e aberta, para explorar apoio institucional)

10. Na sua opinião, a universidade oferece políticas ou ações eficazes para combater o racismo e a xenofobia? Se não, o que poderia ser melhorado?

(Pergunta aberta, sobre políticas institucionais)

11. Você participa de algum grupo de apoio ou coletivo na universidade que lide com questões de discriminação racial ou xenofobia? Se sim, como isso tem te ajudado?

(Pergunta aberta, sobre suporte coletivo)

12. Como a xenofobia e o racismo que você experienciou ou observou afetam seu desempenho acadêmico e sua sensação de pertencimento na universidade?

(Pergunta aberta, focada no impacto pessoal e acadêmico)

13. Na sua vivência antes de vir para o Brasil, havia discussões ou experiências relacionadas a desigualdades raciais ou étnicas? Quais diferenças você nota entre esse contexto e o que vive na UNILAB e no Brasil?

(Pergunta aberta, questões identitárias)

14. Como você percebia o racismo antes de sua chegada à UNILAB? Você acreditava que poderia vivenciar alguma forma de discriminação no Brasil? Por quê?

(Pergunta aberta, questões identitárias)

15. De que forma você se reconhecia ou se identificava racialmente em seu país? Essa percepção mudou após sua chegada ao Brasil? Se sim, como?

(Pergunta aberta, questões identitárias)

16. Se pudesse sugerir mudanças para melhorar a inclusão dos estudantes africanos, quais seriam suas sugestões?

(Pergunta aberta, focada em soluções)

17. Pretende acrescentar algo que considere relevante à nossa conversa que não tenha sido aqui tratado?

(Pergunta aberta, conclusiva)

Roteiro de Entrevistas – Professores

Bloco I – Identificação e Integração

1. Qual é o seu nome e com qual raça se identifica? (Caso não exija anonimato)

2. Há quanto tempo você leciona na UNILAB e qual é sua área de atuação?

(Pergunta fechada, contexto profissional)

3. Ao assumir o cargo, você recebeu alguma orientação da universidade sobre como lidar com questões de racismo ou xenofobia em sala de aula?

4. Como você percebe a integração de estudantes africanos no contexto da educação internacional promovida pela UNILAB?

(Pergunta aberta, sobre internacionalização e integração)

5. Como isso tem influenciado sua prática docente?

(Pergunta aberta, sobre formação docente)

6. Existe alguma diferenciação, consciente ou inconsciente, na forma como os estudantes africanos são avaliados ou tratados em comparação com outros estudantes (brasileiros)?

(Pergunta aberta, sobre tratamento diferencial)

- 7. Como você percebe a relação entre os estudantes africanos e os demais estudantes, tanto em sala de aula quanto fora dela?**

(Pergunta aberta, focada em observações acadêmicas e sociais)

Bloco II – Discriminação/xenofobia e racismo

- 1. Sabe do que se tratam os termos “discriminação racial” e “xenofobia”?**
- 2. Você já recebeu relatos de estudantes africanos sobre experiências de discriminação ou preconceito? Se sim, como você lidou com isso?**

(Pergunta aberta, sobre suporte individual)

- 3. Você já presenciou ou foi informado sobre casos de xenofobia ou racismo envolvendo estudantes africanos? Se sim, poderia descrever essas situações?**

(Pergunta aberta, focada em experiências)

- 4. Como o ambiente acadêmico poderia ser melhorado para promover maior inclusão e respeito à diversidade cultural e racial?**

(Pergunta aberta, focada em sugestões de melhoria)

- 5. Qual o papel do corpo docente em lidar com questões de discriminação dentro da universidade? Como você pessoalmente aborda esses desafios?**

(Pergunta aberta, sobre responsabilidades docentes)

- 6. Na sua opinião, o racismo e a xenofobia afetam diretamente o desempenho acadêmico e a integração social dos estudantes africanos? Poderia explicar?**

(Pergunta aberta, sobre impacto acadêmico e social)

Bloco III – Políticas institucionais

- 1. Tem conhecimento de alguma política institucional da universidade voltada ao combate e conscientização contra a xenofobia e racismo?**

- 2. Em sua opinião, as políticas institucionais da universidade são eficazes no combate ao racismo e à xenofobia? Por quê?**

(Pergunta aberta, sobre políticas institucionais)

- 3. Quais mecanismos ou recursos você acredita que seriam necessários para apoiar melhor os estudantes africanos?**

(Pergunta aberta, focada em apoio institucional)

Bloco IV – Conclusão

- 1. Pretende acrescentar algo que considere relevante à nossa conversa que não tenha sido aqui tratado?**

Roteiro de Entrevistas – Demais Servidores e Administração

Bloco I - Identificação

1. Qual é o seu nome e com qual raça se identifica?

(Caso não exija anonimato)

2. Há quanto tempo você trabalha na UNILAB e qual é sua área de atuação?

(Pergunta fechada, contexto profissional)

2. Ao assumir o cargo, você recebeu alguma orientação ou formação complementar da universidade sobre como lidar com questões de racismo ou xenofobia em um ambiente multicultural e multirracial como a UNILAB?

Bloco II - Integração

1. Como você percebe a interação entre os estudantes africanos e os servidores e estudantes no dia a dia da universidade?

(Pergunta aberta, sobre interação social)

2. Quais são os principais desafios que você observa na integração dos estudantes africanos à comunidade acadêmica e à vida no campus?

(Pergunta aberta, focada em desafios institucionais)

3. Você acha que o ambiente da universidade e das cidades de Redenção e Acarape tem mudado em relação à aceitação e inclusão dos estudantes africanos nos últimos anos? O que ainda precisa ser melhorado?

(Pergunta aberta, sobre mudanças institucionais)

Bloco IV – Políticas Institucionais

1. Conhece algum programa ou política específica que a universidade possui para lidar com a inclusão de estudantes africanos? Se sim, você considera esses mecanismos eficazes?

(Pergunta aberta, sobre políticas institucionais)

2. Quais ações ou políticas você sugeriria para melhorar a integração e o apoio aos estudantes africanos?

(Pergunta aberta, focada em sugestões de melhoria)

Bloco V – Discriminação/Xenofobia e racismo

1. Sabe do que se tratam os termos “discriminação racial” e “xenofobia”?

2. Você já presenciou ou ouviu relatos de casos de xenofobia ou racismo envolvendo estudantes africanos? Se sim, como a universidade lidou com esses casos institucionalmente?

(Pergunta aberta, sobre experiências com discriminação)

3. Na sua opinião, de que forma o racismo e a xenofobia podem afetar na permanência e o desempenho dos estudantes africanos na universidade, na sua opinião?

(Pergunta aberta, focada em impacto acadêmico e social)

- 4. Como você descreve o papel da administração no combate ao racismo e à xenofobia dentro da universidade?**

(Pergunta aberta, sobre papel administrativo)

- 5. Existem espaços ou fóruns dentro da universidade onde questões de racismo e xenofobia são discutidas de maneira formal? Se sim, como esses espaços funcionam?**

(Pergunta aberta, sobre fóruns de discussão)

- 6. Qual o procedimento adotado pela universidade para lidar com denúncias de discriminação racial? Você acha que esses procedimentos são acessíveis e eficazes?**

(Pergunta aberta, sobre denúncias e acessibilidade)

- 7. Como a universidade poderia sensibilizar mais a comunidade acadêmica para as questões de racismo e xenofobia?**

(Pergunta aberta, focada em conscientização institucional)

Bloco VI - Conclusão

- 8. Pretende acrescentar algo que considere relevante à nossa conversa que não tenha sido aqui tratado?**

Roteiro de Entrevistas – Estudantes Brasileiros (Nacionais)

1. Qual é o seu nome, curso, raça e há quanto tempo você estuda na UNILAB?

(Pergunta fechada, contexto pessoal)

2. Como você percebe a diversidade cultural e étnica na UNILAB, especialmente a presença de estudantes africanos?

(Pergunta aberta, sobre percepção de diversidade)

3. Você já testemunhou ou ouviu falar de situações de discriminação racial ou xenofobia envolvendo estudantes africanos? Se sim, poderia descrever esses episódios?

(Pergunta aberta, sobre testemunhos de discriminação)

4. Na sua opinião, há diferenças no tratamento dado aos estudantes africanos em comparação com outros grupos de estudantes?

(Pergunta aberta, sobre tratamento diferenciado)

5. Você já observou alguma situação em que o gênero, além da nacionalidade e etnia, tenha sido um fator na discriminação de estudantes africanos? Se sim, poderia descrever?

(Pergunta aberta, sobre interseccionalidade de gênero e etnia)

6. Como você avalia a sua interação com estudantes africanos?

7. Sabe de quais países esses estudantes são?

8. Como avalia a inclusão desses estudantes em eventos festivos de estudantes brasileiros e para cargos de destaque da universidade (como CAs e DCE)?

9. Como você descreveria a interação entre estudantes brasileiros e estudantes africanos, em geral, no ambiente acadêmico e social?

(Pergunta aberta, sobre interações sociais)

10. Você acha que os professores ou a administração da universidade abordam adequadamente as questões de racismo e xenofobia? Por quê?

(Pergunta aberta, sobre percepção de resposta institucional)

11. . Você já participou de alguma atividade, palestra ou evento na UNILAB que tenha abordado a questão do racismo e da xenofobia? Se sim, qual foi o impacto?

(Pergunta fechada e aberta, sobre sensibilização institucional)

12. . Como você acha que a UNILAB poderia melhorar o acolhimento e a inclusão dos estudantes africanos?

(Pergunta aberta, focada em sugestões de inclusão)

13. Você acredita que o ambiente acadêmico da UNILAB favorece a convivência harmoniosa entre estudantes de diferentes nacionalidades? Por quê?

(Pergunta aberta, sobre harmonia e convivência)

14. . Existem espaços na universidade onde você percebe que estudantes africanos se sentem mais isolados ou integrados? Poderia descrever?

(Pergunta aberta, sobre espaços de integração ou exclusão)

15. Em sua opinião, o racismo e a xenofobia afetam o desempenho acadêmico dos estudantes africanos? Por quê?

(Pergunta aberta, sobre impacto no desempenho)

16. O que você sugeriria para que os estudantes brasileiros contribuam para um ambiente mais acolhedor e respeitoso com os estudantes africanos?

(Pergunta aberta, focada em sugestões de comportamento)

17. Pretende acrescentar algo que considere relevante à nossa conversa que não tenha sido aqui tratado?

Roteiro de Entrevistas – Estudantes Africanos Egressos

- 1. Qual seu nome, raça, idade, nacionalidade, qual curso você concluiu na UNILAB e em que ano se formou?**

(Pergunta fechada, contexto pessoal e acadêmico)

- 2. Como foi sua experiência acadêmica e social durante o tempo em que estudou na UNILAB?**

(Pergunta aberta, sobre experiências gerais)

- 3. Durante sua trajetória como estudante, você enfrentou ou presenciou casos de discriminação racial ou xenofobia? Se sim, poderia descrever como essas situações ocorreram e qual foi a resposta da universidade?**

(Pergunta aberta, sobre experiências de discriminação)

- 4. Como você percebeu a relação entre os estudantes africanos e os estudantes brasileiros durante seu período na universidade?**

(Pergunta aberta, sobre interações sociais e acadêmicas)

- 5. A discriminação que você vivenciou ou presenciou foi influenciada por fatores de gênero, além de raça e nacionalidade? Se sim, poderia descrever?**

(Pergunta aberta, sobre interseccionalidade)

- 6. Quais desafios específicos você enfrentou como estudante africano em termos de integração acadêmica e social no convívio com Colegas brasileiros; Professores; Funcionários; Municípios... nas dependências e arredores da universidade?**

(Pergunta aberta, sobre desafios de integração)

- 7. Quais foram as estratégias ou formas de apoio que mais ajudaram você a superar dificuldades relacionadas ao racismo e à xenofobia?**

(Pergunta aberta, sobre estratégias de apoio)

- 8. Você acha que a universidade ofereceu/oferecia recursos ou políticas adequadas para lidar com as questões de racismo e xenofobia durante seu período como estudante? Por quê?**

(Pergunta aberta, sobre políticas institucionais e apoio)

- 9. Agora, como egresso, como você avalia o impacto das experiências de racismo e xenofobia no seu desenvolvimento pessoal e profissional?**

(Pergunta aberta, sobre impacto no futuro, para alunos que tenham vivenciado essa violência)

- 10. Você tem conhecimento de alguma melhoria nas políticas de inclusão e combate ao racismo e à xenofobia na UNILAB após sua formatura?**

(Pergunta aberta, sobre melhorias institucionais recentes)

- 11. Se você pudesse sugerir uma mudança na política ou no ambiente da UNILAB para melhorar a integração de estudantes africanos, o que sugeriria?**

(Pergunta aberta, sobre sugestões de melhoria)

- 12. Como as redes de apoio e os grupos de estudantes africanos dentro da UNILAB contribuíram para sua experiência acadêmica e social?**

(Pergunta aberta, sobre apoio comunitário)

13. Na sua opinião, como os estudantes africanos e brasileiros podem colaborar mais para criar um ambiente universitário mais inclusivo?

(Pergunta aberta, sobre colaboração e inclusão)

14. Pretende acrescentar algo que considere relevante à nossa conversa que não tenha sido aqui tratado?

APÊNDICE II

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

Título do Projeto: XENO-RACISMO NA UNILAB: UMA LEITURA SOBRE A INCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA ESTUDANTES AFRICANOS NOS CAMPI DO CEARÁ

Pesquisador/a responsável: Marcio Sergio Batista Silveira de Oliveira

Pesquisador/a assistente: Rosário Dinis Catuabi

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “Registro de Consentimento Livre e Informado” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para tirar suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou depois de assiná-lo, você poderá buscar orientação junto à equipe de pesquisa. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo algum.

A pesquisa intitulada **XENO-RACISMO NA UNILAB: UMA LEITURA SOBRE A INCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA ESTUDANTES AFRICANOS NOS CAMPI DO CEARÁ**, tem como objetivo **compreender as experiências de xenofobia e racismo vivenciadas por estudantes africanos na UNILAB, avaliando as percepções de professores, funcionários, e outros alunos, bem como as políticas institucionais voltadas à inclusão e combate a essas discriminações.**

Participando do estudo você está sendo convidado/a a: participar de uma entrevista que visa apurar as suas impressões pessoais sobre o tema citado acima, de forma a contribuir para a produção de dados para essa pesquisa. Informando:

8. a entrevista será presencial ou online; o deslocamento será realizado dentro do campus da UNILAB ou em local combinado, sem custos para o participante. ;
9. o deslocamento será realizado dentro do campus da UNILAB ou em local combinado, sem custos para o participante;
10. as entrevistas realizadas presencialmente ou online, com duração estimada de 60 a 90 minutos por participante.

Desconfortos e riscos:

- i) Desconfortos e riscos: O tema pode gerar desconforto emocional ao lembrar ou compartilhar episódios de discriminação;
- ii) Providências e cautelas: Garantia de um ambiente acolhedor durante as entrevistas, com flexibilidade para o participante interromper ou desistir a qualquer momento;
- iii) Forma de assistência e acompanhamento: Disponibilidade de apoio psicológico gratuito no Serviço de Atendimento Psicológico da UNILAB, caso necessário;
- iv)

Benefícios: Contribuição direta para a conscientização sobre questões de racismo e xenofobia na UNILAB, além de suporte à formulação de políticas mais inclusivas.

Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e armazenados pelo período de cinco anos após seu término, sob responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável (Resol. 510/2016).

Forma de armazenamento dos dados: Os dados serão armazenados de forma segura em arquivos digitais criptografados, com backup em local protegido, por um período não superior a 5 anos após o término da pesquisa.

Sigilo e privacidade: Você tem garantia de manutenção do sigilo e da sua privacidade durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário. Ou seja, seu nome nunca será citado, a não ser que você manifeste que abre mão do direito ao sigilo.

() Permito a gravação som de voz e/ou depoimentos unicamente para esta pesquisa e tenho ciência que a guarda dos dados são de responsabilidade do(s) pesquisador(es), que se compromete(m) em garantir o sigilo e privacidade dos dados.

Ressarcimento e Indenização: Os participantes não terão despesas financeiras para participar do estudo. Diante de eventual despesa, você será ressarcido pela equipe de pesquisa. Diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, você terá a garantia ao direito à indenização.

Resultados da pesquisa: Você tem direito de conhecer os resultados desta pesquisa. Os participantes terão acesso aos resultados por meio de relatórios finais enviados via e-mail e disponibilizados na biblioteca digital da universidade.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a equipe de pesquisa:

Pesquisador(a) responsável: Marcio Sergio Batista Silveira de Oliveira
Endereço: Rua General Carneiro, 460. 9º andar • Ed. D. Pedro I • Curitiba – PR
Telefone: (41) 3360-5173

E-mail: marciodeoliveira62@gmail.com

O Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná é um órgão que avalia e acompanha os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas deste estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do CEP/CHS. Nossos contatos: Rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11º andar, sala 1121, Curitiba – Paraná, Telefone: (41) 3360 – 5094, e-mail cep_chs@ufpr.br.

Em caso de Registro do Consentimento em papel, use o parágrafo abaixo. Se o Registro do Consentimento for obtido por meio digital, apague o parágrafo abaixo.

Você tem o direito de acessar este documento sempre que precisar. Para garantir seu direito de acesso ao RCLI, este documento é elaborado em duas vias, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o/a pesquisador/a.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UFPR sob o número CAAE nº **88215725.6.0000.0214** e aprovada com o Parecer número **7.670.206** emitido em 26 de Junho de 2025.

Consentimento livre e informado:

Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas, informo que aceito participar.

Nome do/a participante da pesquisa:

(Assinatura do/a participante da pesquisa)

Data: ____/____/____

APÊNDICE III

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: XENO-RACISMO NA UNILAB: UMA LEITURA SOBRE A INCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA

CONTRA ESTUDANTES AFRICANOS NOS CAMPUS

DO CEARÁ **Pesquisador:** MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA **Área Temática:**

Versão: 2

CAAE: 88215725.6.0000.0214

Instituição Proponente: Universidade Federal do Paraná - Ciências Humanas e Sociais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.670.206

Apresentação do Projeto:

Vide parecer nº 7.571.044

Objetivo da Pesquisa:

Vide parecer nº 7.571.044

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Vide parecer nº 7.571.044

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide parecer nº 7.571.044

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram anexados ao processo.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências indicadas no parecer nº 7.571.044 foram sanadas pelos pesquisadores.

Considerações Finais a critério do CEP:

01. Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, RELATÓRIOS PARCIAIS semestrais (a cada seis meses a partir da data de aprovação), com o relato do andamento da pesquisa, via

Continuação do Parecer: 7.670.206

Plataforma Brasil, usando o recurso NOTIFICAÇÃO. Informações relativas às modificações do protocolo, como cancelamento, encerramento, alterações de cronograma ou orçamento, devem ser apresentadas no modo EMENDA. No encerramento da pesquisa deve ser submetido via NOTIFICAÇÃO da Plataforma Brasil o RELATÓRIO FINAL.

- Importante: (Caso se aplique): Pendências de Coparticipante devem ser respondidas pelo acesso do Pesquisador principal. Para projetos com coparticipante que também solicitam relatórios semestrais, estes relatórios devem ser enviados por Notificação, pelo login e senha do pesquisador principal no CAAE correspondente a este coparticipante, após o envio do relatório à instituição proponente.
- Favor inserir em seu TCLE e/ou TALE o número do CAAE e o número deste Parecer de aprovação, para que possa apresentar tais documentos aos participantes de sua pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2512825.pdf	03/06/2025 16:54:45		Aceito
Outros	Carta_simples_ao_CEP.docx	03/06/2025 16:50:10	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLI_Egresso.docx	03/06/2025 16:46:37	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLI_Servidor.docx	03/06/2025 16:45:30	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLI_Docente.docx	03/06/2025 16:44:58	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLI_Estudante_Nacional.docx	03/06/2025 16:44:32	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLI_Estudante_Africano.docx	03/06/2025 16:43:55	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito

Página 02 de

Continuação do Parecer: 7.670.206

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_corrigido.docx	03/06/2025 16:42:15	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
---	------------------------	------------------------	--	--------

Outros	Roteiro_Observacao_UNILAB.pdf	11/04/2025 16:53:50	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Declaracao_de_Coparticipacao_ASSINA DO.pdf	11/04/2025 16:52:07	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projet.docx	10/03/2025 19:33:33	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Rosario_Catuabi_assi nado.pdf	10/03/2025 19:31:13	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Roteiros_de_Entrevista.docx	07/03/2025 15:59:12	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Extrato_da_ata.pdf	07/03/2025 15:55:56	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLI.docx	07/03/2025 15:55:15	MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 26 de Junho de 2025

**Assinado por:
ANDREA BARBOSA GOUVEIA
(Coordenador(a))**